



ATOS DO CONSELHO SUPERIOR

DA SOCIEDADE SALESIANA

SUMÁRIO

1. **Carta do Reitor-Mor** (pág. 1)

OS SALESIANOS E A RESPONSABILIDADE POLÍTICA

1. *Por que tal argumento.*

2. *Uma nova visão da política* — A cilada da ambigüidade — Que se entende hoje e por política — Os limites da atividade política.

3. *Mas a religião continua indispensável* — O mistério da iniquidade na história — A função libertadora da Igreja — A cultura tem necessidade da religião.

4. *Dom Bosco e a política* — O século que mudou a face do mundo — As características do tempo de Dom Bosco — As iniciativas políticas de Dom Bosco — Clareza vocacional e inteligente flexibilidade — Algumas deduções para nossa orientação.

5. *O nosso compromisso na Sociedade* — As urgentes necessidades atuais — O compromisso salesiano é compromisso religioso — Alguns desvios inaceitáveis — Seis critérios para orientar a atividade salesiana — Os espaços mais urgentes da ação educativa.

Conclusão.

2. **Disposições e normas** (não há neste número)

3. **O Capítulo Geral 21** (pág. 53)

4. **Comunicações** (pág. 55)
Novos Inspetores.

5. **O Centenário das Missões salesianas** (pág. 56)

1. A 106.^a expedição missionária — 2. A próxima expedição missionária — 3. Um livro sobre as nossas missões — 4. A celebração do Centenário: Argentina, Polônia — 5. Algumas notícias das missões — 6. Solidariedade fraterna (20.^a relação).

6. **Atividade do Conselho Superior** (pág. 61)

7. **Documentos** (pág. 62)

1. Critérios relativos à pertença dos Irmãos a determinada Inspeção — 2. Critérios para a contagem dos Irmãos da Inspeção.

8. **Dos Noticiários Inspetoriais** (não há neste número)

9. **Magistério da Igreja** (pág. 66)

10. **Necrológico** — Segundo elenco para 1976 (pág. 75)



**OS SALESIANOS
E A RESPONSABILIDADE POLÍTICA**

Roma, outubro de 1976.

Caros Irmãos,

de há muito desejava entreter-me convosco sobre o tema desta Carta Circular; quis antes aprofundar melhor o testemunho e a orientação que, a propósito, deixou-nos nosso caríssimo Pai Dom Bosco.

Depois de rezar e meditar, depois de recolher sobre o tema o pensamento de pessoas que há anos o estudam a fundo com grande senso de responsabilidade científica e ao mesmo tempo com sensibilidade eclesial, religiosa, salesiana, julgo conveniente no Senhor convidar-vos a refletir sobre o delicado argumento da nossa "responsabilidade política" de salesianos fiéis a Dom Bosco.

Compreendeis de imediato a atualidade, a complexidade e as exigências contidas no tema. Pode acontecer que um ou outro ponto apresente certa dificuldade de compreensão à primeira leitura (dada a natureza do argumento, e nem sempre foi possível evitar); mas o interesse por esse tema candente, e as conclusões práticas que dele poderemos tirar para a nossa vocação, merecem, acredito, o esforço de uma leitura atenta e aprofundada: pois se trata de um tema basilar para compreender em cheio a nossa identidade.

1. POR QUE TAL ARGUMENTO

Não faltam motivos de urgência para tratar o tema. Vejamos alguns.

* *A transformação cultural* e os processos sociais que se verificam nas Nações colocam problemas inevitáveis para a Igreja e, nela, para nós como Salesianos.

As múltiplas mudanças em curso estão-se tornando uma espécie de *exame de admissão ao futuro*: um interrogatório substancial sobre a validade da nossa vocação. Dessa hora histórica pode-se dizer que sairemos “aprovados” ou “reprovados”. Não podemos, pois, deixar de tomar consciência do fato, e fazer esforços por encontrar alguma resposta de valor e alcance fundamentais.

* *Dom Bosco* viveu intensamente e com plena consciência os problemas, inéditos também para ele, das grandes mudanças culturais e sociais do seu século, particularmente nos seus aspectos políticos; e fez, a respeito, uma opção meditada precisamente de acordo com sua consciência de Fundador, adotando uma modalidade específica de comportamento que desejou fizesse parte do seu espírito e caracterizasse a sua missão.

É claro que a sensibilidade cultural e as conjunturas e concepções sociais do seu tempo são bem diferentes das atuais. Segue-se de aí que para ser objetivamente fiéis, hoje, ao projeto apostólico do nosso Pai, deveremos pensar maduramente na identidade da vocação salesiana e saber vivê-la no quadro dos novos tempos.

* *A novidade atual é caracterizada pelos “sinais dos tempos”*, com os seus valores, e com as ambivalências e os desvios que de fato os acompanham.

Entre os “sinais dos tempos” inclui-se por certo o “processo de socialização”, como crescimento da consciência política do cidadão e da sua participação ativa nas responsabilidades de busca e gestão do “bem comum temporal”. O que, embora com destaques diversos, se verifica em todos os países.

Este processo atinge e interessa também a vida salesiana, que se acha ativamente inserida no mundo com sua missão juvenil e popular de educação integral.

* *Os jovens e o povo*, aos quais de fato se dedica o Salesiano, costumam viver situados nas zonas mais vivazes da sociedade; e são, hoje mais que ontem, objeto privilegiado de atenção por parte da assim chamada “cidade educadora”. São procurados, atendidos, doutrinados, mas também adulados e manipulados, por ideólogos e ativistas,

pelos meios de comunicação e pelos partidos que os consideram como os mais expressivos “grupos em êxodo” rumo à “nova sociedade”. Desta sorte torna-se impossível, a um filho de Dom Bosco, dedicar-se à sua missão sem se defrontar com as perspectivas da política.

* A “*nova sociedade*”, de que tanto se fala, está em boa parte por construir. Vivemos certamente uma época de transição sócio-cultural. Nela o liberalismo e o socialismo, em suas várias modalidades ideológicas e no pluralismo das suas realizações práticas, estão a demonstrar que existem situações a superar, porque o que até agora se elaborou não está mais ou não está ainda feito sob verdadeira medida de homem.

* Penso que seja por *esse estado de transição e momento de busca* que se tem sempre mais salientado a importância de tal argumento em numerosos documentos do Magistério oficial, do Papa ao Concílio, das Conferências Episcopais ao Sínodo dos Bispos, dos Pastores diocesanos aos Responsáveis pelos Institutos religiosos. Sugiro em apêndice ⁽¹⁾ — como subsídio útil para a reflexão pessoal e comunitária — alguns dos mais significativos.

Para nós Salesianos o Magistério da Igreja constitui um instrumento privilegiado na tomada de posição em face dos problemas mais complexos e vitais.

* De qualquer maneira, há hoje para todos uma premente *urgência de comprometer-se* numa renovação profunda da convivência humana: todos se sentem chamados a contribuir para a elaboração de uma sociedade nova, institucional e culturalmente mais à medida de homem. Tal urgência entretanto deu margem ao atual clima sócio-político, com os seus perigosos desequilíbrios de tipo ideológico.

* O CGE enfrentou também este aspecto da nossa vocação salesiana, e as suas diretrizes nos orientam de maneira assaz concreta. Mas a experiência destes últimos anos demonstra que há quem prefira percorrer o próprio caminho sem dar ouvidos ao CGE, e há quem interprete os textos com unilateralidade, manipulando-os indevidamente.

(1) Ver à pág. 53 a “*Pequena Bibliografia Magisterial*”.

São precisamente essas as duas tentações das quais vos falava na minha “Carta de apresentação” dos Atos do CGE, sob os títulos: “Os preconceitos da desconfiança ou da desilusão”, e “A instrumentalização dos documentos” ⁽²⁾.

2. UMA NOVA VISÃO DA POLÍTICA

Há pouco mais de meio século, foi-se operando no termo “política” *uma deslocação de acento*, que lhe reverdeceu a fortuna e o fez palavra da moda. O que lhe acarretou também, de fato, uma polivalência de significado, acompanhada de não ligeira ambigüidade.

É fora de dúvida um dado bastante positivo estar a consciência dos cidadãos quanto à projeção da vida social emergindo como nunca no passado, e achar-se em contínuo crescimento a vontade de participar na busca de um modelo mais humano de sociedade. “A opção política — escreveu o Episcopado francês — adquire uma amplitude imensa: como fazer para imaginar novas formas de vida social? Que tipo de sociedade querem os homens e as mulheres para o fim do século XX e para o século seguinte: sociedade de alto consumo de bens ilusórios, ou sociedade baseada na justiça e na plenitude de desenvolvimento humano? A política, numa palavra, situa-se hoje ao nível quase dos fins últimos” ⁽³⁾.

Deve-se também lembrar que, quanto maior espaço se dá à política, tanto maior clareza de idéias se deverá exigir no que lhe respeita. Pois se tudo se tornasse política, teria então perdido a sua função a Fé, a sua missão a Igreja, e deveríamos todos mudar de vocação.

Torna-se por conseguinte indispensável precisar de alguma maneira o sentido em que tomamos aqui o conceito de política, para evitar que nos exponhamos à moda hoje em voga de um politicismo generalizado, e muitas vezes irracional e demagógico. Muito embora não seja tarefa fácil, e não caiba a mim adentrar em campo tão complicado.

(2) Cf. *Atos do CGE*, páginas IX e X.

(3) EPISCOPADO FRANCÊS, *Política, Igreja e Fé*, Ed. LDC, 44.

A cilada da ambigüidade

Por felicidade sentimo-nos hoje um tanto habituados ao emprego de termos ambivalentes, e nos adestramos de contínuo em diferenciar entre valores e desvalores, a distinguir por exemplo secularização de secularismo, promoção da mulher de feminismo, laicidade de laicismo, etc. Desta sorte é-nos possível, antes indispensável, estabelecer uma clara distinção entre “política” e “politicismo”:

— a *política* é um bem, uma dimensão básica da convivência civil;

— o *politicismo* é exorbitância e adulteração, uma confusão que corrói por dentro e desnatura o ser social e os multiformes serviços civis da sociedade.

É verdade que quando uma terminologia faz sucesso, não podemos prescindir de seus novos matizes nem devemos ter medo de empregá-la. Fá-lo-emos todavia com o cuidado de não gerar equívocos nem interpretações errôneas. Devemos saber falar a linguagem atual dos jovens e do povo, levando em conta, porém, que através da linguagem da moda podem passar não apenas verdades mas erros também. Sobretudo quando certos termos entram no uso comum através do filtro de ideologias que rejeitam os valores da transcendência, que são inimigos da perspectiva religiosa, e negadoras da missão específica da Igreja na sociedade.

Que é então, a nível de reflexão cristã, a política? Que significa “engajamento político” para um membro da Igreja cuja missão é definida pelo Concílio como “não de ordem política” mas “de ordem religiosa”? (4). E qual hoje a “responsabilidade política” de um salesiano que ouviu seu pai e fundador Dom Bosco aconselhá-lo, cem anos faz, a manter-se fora das “coisas políticas”?

Que se entende hoje por política

Os estudiosos soem hoje empregar o termo política praticamente em dois sentidos, em vista dos dois polos ao redor dos quais se concentra a preocupação da vida civil:

(4) Cf. *Gaudium et Spes*, n. 42.

— o *polo dos valores e dos fins* que definem o “bem comum” numa visão global da sociedade civil;

— e o *polo dos meios, dos métodos e das prioridades* que devem guiar a eficácia do “poder” para o conseguimento prático de uma adequada convivência social.

O polo dos valores e dos fins

O primeiro significado considera a política, no sentido mais amplo da palavra, como uma exposição aprofundada da dimensão social do homem situado historicamente na cidade, em grego chamada precisamente “pólis”. Na cidade, de fato, organiza-se a convivência social humana, desenvolve-se a cultura, programa-se o trabalho, promovem-se múltiplas atividades, verificam-se as lutas sociais e madura, em última análise, a história de um povo.

Ser “cidadão” implica interessar-se e participar na dinâmica de tal convivência, e dedicar-se com diversos empenhos e serviços à sua reta organização e ao seu justo funcionamento⁽⁵⁾. O “bom cidadão” não pode ser neutro neste campo, mas deve saber dar generosamente e com a competência de que é capaz a sua colaboração.

Nesse nível todos certamente têm uma responsabilidade política. E pensamos imediatamente num aspecto realista da nossa missão salesiana: ouvimos tantas vezes Dom Bosco repetir que devemos trabalhar na educação dos jovens e dos adultos das classes populares, “ajudando-os a tornarem-se honestos cidadãos”⁽⁶⁾.

A expressão “honesto cidadão” pode por certo ter diferente ressonância conforme o seu contexto cultural, mas se move justamente na órbita desta acepção ampla. Segundo tal significado o termo política está a indicar praticamente a dimensão social do homem: nela a realidade substancial é constituída diretamente pelos valores e pelas atividades sócio-culturais, ao passo que o aspecto político aparece como uma consequência qualificante.

(5) Cf. *Gaudium et Spes*, n. 73-76.

(6) Cf. *Const.*, ar. 17.

O polo dos meios e da prioridade

O segundo significado considera a política no sentido mais estrito e próprio da palavra, como uma inteligente e calculada série de iniciativas de comprovada eficiência, como o conjunto das atividades práticas que — através de movimentos, partidos, projetos históricos etc. — entendem orientar o exercício do poder supremo em benefício do povo.

Nesse nível a política é uma atividade ordenada, sim, como alvo a atingir, ao Bem Comum de todos os cidadãos; mas tem, como energia motora que a especifica, o uso ou a busca do uso do poder de governo, a fim de organizar a sociedade global, fazer convergir os vários setores e as várias energias para o ordenamento do todo, e guiar e orientar concretamente os comportamentos da convivência civil. Ora, é justamente esse o ângulo mais significativo da atividade política, a luz sob a qual se manifestam e catalogam, em última análise, todas as iniciativas que promove.

Neste segundo sentido nem todos se podem dedicar a “fazer política”, seja porque há necessidade de muitas outras atividades, seja porque ela requer dotes e competência não comuns. Pois bem, quando falo aqui de “atividade política”, entendo referir-me a este segundo significado mais estrito e próprio, enquanto importa como realidade substancial “a relação direta com a busca, o exercício e a distribuição do poder, fator unificante da comunidade social” (7).

Entretanto a mudança de acento a que acima aludimos, salienta mais o primeiro que o segundo significado, dá uma prioridade à política entendida antes como dimensão qualificante do que como atividade específica. E não havemos de tê-lo em conta? Certamente! Exatamente por esse motivo estamos aqui a refletir sobre a nossa “responsabilidade política”. Mas o que nos interessa esclarecer é que a acentuação diferente não muda a natureza de um conceito, sob pena de cair no relativismo.

(7) Cf. CELAM, *Igreja e Política*, Ed. LDC, n. 6.

Quando a política pretende julgar tudo

No nosso caso, não nos podemos deixar plagiar pela tese marxista da adequação do social e do político. Com efeito, na sociedade secularizada de tipo ateu, a política toma o lugar da filosofia e da religião ao descrever o significado do homem e da sociedade: ela considera tarefa primária e fundamental definir os fins do mundo e constituir-se como critério último da ética humana⁽⁸⁾. Desse modo chega-se a dar à política um valor de vértice que tudo julga, mesmo a cultura e a fé religiosa.

É essa uma consequência lógica de uma ideologia em que os fins temporais são considerados como absolutos, e em que a política é identificada não somente com o social mas com a própria "história que se está construindo"⁽⁹⁾.

A mudança de acento, pois, não nos deve induzir a distorcer o significado real das coisas, mas a sublinhar e a privilegiar nas nossas preocupações a variação profunda do contexto sócio-cultural, a adequada revisão da escala dos valores, a programação de uma diversa prioridade dos compromissos, a urgência de assumir novas atitudes, a coragem de enfrentar problemas inéditos, e a capacidade de cada um de tornar atual e eficaz a própria vocação para o bem da sociedade.

Os limites da atividade política

Embora seja verdade que o homem na sua totalidade tem dimensões políticas, ainda assim *a atividade política não é todo o homem*. Hoje, mesmo entre os que crêem, muito se fala do valor totalizante da dimensão política, abrindo as portas a graves confusões.

"A esfera política — escreveu a propósito um estudioso — não engloba todas as dimensões coletivas e pessoais da existência humana, ainda que de um modo ou outro as possa atingir todas. Se o faz, é tão-somente de certo ponto de

(8) Cf. R. GARAUDY, *Parola d'uomo*, Ed. Cittadella 1975, 125.

(9) O. C., 125.

vista e dentro de certos limites... Homens e mulheres podem prestar grandíssimos serviços à humanidade sem que o empenho axial de sua vida seja um empenho político. Privilegiá-lo de maneira exclusiva correria o risco de fazer esquecer as dimensões essenciais da existência humana, sem as quais a política perderia qualquer significado autêntico” (10).

Em outras palavras, a vida familiar, econômica, cultural, religiosa etc., interessa à perspectiva da sociedade civil tanto quanto interessa a atividade política.

Creio que entre as tarefas de hoje há a de *desfazer o mito do politicismo*, que ameaça contagiar as outras dimensões indispensáveis da existência humana e desnaturar as múltiplas e diferentes vocações.

Mas demitizar o politicismo não significa desconhecer ou desprezar os valores do atual processo de crescimento na responsabilidade política. Antes, é precisamente essa nova sensibilidade que exige para a sociedade a intervenção de outras iniciativas humanas distintas da atividade política.

“A ação política — escreveu Paulo VI — deve apoiar-se num projeto de sociedade coerente nos seus meios concretos e na sua inspiração, alimentada numa concepção total da vocação do homem e das suas diversas expressões sociais. Não cabe ao Estado nem a partidos políticos, fechados dentro de si próprios, tentar impor uma ideologia... É tarefa dos grupos culturais e religiosos, na liberdade de adesão que eles pressupõem, tentar desenvolver no corpo social, de maneira desinteressada e pelos próprios caminhos, estas convicções últimas sobre a natureza, a origem e o fim do homem e da sociedade” (11).

Evidencia-se então a *importância de tantas vocações no povo e para o povo, que não se dedicam a “fazer política” ainda que de fato influam profundamente na vida política.*

A política numa época de mudanças radicais tem necessidade mais do que nunca de sólidos fundamentos culturais, de seguras iluminações religiosas, e de verdadeira e viva

(10) R. COSTE, *Dimensioni politiche della fede*, Ed. Cittadella 1973, 33 e 36.

(11) *Octogesima Adveniens* n. 25.

graça de Cristo. Bergson, não suspeito de clericalismo, lançou uma afirmação que provocou muitas discussões: “A democracia será cristã ou não será”; e não se referia a nenhum partido, mas ao “suplemento de alma” de que há mister a política para ser deveras racional.

3. MAS A RELIGIÃO CONTINUA INDISPENSÁVEL

Devemos pensar com muita seriedade na função histórica da fé cristã na atual evolução democrática dos povos. *Viver com autenticidade a dimensão religiosa torna-se, de fato, para o cristão, grave responsabilidade também “política”.*

O Vaticano II estigmatizou como erro funesto o separar a fé dos compromissos temporais: “O divórcio entre a fé professada e a vida cotidiana de muitos deve ser enumerado entre os erros mais graves do nosso tempo... Não se crie oposição artificial entre as atividades profissionais e sociais de uma parte, e de outra, a vida religiosa. Afastam-se da verdade os que julgam poderem negligenciar os seus deveres terrestres, sem perceberem que estão mais obrigados a cumpri-los, por causa da própria fé, de acordo com a vocação à qual cada um foi chamado. Não erram menos aqueles que, ao contrário, pensam que podem entregar-se de tal maneira às atividades terrestres, como se elas fossem absolutamente alheias à vida religiosa.

“Alegrem-se, os cristãos, porque podem desempenhar todas as suas atividades terrestres, unindo os esforços humanos, domésticos, profissionais, científicos ou técnicos, em síntese vital com valores religiosos, sob cuja soberana direção todas as coisas são coordenadas para a glória de Deus” ⁽¹²⁾.

E quem pode ajudar os homens a fazer tal síntese? Não há porventura necessidade de uma vocação especial, de um ministério apropriado, de uma dedicação de tempo integral e de toda a existência? Assim é de fato: *pode haver uma responsabilidade “política” que para ser genuína não se deve pôr a “fazer política”, mas a alicerçar religiosamente a con-*

(12) *Gaudium et Spes*, n. 43.

vivência civil e a traduzir em liturgia todo o dinamismo humano da história.

O mistério da iniquidade na história

O processo de democratização da vida civil está, pode-se dizer, em seus inícios; um grande pensador moderno (Maritain) afirma que nos encontramos ainda “numa época pré-histórica” nesse aspecto.

Por outra parte ensina-nos a experiência que a arte do governo é com muita frequência e facilidade acompanhada de abusos e injustiças: o Poder, a Riqueza e o Sexo parecem zonas climáticas muito favoráveis ao pecado e ao crescimento do mal. Pensemos por um instante nas várias Nações que existem neste momento na terra, pensemos nos regimes de governo dos séculos passados: quem pode prometer messianicamente a um povo a existência de uma ciência que resolve finalmente o problema, e que apareceu um método eficaz para fazer política com plena justiça? Seria demagogia e irresponsabilidade mostrar-se ingenuamente seguros de um projeto político de soluções mágicas.

Não é ao invés exagerado afirmar que a história humana sem Cristo poderia definir-se como a “catástrofe da política”. Apareceu na história um espaço especial para o Maligno, que a Escritura chama precisamente “o Príncipe deste mundo”; ora, somente Jesus Cristo o derrotou, sanando outrossim os valores políticos mediante sua atividade redentora (que — é bom frisar — não foi uma atividade política).

A fé nos garante que na história age o “mistério de iniquidade”; não é mitologia a cena descrita no cap. 13 do Apocalipse: apresenta-se aí o Poder político do tempo impregnado de um espírito demoníaco, que dele se serve em proveito do Inimigo de Cristo.

Mas também São Paulo aconselha os cristãos a se revestirem “da armadura de Deus, para poderem resistir às insídias do demônio: pois não temos que lutar contra carne e sangue, mas contra as chefias, os poderes, os dominadores deste mundo das trevas”⁽¹³⁾. Devemos em consequência me-

(13) Ef 6, 11-12.

ditar na presença histórica de uma força corruptora que só pode ser debelada por Cristo e com Cristo.

Não compete a nós tecer considerações exegéticas; mas decerto nos encontramos ante o problema de uma presença especial do mal nos centros nevralgicos da atividade humana ⁽¹⁴⁾.

A função libertadora da Igreja

Desvela-se então um aspecto indispensável da missão da Igreja no mundo: libertá-lo do mal e levedá-lo no bem. “A Igreja é o âmbito em que o domínio de Jesus se afirma” ⁽¹⁵⁾.

Ela não é o mundo, ainda que exista no mundo e viva para salvá-lo. Não se pode desligar da esfera política porque vive nas Nações e ajuda a fundamentar sua justa dimensão humana; *a sua missão todavia não consiste em construir o Estado, mas em anunciar um Reino de Deus que faz com que os homens vivam honestamente já neste mundo.*

Não há dualismo em tudo isto: há, sim, distinção e dualidade: Deus não é uma alternativa para o homem, mas não é o homem. Surge então como princípio fundamental não dualista o dito evangélico: “Daí a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” ⁽¹⁶⁾. O Concílio Vaticano II afirma que “a missão própria que Cristo confiou à sua Igreja não é de ordem política: pois a finalidade que lhe prefixou é de ordem religiosa” ⁽¹⁷⁾. A afirmação é nítida: diria que não pode ser mais clara, ainda que possa parecer desconcertante.

Ouvimos logo ressoar ao contrário a fatídica acusação de Marx: “A religião é o ópio do povo”! A missão de Cristo e da Igreja seria uma alienação da história, uma desqualificação social, uma inutilidade política? Não obstante Cristo tornou-se “Senhor da história” precisamente realizando a sua missão religiosa, e com ela ofereceu a libertação a todos os valores humanos, inclusive aos da esfera política. O Concílio

(14) Cf. E. SCHLIER, *Principati e Potestà nel Nuovo Testamento*, Morcelliana, 1967.

(15) *Ib.*, 50.

(16) Mc 12,17.

(17) *Gaudium et Spes*, n. 42.

no texto que acabamos de citar, prossegue afirmando: “Mas, na verdade, desta mesma missão religiosa decorrem benefícios, luzes e forças que podem auxiliar a organização e o fortalecimento da comunidade humana segundo a Lei de Deus” ⁽¹⁸⁾.

A cultura tem necessidade da religião

Ao acima exposto prende-se espontaneamente o fascinante problema da “cultura”.

Sabemos que a fé não pertence de per si à ordem cultural: “o Evangelho não se identifica por certo com a cultura, e é independente em relação a todas as culturas” ⁽¹⁹⁾. Mas *entre fé e cultura existe uma necessidade histórica*, derivada da própria essencialidade, de *íntima comunhão e contínuo intercâmbio* mutuamente enriquecedor ⁽²⁰⁾.

O Concílio lembrou-nos o auxílio que a Igreja recebe do mundo contemporâneo ⁽²¹⁾, e o auxílio que ela se esforça por prestar à sociedade ⁽²²⁾. Ora, isso tudo se deve atentamente meditar, para compreender e aprofundar o sentido da indispensabilidade da religião.

Hoje como em tempo nenhum, por exigência do processo de democratização da nossa época, urge “insistir que a cultura, desviada de seu próprio fim, não seja forçada a sujeitar-se aos poderes políticos e econômicos” ⁽²³⁾. Essa urgência sublinha com maior vigor ainda a importância de que *esteja presente e operante a fé religiosa na elaboração de um novo projeto de homem e de sociedade*.

O Evangelho, assegura-nos o Concílio, ajuda a estimular a cultura, a remover dela perigosos erros, a elevar a sua mediação, a fortificá-la, aperfeiçoá-la e fecundá-la ⁽²⁴⁾. “A fé esclarece todas as coisas com luz nova. Manifesta o plano

(18) *Ib.*

(19) *Evangelii Nuntiandi*, n. 20.

(20) Cf. *Gaudium et Spes*, n. 58.

(21) Cf. *Gaudium et Spes*, n. 44.

(22) Cf. *Gaudium et Spes*, n. 42, 43, 57, 58.

(23) *Gaudium et Spes*, n. 59.

(24) Cf. *Gaudium et Spes*, n. 58

divino sobre a vocação integral do homem. E por isso orienta a mente para soluções plenamente humanas” (25).

O mal é que entre fé e cultura tenham surgido graves dificuldades, ao ponto de fazer o Santo Padre Paulo VI exclamar que “*a ruptura entre Evangelho e cultura é sem dúvida o drama da nossa época*” (26).

Ante os valores emergentes, urge renovar a reflexão da fé, e elaborar uma teologia que saiba dialogar com as novas disciplinas antropológicas a fim de evitar o desequilíbrio do sociologismo e do psicologismo (27). A evangelização deve empenhar-se em penetrar os estratos da humanidade que se transformam; deve batizar o mundo do trabalho, purificar a luta social, iluminar a política, reavaliar o sentido da história. Diz Paulo VI: “Para a Igreja não se trata tanto de prégar o Evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou populações maiores em dimensões de massa, mas de chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação” (28).

Surgiram assim, e surgem na Igreja, por obra do Espírito do Senhor, vocações apostólicas particularmente orientadas para enfrentar esses problemas, e para empenhar-se em resolvê-los com inteligência e devotamento. Entre elas se conta também a nossa: de Salesianos de Dom Bosco.

É um “compromisso religioso” de tempo integral e de toda a existência, compromisso totalizante e criativo, mais urgente que qualquer outro, para o novo projeto de homem e de sociedade. A grande crise que atravessamos não é, em verdade, primordialmente política, mas religiosa e cultural. Há necessidade de vocações cristãs especializadas em sanar o divórcio entre Evangelho e cultura.

(25) *Gaudium et Spes*, n. 11.

(26) *Evangelii Nuntiandi*, n. 20.

(27) Cf. *Gaudium et Spes*, n. 62.

(28) *Evangelii Nuntiandi*, n. 19.

Dom Bosco foi suscitado por Deus, no século passado, com uma simples missão. A nossa vocação de Salesianos comporta uma missão religioso-cultural especialmente entre os jovens pobres e nas classes populares, tendo precisamente em vista a nova sociedade. O próprio Dom Bosco no Proêmio do seu primeiro esboço das Constituições escrevia com conhecimento de causa: “Da boa ou má educação da juventude depende um bom ou triste futuro dos costumes da sociedade” (29).

Numa hora de transição como a nossa devemos saber repensar a nossa vocação sem todavia traí-la. A construção de uma nova sociedade tem decerto necessidade de política; mas a Política, se pretende ser genuinamente democrática, tem necessidade de cultura; e a cultura se não quer trair o homem, tem necessidade de religião.

4. DOM BOSCO E A POLÍTICA

É quando menos ambíguo falar de “apoliticismo” de Dom Bosco; o erro consistiria em fazer dele um sacerdote tranqüilo, desencarnado, não criativo, não profético, não lutador, não incansável, não decidido, sem uma clara opção social e histórica.

Seguir-se-ia de aí também a desnaturação da missão da Congregação, por ele fundada justamente como resposta a tantas necessidades sócio-culturais da época.

O que sem dúvida claramente se evidencia, é que Dom Bosco quis conscientemente “não fazer política”; antes, deixou como patrimônio espiritual à sua Congregação não fazê-la. O que não significa que fosse “apolítico” no sentido de alienado dos grandes problemas humanos da sua época, um neutral nas novidades sócio-culturais do seu século, um ignorante das exigências da nova sociedade em gestação, um espiritualista abstrato na sua pedagogia entre os jovens e o povo, um utopista um tanto sentimental nas suas iniciativas internacionais e missionárias.

Não, a verdade é justamente o contrário! Dom Bosco consagrou-se criativamente à reforma da sociedade tendo

(29) *Proêmio*, 1858; *Memorie Biografiche* 5, 931.

consciência de sua responsabilidade do bem comum. Mas o fez com um empenho pastoral novo, brotado por inteiro do seu coração de padre.

Perguntamo-nos por conseguinte em que sentido o conselho de Dom Bosco de “não nos metermos em coisas de política” não venha a ser um apoliticismo malsão, mas envolva uma responsabilidade “política” de bem comum. Tendo presente, entre outras coisas, que o que ele chama de “coisas de política” tinha, no século passado, uma ressonância toda especial. Não será uma pesquisa científica a nossa, mas nos esforçaremos tão-só por iluminar, com uma visão panorâmica de síntese, o sentido e a identidade com que nasceu a nossa vocação na Igreja.

Para esse fim interessa-nos captar a consciência com que Dom Bosco formulou sua opção neste campo; investigaremos não tanto sua mentalidade presa à cultura do tempo, ou seus possíveis gostos subjetivos no clima sócio-político do Piemonte e da Itália, quanto, de preferência, os elementos que ajudam estabelecer com precisão o espírito com que viveu, e o tipo de missão que quis realizar. Desejamos, com efeito, ser fiéis ao nosso Fundador como a uma graça de Deus.

Para iluminar semelhante fidelidade, recolheremos algumas observações acerca da diferença de contexto sócio-político entre o século passado e os tempos atuais; além disso indagaremos quais foram de fato as atividades concretas mais significativas, e como testemunhou claramente na prática o aspecto pastoral da sua vocação.

O século que mudou a face do mundo

Hoje, talvez, no ocidente, pensamos no século passado com certo complexo de superioridade, que nos impede de ver-lhe a importância e a fecundidade sobretudo no campo social e político. Bastaria pensar que, não obstante a restauração de Viena (ano do nascimento de Dom Bosco), foi amadurecendo tudo o que havia de fermento e de “sinais dos tempos” na explosão da revolução francesa.

“Sabemos, escreve o P. Caviglia, que o século XIX mudou a face do mundo em todo o sentido, bom ou mau que seja, sem excluir o da religião”⁽³⁰⁾.

É um século “que aspira à redenção e à elevação das classes humildes, e procura na democracia a justa ordem social: um século que, chamado das luzes, quer a instrução, a ciência, o progresso de tudo e de todos, e se empenha com crescente fervor na educação do povo no sentido moral, civil, político, social, e ao povo se volta para as reivindicações nacionais, e a ele adapta o espírito e as formas da nova literatura e da arte nova”⁽³¹⁾.

Isso tudo foi certamente vivido num clima cultural diferente do atual; poderia ele sintetizar-se, politicamente, na procura da independência e da democracia constitucional dos novos Estados, e eclesiologicamente, nas orientações do Concílio Vaticano I.

As características do tempo de Dom Bosco

Enumeremos algumas características dos tempos em que Dom Bosco viveu.

* Antes de tudo *um despertar geral dos nacionalismos* que na Itália se concretizava no *risorgimento* e nas guerras de independência. Quando Dom Bosco foi ordenado sacerdote, havia na península bem seis capitais de Estado (Turim, Milão, Parma, Florença, Roma, Nápoles); haviam desaparecido os impérios de Portugal e da Espanha; nasciam os Estados independentes da América Latina, ia-se preparando o desmembramento do Império Austro-húngaro.

* Mudava o sistema de governo: assentavam-se as bases para uma nova vida civil de tipo democrático; desapareciam as formas monárquicas absolutistas; instaurava-se o regime constitucional também nos Estados Pontifícios; começavam a fazer-se votações; surgiam os partidos políticos.

* No século passado é que *se inicia o penoso processo das transformações econômico-sociais*: a industrialização, o

(30) A. CAVIGLIA, *Don Bosco — Profilo storico*, Sei 1934, 5-7.

(31) *Ib.*, 4-5.

urbanismo, a explosão demográfica (na Europa passa-se de 180 a 400 milhões de habitantes), e o fenómeno importante da emigração para a América.

* Aparecem as ideologias que haverão de ganhar sempre maior ascendente sobre as massas mediante o crescente poder da imprensa sobre a opinião pública: ao lado dos neo-guelfos, dos neo-guibelinos e dos socialistas utopistas, afirmam-se os movimentos do “liberalismo” e do “marxismo”.

* Na Itália é particularmente forte o *choque entre o Estado e a Igreja*, que assistiu ao dinamismo das forças sectárias, a um vasto anticlericalismo (ao qual se contrapunha um forte clericalismo), ao confisco dos bens eclesiásticos, à invasão dos estados Pontifícios, à conquista de Roma, à abstenção e ao conflito de consciência dos católicos.

Pensemos no que significa então, num momento de euforia constitucional, fazer gritar aos jovens “Viva o Papa” em vez de “Viva Pio IX”; ou durante a república de Mazzini em Roma, fazer entre os meninos uma coleta para o Papa exilado em Gaeta.

* *Falar de política em semelhante contexto* supõe uma diferença de acento não transcurável, em relação ao significado que se costuma atribuir à política nos tempos atuais. O que consideramos como a significação ampla de “política”, a nível sócio-cultural do bem comum, Dom Bosco costumava exprimi-lo com outros termos: “O sentido que damos à expressão “mundo político” — escreve Pietro Stella — devemos encontrá-lo em boa parte na área de outras expressões, como em “sociedade civil”, “pátria”, (“nação”), “sociedade”, “moralidade”.

Nessa área é possível descobrir uma convergência de fundo entre as metas programadas por Dom Bosco e pelos mais variados promotores da educação dos jovens e do povo, à maneira de Ferrante Aporti, Ilarione Petiti di Ro e Achille Mauri e o próprio Giuseppe Mazzini⁽³²⁾. Podemos dizer que nesse campo Dom Bosco concentra praticamente o objetivo a conseguir de uma educação integral na fórmula “bons cristãos e honestos cidadãos”.

(32) PIETRO STELLA, *Don Bosco e la Política*, Roma 1971, Mimeografado, 3.

Quando ao invés Dom Bosco emprega o termo “política” ou “coisas de política” ou “princípio de partido” (cf. carta ao ministro T. Mamiani), quer-se referir ao que se acha diretamente ligado a uma intervenção no governo do país, à visão do exercício do poder no Estado, aos postulados ideológicos que regem a orientação de certos jornais, de grupos de pressão mais ou menos sectários, dos movimentos de partido com referência ao tipo de regime a organizar e ao tipo de independência e de unidade nacional a realizar. Era a significação situada no nível mais específico da política.

“A pesquisa dos matizes no tecido da experiência de Dom Bosco, ajuda a pôr em relevo os pontos de tensão, e alguma vez também de divergência, entre Dom Bosco e outros. Onde encontramos a palavra “política”, é possível sondar as motivações de algumas de suas opções, os critérios que instintiva ou conscientemente lhe orientaram a linha de conduta assumida” ⁽³³⁾.

As iniciativas políticas de Dom Bosco

Dom Bosco não demonstrou jamais um temperamento ou uma atitude neutra. É decidida e totalmente padre, com um genial e sacrificado empenho pastoral.

Possuía notável inteligência prática; era dono de esclarecido equilíbrio psicológico; era, como se diz popularmente, muito esperto, realista e flexível; tinha a arte de conduzir os outros, de construir e governar comunidades; sabia enfrentar habilmente as dificuldades; tinha garbo e tato nas relações chegando às pessoas-chave; cultivava a inclinação e o gosto pela história; captava o curso global dos acontecimentos exercendo em relação a eles um senso crítico objetivo; numa palavra, tinha (se assim quisermos dizer) condições e envergadura de “político”, não como alguns politiquinhos, críticos de escrivania, que na prática são incapazes de organizar uma obra, governar um grupo, inventar uma solução e vencer uma dificuldade concreta.

(33) *Id.*

Sentia-se vivamente italiano e piemontês (ou seja cidadão do Reino Sardo); mas como homem de fé alimentava um forte sentido da catolicidade, que não via em contraste mas naturalmente vinculada com o ser italiano. Como padre e cidadão, *estava intimamente convencido de que “a religião foi tida em todos os tempos como o sustentáculo da sociedade humana e das famílias, e de que onde não há religião existe apenas imoralidade e desordem; que por conseguinte devemos trabalhar em promovê-la, amá-la e torná-la amada também pelos nossos semelhantes, e acautelar-nos dos que não a honram ou a desprezam”* ⁽³⁴⁾.

Era um “engajado” de tempo integral, dinamizado pelo “zelo da renovação cristã da sociedade” ⁽³⁵⁾ e por “uma concepção superpolítica do Papado” ⁽³⁶⁾, a tal ponto de fazer afirmar a Pio XI numa encíclica escrita ao findar o ano 1929 (ano da Conciliação entre a Santa Sé e a Itália) a sua admiração “pela misericórdia de Deus em pôr por tanto tempo e de maneira providencial — defronte a homens sectários e nefastos, entranhadamente empenhados em demolir a religião cristã e em conculcar com acusações e injúrias a suprema autoridade do Sumo Pontífice — um Dom Bosco que, deplorando fortemente os violados direitos da Sé Apostólica, muitas vezes se empenhara por que, reintegrados tais direitos, se compusesse amigavelmente um dissídio que arrancara a Itália do paterno amplexo do Pontífice” ⁽³⁷⁾.

Mas para certificar-nos do incansável empenho e da clareza de opção vividos por Dom Bosco neste campo, procuremos recordar suas principais iniciativas que tenham alguma atinência com uma dimensão política.

* *Dom Bosco tratou pessoalmente com homens políticos e de cultura como Pellico, Gioberti, Rosmini, Manzoni, Cavour, Balbo, Rattazzi, Farini, Crispi, Zanardelli, Lanza e muitos outros, e cultivou continuas relações com os ministros nas sucessivas capitais (Turim, Florença, Roma).*

(34) G. Bosco, *Storia d'Italia* (in *Opere e scritti editi e inediti*, Vol. III, Sei) 472-473.

(35) A. CAVIGLIA, *Profilo storico*, 135.

(36) A. CAVIGLIA, *Discorso introduttivo alla storia d'Italia*, pág. XXIII.

(37) Encíclica *Quinquagesimo ante anno* de 23.12.29.

* *Participou com interesse de certos acontecimentos significativos* do novo estilo político. A Constituição de Carlos Alberto em 1848 estabeleceu as eleições de deputados e senadores e a inauguração do Parlamento; e “Dom Bosco, que estudava atentamente os acontecimentos do dia, foi algumas vezes assistir às discussões parlamentares nos primeiros meses da abertura; e compreendeu logo o rumo que haveriam de tomar as coisas públicas em relação à Igreja” ⁽³⁸⁾.

Em novembro de 1875 o governo convocou as eleições gerais. Dom Fransoni lembrou o sentido cristão do voto. Dom Bosco interessou-se em preparar os documentos necessários para cumprir esse dever, e com prudência procurou promover a eleição de católicos competentes ⁽³⁹⁾. A maior parte dos deputados católicos eleitos eram seus amigos íntimos, e várias vezes recorriam a ele para aconselhar-se em alguns problemas difíceis ⁽⁴⁰⁾.

* Na iminência da *lei Rattazzi sobre o confisco dos bens dos conventos*, Dom Bosco publicava nas “Leituras Católicas” o famoso opúsculo. “Os bens da Igreja, como se roubam e quais as conseqüências, com breve apêndice sobre os acontecimentos do Piemonte”, que provocou reações no Parlamento ⁽⁴¹⁾. Seguiram-se-lhe as cartas ao Rei com o aviso profético: “grandes funerais na corte” ⁽⁴²⁾.

* *Quando Roma foi ocupada pelas tropas piemontesas*, e Pio IX se sentia quase levado a abandoná-la (com a conseqüência de uma possível intervenção de outras potências), Dom Bosco fez chegar ao Papa o histórico conselho: “A sentinela de Israel permaneça firme em seu posto” ⁽⁴³⁾.

* *No entusiasmo da primeira expedição missionária à América Latina* depara-se-nos um aspecto importante da sua participação criativa nos problemas da Nação, acompanhado de uma curiosa proposta. A intensificação do movimento migratório, que não inquietava demasiadamente os políticos,

(38) *Memorie Biografiche*, 3, 305.

(39) *Ib.*, 5, 762-764.

(40) *Ib.*

(41) *Ib.*, 5, 233-234.

(42) *Ib.*, 5, 239-244.

(43) *Ib.*, 10, 10-66.

preocupava Dom Bosco, que quis que os seus missionários se dedicassem também aos compatriotas emigrados.

Mas o curioso é que a 16 de março de 1876 Dom Bosco escreveu ao ministro dos negócios estrangeiros da Itália, Melegari, uma carta em que sugeria o projeto insólito — audacioso, sem dúvida, e realmente utópico — de criar uma espécie de Estado colonial para os emigrantes ao sul do Rio Negro, na Patagônia ⁽⁴⁴⁾. “É interessante notar que vinte anos depois o célebre sionista Teodoro Herzl propunha de sua vez que as grandes potências confiassem ao povo israelita a soberania da Palestina ou da Patagônia argentina” ⁽⁴⁵⁾.

Nos conflitos entre Estado e Igreja

* Nos graves conflitos entre o Estado e a Igreja, Dom Bosco desempenhou relevantes e delicadas missões.

Em 1865, e quatro anos depois em 1869, interveio no problema das numerosas sedes episcopais vacantes ⁽⁴⁶⁾.

Em 1873 foi-lhe confiado o problema da “temporalidade dos Bispos” que teve êxito apenas parcial em virtude da oposição da imprensa e de Bismark ⁽⁴⁷⁾.

Em 1878, à morte de Pio IX, Dom Bosco recebeu a incumbência de explorar as disposições do governo Crispi com respeito à garantia da segurança do conclave ⁽⁴⁸⁾.

O novo Papa, Leão XIII, pouco depois da sua eleição, encarregou o Card. Manning de consultar a Dom Bosco sobre a possibilidade de uma nova tentativa de entendimento com o governo ⁽⁴⁹⁾.

É comovente que Leão XIII, ao receber mais tarde Dom Bosco em audiência, lhe tenha dito: “Cuidai da vossa

(44) Cf. *Memorie Biografiche*, 12, 111; 12, 623-624.

(45) G. SPALLA, *Don Bosco e il suo ambiente sociopolitico*, LDC 1975, 39.

(46) Cf. *Memorie Biografiche*, 10,62 e segs.; 10,453.

(47) *Memorie Biografiche*, 10,528 e 10,550.

(48) *Ib.*, 13, 481-482.

(49) *Ib.*, 13, 501.

saúde. A vossa vida pertence à Igreja. Neste momento, Dom Bosco, sois necessário. É o Papa que vo-lo ordena” ⁽⁵⁰⁾.

Sabemos que Dom Bosco desejava se esclarecesse, além da dificuldade do “Exequatur”, também a relativa à participação dos católicos como deputados e senadores nas câmaras do novo estado italiano. Era uma situação espinhosa e complicada, não somente pela proibição do “nem eleitos, nem eleitores”, mas também porque, sendo ele piemontês, era visto com certa desconfiança em alguns círculos influentes. Sobre tão delicado problema Dom Bosco consultou várias pessoas importantes e conseguiu do P. Sanguinetti, professor da Universidade Gregoriana um estudo interessante, que a seu tempo haveria de frutificar ⁽⁵¹⁾.

Escritor para os jovens e para o povo

* Mas um aspecto particularmente esclarecedor para o tema em pauta é o de Dom Bosco escritor a serviço da elevação cultural dos jovens e do povo.

“Neste setor — escreve Pietro Braido — pode-se facilmente colher a preocupação central de todas as suas obras e das metodologias preferidas: focalização do motivo religioso cristão, reputado também fonte de prosperidade moral e civil; sentimento vivo das realidades ultraterrenas...; mas ao mesmo tempo valorização do trabalho e do estudo, da operosidade na cidade terrena e da profissão; e vontade de colocar na vida, que é coisa séria, uma nota de alegria. É um pouco a fórmula sintética da ação de Dom Bosco, e encontra uma das suas expressões típicas no teatro popular por ele realizado” ⁽⁵²⁾.

Deve-se lembrar, entre os escritos mais significativos no nosso campo, a “História Eclesiástica”, a “História Sagrada”, a “História da Itália”, o projeto de uma “História Universal”, os originais “Diálogos sobre o sistema métrico decimal”, o

(50) *Ib.*, 18,98.

(51) *Ib.*, 10, 469-475.

(52) *Scritti sul Sistema Preventivo nell'educazione della gioventù*, Ed. La Scuola 1965, 553.

opúsculo “L’Enologo Italiano” para enfrentar uma sociedade vitícola fundada pelas seitas etc.

Dom Bosco tinha, além disso, um sentido agudo da opinião pública, e se deu a intensa atividade como publicista para “promover os bons costumes e a sociedade civil”; deixou-nos uma famosa circular, na festa de S. José de 1885, precisamente sobre a difusão da imprensa: “Foi essa — escreve — uma das principais empresas que me confiou a Divina Providência, e vós sabeis como dela me tive que ocupar com incansável vigor. Não obstante mil outras ocupações... Peço-vos e exconjuro-vos não descuideis essa parte importantíssima da nossa missão” ⁽⁵³⁾.

Parece-me oportuno dedicar um instante nossa atenção à “História da Itália” e à iniciativa do “Boletim Salesiano”.

A “História da Itália”

* A “História da Itália” oferece-nos à reflexão extraordinária riqueza de deixas: “Não é somente um livro: é um fato da vida e um dado do seu caráter e do seu pensamento; e neste sentido, mais que pelo fato historiográfico, tem um valor extraordinário” ⁽⁵⁴⁾.

Convido-vos a relê-la juntamente com o documentado e agudo “Discurso introdutivo” do inesquecível P. Alberto Caviglia que começa escrevendo: “A História da Itália é, entre os escritos de Dom Bosco, na opinião comum, a obra-prima... É sua obra mais madura e vigorosa; quando foi dada a lume (1856), afirmou-se que no gênero não havia igual na Itália; ela permanece ainda graças a uma vitalidade superior e não passageira, porque não penas cultural, que o Autor lhe infundiu” ⁽⁵⁵⁾.

Foi preocupação de Dom Bosco dar a conhecer ao povo e à juventude, numa hora de intensificação da consciência nacional, a história da própria pátria. Quem escrevia e falava bem da Itália, não obstante as paixões e o anticleri-

(53) *Memorie Biografiche*, 3, 479-489.

(54) A. CAVIGLIA, *Discurso introduttivo*, pág. XLVII.

(55) *Ib.*, pág. IX.

calismo do ressurgimento, era um padre; e falava da Itália como pátria de todos quando a unidade nacional era um futuro que nem mesmo todos os italianos sonhavam, e no qual sequer acreditavam.

Pareceria impossível que um escritor tenha enfrentado semelhante argumento numa hora tão crucial sem alguma posição política, sem polêmicas com os sectários e os ideólogos, sem certo clericalismo político próprio da cristandade ambiental; entretanto é um livro que evitou “fazer política”. Ainda ao servir-se dos trabalhos de historiógrafos guibelinos ou guelfos, Dom Bosco sabe distinguir e prescindir: “Como já nos autores guibelinos que o Nosso segue, os seus sentimentos não são adesão a certas formas de ação (conspirações secretas), ou a certas concepções políticas (Mazzinismo, Giobertismo), e se detêm onde o guibelinismo começa (anticlericalismo e antipapismo), assim o seu sentido guelfo da italianidade se ajusta à concepção superpolítica do Papado, e à fé na Providência Divina”⁽⁵⁶⁾.

Há no livro como demonstração desta sua posição superior, um capítulo de certa maneira emblemático, o que trata “Dos bens temporais da Igreja e do domínio do Sumo Pontífice”. O P. Caviglia qualifica-o como “importantíssimo” pelo conteúdo e tessitura: “Escrito em 1855, ele se pode conservar, e tornar-se até muito mais verdadeiro e sólido, a quem bem o compreende, após a conciliação. E muito honra a Dom Bosco!”⁽⁵⁷⁾. Escreve, com efeito, sobre eventos e personagens contemporâneos, sem trair seu elevado fim pedagógico, cultural e religioso.

O “Boletim Salesiano”

* A fundação do Boletim Salesiano (1877), ligada ao ambiente prevalentemente laical católico dos Cooperadores e à dimensão mundial da missão salesiana, tem um significado sócio-religioso característico: pela escolha vocacional feita, e pelo conhecimento das metas a atingir.

(56) *Ib.*, pág. XXIII.

(57) *Ib.*, 549, nota 89.

Dom Bosco tinha uma consciência clara da sua escolha. Nos primeiros anos do seu sacerdócio já se havia dedicado a alguma atividade jornalística. Em 1848, diante da expansão da imprensa partidária e liberal, interessara-se com outros padres e leigos pela fundação do jornal “A Harmonia”⁽⁵⁸⁾. Mais tarde, verificando que o jornal não era popular, ideou um periódico que melhor se adaptasse ao povo humilde e menos instruído e começou a publicar “L’Amico della gioventù”; a publicação chegou apenas ao número 61, fundindo-se então, após oito meses de vida, com “L’Istruttore del Popolo”, outro jornal com o qual Dom Bosco colaborou por vinte meses, mas depois deixou.

Nos anos da fundação do Boletim havia um interessante fermento político entre as organizações católicas, as sociedades operárias e as associações juvenis; chegava-se até a imaginar um partido católico de tendência conciliarista.

“Qual haveria de ser — escreve Pietro Stella — o caminho apontado por Dom Bosco aos Cooperadores? Deveriam ser uma associação que se preparava para um dia flanquear outras unidades na luta política contra os governos liberais e anticlericais? Seu órgão, o Boletim Salesiano, teria como padrão a “Civiltà Cattolica”, a “Unità Cattolica”, ou o “Osservatore Cattolico” do P. Albertario, o tribuno do mais incontido intransigentismo?” Havia, pois, vários modelos, mas Dom Bosco escolheu o dos periódicos sócio-religiosos: “A religião não só não é inútil, mas é a alma da prosperidade, do verdadeiro progresso e da civilização. Civilização e religião — lê-se no artigo de fundo do número de março de 1885 — são sinônimos. O próprio título do periódico queria ser programático, e era fruto de atento estudo”⁽⁵⁹⁾.

Desta sorte a linha escolhida para o Boletim ajuda-nos a compreender ainda melhor a escolha vocacional feita por Dom Bosco para a Congregação; ele próprio afirmava: “Espero que o Boletim, que se publica exatamente para tornar conhecida nossa finalidade, muito concorrerá para tal efeito, e apresentará sob o seu verdadeiro ponto de

(58) *Memorie Biografiche*, 3, 409.

(59) P. STELLA, *Don Bosco e la Política*, Roma 1971, Mimeografado, 12-13.

vista os fatos principais que de dia para dia acontecem na Congregação”⁽⁶⁰⁾.

Clareza vocacional e inteligente flexibilidade

Das iniciativas e atitudes de Dom Bosco não parece difícil deduzir algumas conclusões capazes de iluminar-nos sobre o nosso problema. Ele não foi nunca um “desengajado”, e quis que os seus Salesianos fossem de fato “engajados”, mas sem se dar ares de tal e num estilo simples, com clareza de posição vocacional e dedicação sacrificada à realização da missão escolhida.

Característicos de tal compromisso são o equilíbrio e o trabalho, sem balanceamentos e sem aburguesamentos, sem fanatismos e sem medo: não conformismo filo-governativo, nem ainda alinhamento eversivo.

A consciência de uma nítida opção pastoral é designada pelo P. Caviglia como a “*supervocação*” de Dom Bosco⁽⁶¹⁾. Sentia-se ele vigorosamente chamado pelo Senhor a realizar essa missão para além de seus possíveis gostos pessoais e de suas eventuais programações; e a ela devia dedicar-se evitando os obstáculos e deixando qualquer coisa, boa que fosse, que de qualquer modo pudesse estorvar-lhe a realização. Para poder consagrar-se quotidianamente à sua finalidade religiosa e civil, Dom Bosco deixava de lado muitas outras possibilidades. O seu “não querer fazer política” deve-se interpretar nessa linha. Não era uma tática pragmática para o século passado, como a provisoriedade do “non expedit”; não era uma espera de tempos melhores. Era consequência da própria vocação; era uma escolha que aprofundava as raízes numa espiritualidade típica; era também uma atitude de eficiência realista, que o levava a considerar sua missão pastoral como absolutamente indispensável à nova sociedade, fosse qual fosse na realidade a forma de governo. “Em vez de atirar aos ares lamuriosos lamentos

(60) *Memorie Biografiche*, 13, 288.

(61) *Profilo storico*, págs. 99-100; *Discorso introduttivo*, pág. XLIX.

— dizia —, é preciso trabalhar a mais não poder para que as coisas marchem para a frente bem” ⁽⁶²⁾.

“Dom Bosco viveu para uma idéia e, pode-se dizer, viveu a sua idéia: A conquista das almas, a realização do seu mote. Eis aí a verdadeira síntese ideal, o ponto focal que recolhe todos os raios de uma atividade prodigiosamente distendida em tantas direções” ⁽⁶³⁾.

A sua “supervocação” vivia-a Dom Bosco *numa inteligente flexibilidade perante as situações* sócio-políticas: “Não era um homem que se obstinasse em não reconhecer os fatos consumados” ⁽⁶⁴⁾.

A política do Pater Noster

Essa capacidade de adaptação, ou santa esperteza para poder fazer o bem em conformidade com o escopo da própria missão, constitui a sua famosa “política do Pater Noster”.

Escrevendo em julho de 1863, ao Provedor dos estudos de Turim, faz sua “profissão de fé política” neste sentido ⁽⁶⁵⁾. Mas a expressão nasceu numa conversação com Pio IX, quando o andamento dos trâmites para as sedes episcopais vacantes enrijecia-se de ambas as partes. O Papa perguntou a Dom Bosco com que política poderia arranjar-se num problema tão intrincado, e ele respondeu: “A minha política é a de Vossa Santidade. É a política do Pater Noster. No Pater Noster suplicamos todos os dias que venha o Reino do Pai celeste à terra, ou seja, que se dilate cada vez mais, que se torne cada vez mais sentido, mais vivo, mais forte e glorioso”. E insistiu em que se antepusesse sobretudo o bem das dioceses, e que se estudasse o modo de assegurá-lo ⁽⁶⁶⁾.

Aí está: Dom Bosco sabe em que consiste seu compromisso vocacional. Sabe qual deve ser sua contribuição específica aos jovens para a construção da sociedade. Sabe

(62) *Memorie Biografiche*, 13, 288.

(63) A. CAVIGLIA, *Profilo storico*, 19.

(64) A. CAVIGLIA, *Discorso introduttivo*, pág. XXXII.

(65) Cf. *Epistolario* I, 273-274.

(66) *Memorie Biografiche*, 8, 593.

que Cristo tem um papel original na história, que a Igreja vive a única verdadeira religião e que essa religião é um fermento indispensável de progresso. Sua política do Pater Noster consiste no ter como critério supremo das suas decisões e das suas atividades o “Da mihi animas”, antes e além de qualquer critério econômico, social, cultural e político, cedendo de seus gostos pessoais e também de seus direitos se a situação assim o exigisse, desde que pudesse estar com os jovens e anunciar-lhes o Reino de Deus.

O artigo que não entrou nas Constituições

Nesse quadro vocacional é que se pode compreender a insistência de Dom Bosco em inserir nas Constituições um artigo sobre a política.

Uma das originalidades que lhe eram caras e que estudou de modo particular em relação à forma religiosa da nossa Sociedade, foi a de que os sócios conservassem os direitos civis. Entretanto por bem três vezes quis introduzir um artigo que proibisse aos Salesianos envolver-se em atividades políticas.

O artigo encontra-se acrescentado à margem, pela própria mão de Dom Bosco, num exemplar das Constituições que se deve colocar entre 1863 e 1864: “É princípio adotado, que será inalteravelmente aplicado, que todos os membros desta Sociedade se haverão de manter rigorosamente afastados de tudo quanto diga respeito à política. Deste modo nem com a palavra, nem com escritos ou livros, haverão de tomar parte em questões que embora apenas indiretamente possam comprometê-los em campo político”.

Há aqui duas coisas a notar. A primeira é que o artigo se acha inserto no parágrafo onde se enunciam os “fins”, e não no que se refere à “forma” da Congregação: como para salientar que se trata de uma atitude vocacional derivada da própria finalidade da missão salesiana. A segunda é que era então coisa aceita que os padres podiam fazer política; era uma consequência da visão sacral da cristandade e do peso que no ambiente social tinha o clericalismo.

Ora, nas três vezes a Cúria romana rejeitou o artigo, e quis que fosse eliminado.

Dom Bosco comentará mais tarde: “Eu bem queria que houvesse até um artigo nas nossas Constituições proibindo envolver-se de qualquer maneira em coisas de política, e isso já estava nas cópias manuscritas; quando, porém, nossas Regras foram apresentadas a Roma e pela primeira vez foi aprovada a Congregação, o artigo foi retirado pela Congregação incumbida de examinar as nossas Regras.

“Quando então em 1870 se tratou de aprovar definitivamente a Congregação, e se mandaram outra vez as Regras para serem examinadas, eu, como se nada tivesse acontecido, inseri de novo o artigo, em que se dizia que era proibido aos Sócios entrar em questões políticas: cancelaram-no de novo. Como eu estivesse persuadido da importância do mesmo, em 1874, quando se tratava de aprovar cada um dos artigos das Constituições, tratava-se, quer dizer, da última aprovação definitiva, ao apresentar as Regras à Sagrada Congregação dos Bispos e Regulares coloquei-o mais uma vez, e mais uma vez foi cancelado. Desta vez a eliminação foi motivada, e me escreveram: “É a terceira vez que se cancela este artigo. Embora de maneira geral pareça que se pudesse admitir, acontece por vezes nestes tempos que se deve em consciência entrar em política, porque muitas vezes as coisas políticas são inseparáveis das religiosas. Não se deve, pois, aprovar a exclusão dos bons católicos”.

“Assim o artigo foi tirado definitivamente, e nós em caso de utilidade e verdadeira conveniência poderemos tratar de política; mas fora desses casos atenhamo-nos sempre ao princípio geral de não nos envolvermos em coisas políticas, e isso muito nos valerá” ⁽⁶⁷⁾.

“O maior problema”

Também no 1.º Capítulo Geral — de 5 de setembro a 5 de outubro de 1877 — Dom Bosco volta ao tema da política considerando-o um problema importante, e talvez “o maior dos problemas”.

Dada a significação histórica e a importância que Dom Bosco atribuía à celebração do primeiro Capítulo Geral

(67) *Ib.*, 13, 265.

("Desejo que este Capítulo faça época na Congregação"), percebe-se ainda uma vez como ele queria insistir sobre um aspecto que considerava inerente ao seu espírito e ao estilo de apostolado, e que devia distinguir a Congregação.

Na 24.^a conferência assim falou o nosso Fundador: "Nosso escopo é fazer ver que se pode dar a César o que é de César, sem comprometer jamais a ninguém; e isso não nos impede absolutamente de dar a Deus o que é de Deus. Em nossos tempos afirma-se que isso é um problema; e eu, se quizerdes, acrescentarei que é talvez o maior problema; mas que já foi resolvido pelo nosso Divino Salvador Jesus Cristo.

"Na prática apresentam-se sérias dificuldades, é verdade; procure-se, pois, resolvê-las, não somente deixando intacto o princípio, mas com razões e provas e demonstrações dependentes do princípio e que expliquem o próprio princípio. Meu grande pensamento é este: estudar o modo prático de dar a César o que é de César, ao mesmo tempo que se dá a Deus o que é de Deus... Tal princípio, com a graça de Deus e sem dizer diretamente muitas palavras, fá-lo-emos prevalecer, e será fonte de imensos bens quer para a sociedade civil, quer para a eclesiástica" (68).

É certo, portanto, que Dom Bosco teve consciência da importância e incidência da atividade política, que fez determinada opção a respeito, e quis para a sua Congregação um espírito característico neste campo.

Algumas deduções para nossa orientação

Podemos concluir esta rápida visão panorâmica de "Dom Bosco e a política" expondo com precisão algumas conclusões sintéticas, que não parece difícil deduzir da sua vida, das suas atitudes e diretrizes.

* *A opção fundamental de Dom Bosco*, a explicação radical das suas posições, o ponto focal que reúne todos os raios do seu dinamismo, é a caridade pastoral expressa no mote "Da mihi animas". No centro de toda a sua personali-

(68) *Ib.*, 13, 288.

dade está um coração de sacerdote: o valor absoluto para ele, é o advento do Reino de Deus. Os valores da política, da ordem econômica e do amor conjugal são contingentes: podemos-nos empenhar a fundo na vida renunciando de alguma sorte a eles, não para os desprezar mas salvar.

Há nele uma opção, acompanhada de uma espécie de ascese e de renúncia, que lhe propõe como objetivo a remoção dos elementos que o possam retardar ou apartar da sua missão.

* À figura característica de Dom Bosco, à sua fisionomia histórica, à convergência das suas escolhas e atividades, é que o P. Álbera chama "*o dom da predileção pela juventude*"⁽⁶⁹⁾. Possuindo embora dotes e capacidade de engajamento político, a eles renunciou para que não o impedissem de trabalhar entre os jovens.

Ao P. Vespignani, entusiasmado por determinada atividade católica vinculada à política, diz: "Não é este o nosso espírito. Queremos apenas que nos deixem trabalhar entre a juventude; abstenhamo-nos, pois, da política. Em outra ocupação que não a de trabalhar pelos jovens, estaríamos fora de lugar"⁽⁷⁰⁾.

Por isso permanecerá séculos afora como "Pai e Mestre da juventude".

* *A intuição histórica de Dom Bosco*, a sua visão do dever humano, a sua capacidade de percepção do curso global dos acontecimentos, é aquela "a longo prazo" do crente cristão: não se deixa sacudir pelo vento dos entusiasmos passageiros da moda, nem se obstina em não reconhecer a perspectiva de futuro dos fatos consumados.

A sua inclinação e dedicação à história ajudaram-no a iluminar duas grandes órbitas da sua sensibilidade social: a indispensabilidade da religião para um verdadeiro progresso, e a importância dos jovens e do povo na construção de uma nova sociedade democrática.

(69) M. RUA, *Lettere circolari*, carta de 29.1.1896.

(70) *Memorie Biografiche*, 13, 684.

* *O sentido eclesial de Dom Bosco*, o seu conceito prático de religião, o seu critério pastoral de ação, é uma visão super-política e super-cultural do cristianismo, concretizado na Igreja que lhe apraz ver fundada em Pedro e os Apóstolos e nos seus sucessores, o Papa e os Bispos: “Qualquer fadiga é pouca — dizia — quando se trata da Igreja e do papado” ⁽⁷¹⁾.

Sua visão arraigava-se na certeza da presença viva do Espírito Santo na Igreja, na convicção de que o Papa é o Vigário de Cristo na terra, e na consciência (e devoção) de que Nossa Senhora é a Auxiliadora dos Cristãos. Em coerência com este sentido criou iniciativas, iluminou decisões, aceitou difíceis encargos, e sofreu também incompreensões e injustiças.

* *O realismo da atividade de Dom Bosco*, o lugar da sua contribuição social, o seu tipo de ação, é o do nível cultural de promoção humana como educação dos jovens e das classes populares, e como orientação da opinião pública sobre grandes valores religiosos e sociais. Servir-se-á para tanto de todos os meios clássicos (imprensa, teatro, escola, associacionismo etc.), sob o impulso e o critério da ardente caridade pastoral que o anima.

É um evangelizador que não faz apenas catequese ou liturgia, mas que se encarna na realidade juvenil e popular por meio de todas as mediações culturais que lhe servem ao escopo. É, o seu, um realismo de opção sócio-cultural, e não de atividade política.

* *A criteriologia pastoral de Dom Bosco*, a sua arte educativa, a sua genuína ortopraxia (por que assim digamos) é a da sabedoria pastoral do “Sistema preventivo”: nem pancadas, nem violência, mas bondade.

O próprio nome de “salesiano” foi escolhido para relevar um “espírito” e um “estilo” apoiados no equilíbrio do senso comum, e não sobre um qualquer fanatismo de partido; é feito de relações humanas e diálogo, e não de eversão e contraste; dedica-se positivamente a fazer tudo o que se pode, e não a gritar e a recriminar esterilmente com críticas negativas.

(71) *Ib.*, 5, 577.

Na esteira de S. Francisco de Sales aplicou-se Dom Bosco a pôr em evidência todos os valores do bem, despertando o sentido do otimismo e da gratidão a Deus como Pai, de preferência a insistir e a alongar-se na descrição do mal despertando os instintos do ódio e o esquecimento de Deus: “Fazer o bem e deixar falar” ⁽⁷²⁾.

Dom Bosco foi corajoso, decidido e também polêmico, nunca, porém, eversivo, nem muito menos violento. Foi temerário até, mas na caridade e no âmbito da sua opção vocacional: “Nas coisas que redundam em vantagem da juventude periclitante, ou servem para ganhar almas de Deus, corro para a frente até à temerariedade” ⁽⁷³⁾.

5. O NOSSO COMPROMISSO NA SOCIEDADE

Recolhemos até aqui copioso material de reflexão; o tema estava mesmo a exigir que se oferecesse uma visão panorâmica da vastidão e complexidade dos seus conteúdos. Neste ponto parece-me poder precisar, pelo menos a nível de diretrizes gerais, algumas vigas mestras de conduta salesiana.

Elas não procedem tanto, como já haveis intuído, de uma preocupação disciplinar, quanto a desejo de esclarecer, aprofundar e defender o espírito e a missão que Dom Bosco nos deixou como patrimônio espiritual.

Há necessidade hoje na Congregação de assumir decididamente a própria vocação e relançar com vigor a criatividade pastoral. Alguns desvios procedem, na verdade, de uma queda de identidade, de um esmorecimento de entusiasmo, e de uma falta de visão da atualidade e indispensabilidade da vocação salesiana. O “problema da política” se nos apresenta como um desafio e uma medida crítica da nossa genuína fidelidade ao projeto apostólico de Dom Bosco, e ao seu incansável empenho no melhoramento da sociedade.

(72) *Ib.*, 13, 286.

(73) *Ib.*, 14, 662.

As urgentes necessidades atuais

Explodiu no mundo inteiro forte crise social, econômica, cultural e política, que revela a passagem a uma nova sociedade. Haverá por certo diferenças entre país e país; sentem-se contudo no ar os prenúncios do fim irreversível de todo um sistema sócio-econômico com sua cultura e estruturas. Ora, para construir uma nova sociedade requer-se política; como vimos, porém, a política não é valor absoluto e fundamental, mas sim derivado que tem de sua vez necessidade de fundamento.

A política tem urgente necessidade de cultura, e a cultura tem por seu turno necessidade de religião e de fé. Assim, para construir a nova sociedade, urgem outros empenhos não políticos, exatamente para fundamentar e garantir uma boa e eficiente política.

O compromisso salesiano situa-se para além da atividade política, e precisamente no setor dos seus fundamentos religiosos e sócio-culturais. Existe nessa área um vazio, ou uma superficialidade, ou um anacronismo, que se revela verdadeiramente trágico. O Concílio no-lo assegura ao condenar o divórcio entre fé e vida cotidiana; Paulo VI no-lo recorda ao falar do dissídio entre Evangelho e cultura. Se além disso repensamos na urgência de um compromisso dos cristãos na justiça tal como no-lo descreve o Sínodo dos Bispos de 1971, sentimos que múltiplas e graves necessidades atuais batem à porta da nossa vocação. Não se pode permanecer de fora; nem é possível dormir sobre loiros do passado, pois que na prática se haveriam de converter em coroas fúnebres.

Tantas necessidades convidam a uma novidade de presença religiosa no terreno cultural, com novas atitudes interiores, com uma qualificação adaptada aos tempos, com a re-eleitura em profundidade do Evangelho à luz dos sinais dos tempos.

Quantas exigências de renovação para os cristãos não importa a encarnação da fé na realidade cotidiana, o desenvolvimento da sensibilidade social, a colaboração na promoção do bem comum!

Que de exigências de renovação não envolve o cultivo da consciência própria e alheia na função social dos bens econômicos e na destinação dos mesmos a todos os homens.

Quão numerosas exigências não implica a educação aos deveres e direitos civis (isto é, ser bom cidadão hoje), a promoção ativa da justiça e da paz, a apreciação e a indispensabilidade da política, o crescer democraticamente na capacidade de colaboração num clima de pluralismo!

Há, pois, justamente para nós Salesianos, necessidade de uma presença qualificada mais em consonância com as necessidades dos tempos.

O engajamento salesiano é engajamento religioso

Falamos de “engajamento”. Palavra que tem igualmente seu fado. Quando se fala de um “sacerdote engajado”, não se pensa realmente na qualidade do seu sacerdócio ministerial mas no seu colorido político e na sua opção de classe. Tanto é assim que o adjetivo “desengajado” designa o tipo burguês “vendido ao sistema” e acomodado no “statu quo”.

Semelhante emprego da linguagem denota o clima de politicismo que acima criticamos: um clima em que se julga tudo a partir da opção política considerada como o valor básico. Ora, a palavra “engajamento” não é de si mesma clara, mas deve ser esclarecida com um qualificativo.

Engajar-se quer dizer assumir um projeto, fazer a escolha de uma perspectiva, aceitar uma incumbência, com seriedade e lealdade, decisão enfim de o querer realizar a fundo até às últimas consequências. O que qualifica o engajamento será o projeto e a tarefa escolhidos. Há desta sorte a possibilidade de falar em vários “engajamentos”, e também em “engajamento religioso”.

Antes, é justamente este o engajamento que nos interessa; dele temos um magnífico exemplo do nosso Pai Dom Bosco.

Para nós Salesianos urge recuperar o termo “engajamento” para que venha a significar a nossa profissão religiosa. Se lermos os artigos 73 e 74 das Constituições encontrarmos-lhes o sentido. Neles se descreve uma opção fundamental

de uma perspectiva de fé: o radicalismo evangélico na seqüela de Cristo. É a assunção de um trabalho que requer todas as energias e todo o tempo: a missão juvenil e popular. É a escolha de um projeto de vida que mede todas as atitudes e atividades: as Constituições da Sociedade de São Francisco de Sales.

Vimos como o P. Caviglia, ao descrever o perfil histórico do nosso Fundador, fala do seu trabalho religioso como de uma “supervocação”, cujo ponto focal é a caridade pastoral do “Da mihi animas”. A nossa profissão religiosa nos “compromete” a fazer outro tanto. Ela é o ato mais pessoal e maduro da nossa liberdade batismal. O Salesiano faz, com ela, “uma escolha das mais altas para a consciência de um crente” (74). Se esvaziássemos o sentido de tal opção, abrir-se-ia a porta à possibilidade de outros compromissos, em substituição ao “compromisso religioso”. O declínio da autenticidade religiosa está na raiz dos nossos males; basta observar os Irmãos que parecem haver substituído a profissão religiosa por um engajamento político, ou científico, ou econômico, ou afetivo.

Mas para que serve um engajamento religioso? Os marxistas poderiam quem sabe qualificar-nos como “drogados”, em virtude do famigerado “ópio do povo”. Entretanto a nossa vocação religiosa é um “direito” dos nossos destinatários. É um dom, um “carisma”, que o Senhor deu à Igreja para o bem de todos. A religião não é ópio, é uma realidade fundamental e um valor indispensável para vida social e política; e a “vocação salesiana” não é um privilégio individual de cada um de nós, mas um serviço de que precisamos urgentemente os jovens e o povo. Desnaturar tal vocação seria contribuir de alguma maneira para tornar mais aguda a crise atual, porque se reduziria ou mesmo viria a faltar a contribuição, ainda que modesta, da nossa Congregação para a construção humana e cristã da sociedade.

Que nos disse o CGE

O Capítulo Geral Especial ajudou-nos a repensar a fundo no compromisso salesiano no mundo atual; estamos-nos

(74) *Const.*, art. 73.

esforçando por assimilar-lhe a profundidade e realizar-lhe as diretrizes. O próximo Capítulo Geral 21 servirá de avaliação e de encorajamento no caminho já empreendido da fidelidade a Dom Bosco e aos tempos.

Entre os temas aprofundados pelo CGE encontra-se também o da nossa colaboração na justiça do mundo ⁽⁷⁵⁾. É um aspecto do nosso “compromisso religioso”.

O Capítulo distinguiu claramente a propósito os dois níveis do conceito de política acima lembrados ⁽⁷⁶⁾, para tornar preciso que os Salesianos “trabalham principalmente com a sua tarefa educativa (...) em novo contexto cultural. Não é induzido por motivos contingentes de partidos políticos e ideologias da hora, mas pelas exigências que ao educador cristão apresenta hoje a formação integral do perfeito cristão e honesto cidadão. É a Igreja, é o mundo que nos pedem formemos homens capazes de levar a justiça ao nosso mundo sobrecarregado de graves problemas” ⁽⁷⁷⁾.

Trata-se de um compromisso “religioso” brotado da “caridade”, tendo em mira “uma comunhão mais profunda entre os homens” ⁽⁷⁸⁾; “é elemento da nossa missão, posta em prática por indivíduos consagrados a Deus e com permanente referência ao Evangelho” com o fim de “evangelizar os indivíduos tendo em mira a evangelização coletiva do seu ambiente” ⁽⁷⁹⁾.

Não é portanto uma “atividade política”, mas a manifestação prática da caridade pastoral que une em simbiose a evangelização e a promoção humana. Para Dom Bosco, separar a evangelização das exigências sócio-culturais da promoção humana equivale a falta de praticidade no plano religioso e de utilidade no social; mas para ele unir a promoção humana às perspectivas de um projeto político é expor-se a renunciar ao primado da fé, é desnaturar o espírito e a missão da sua vocação específica.

(75) Cf. *Atos do CGE*, n. 67-77.

(76) *Ib.*, n. 67.

(77) *Ib.*

(78) *Ib.*, n. 70.

(79) *Ib.*, n. 77.

Vale a pena meditar a propósito quanto dizem os Atos do Capítulo Geral Especial:

“O nosso empenho pela justiça:
tem como fonte a caridade de Cristo;
como motivação as exigências do Evangelho;
como escopo cooperar com a missão da Igreja;
como efeito imediato cooperar na manifestação de um
aspecto particular da obra de salvação de Cristo;
como estilo, o de Dom Bosco” ⁽⁸⁰⁾.

Alguns desvios inaceitáveis

Já disse que o declínio da genuidade do nosso “compromisso religioso” abre a porta a desvios. Por outra parte a atmosfera que nos envolve é também ela portadora de perigos e erros (não é difícil, hoje, respirar ares poluídos...). Cumpre, porém, reagir.

Não é lícito refugiar-se num relativismo irenista que confere a mesma cidadania, em casa, à fidelidade e à infidelidade, nem juntar elementos inconciliáveis sob a etiqueta de um pluralismo indiscriminado.

Cada nação tem as suas características próprias, pelo que é no lugar que se devem avaliar concretamente situações e atitudes. Mas não me parece inútil enumerar aqui alguns desvios tendencialmente universais, cuja crítica poderá servir de orientação para todos.

Dois os sinais, opostos entre si, em torno dos quais é possível reunir as atitudes inaceitáveis, as tomadas de posição desequilibradas, e os erros: o apoliticismo irresponsável, e a radicalização política. Vejamo-los.

O apoliticismo irresponsável

Sob o sinal do “apoliticismo irresponsável” encontra-se uma variada fenomenologia de atitudes, nem todas agressivas talvez, mas todas por certo perniciosas.

(80) *Ib.*

* *A superficialidade e o desinteresse pelas exigências dos sinais dos tempos:* é uma atitude que mata a fantasia e a criatividade apostólica. Marginaliza da cultura que surge e do seu intenso processo de socialização. Faz das comunidades locais e de suas obras uma espécie de gueto, com mentalidade cultural alheia ao mundo circunstante. Não solicita nem impele o coração a um válido esforço para encarnar o Evangelho num contexto de situações que se tornaram afinal radicalmente diversas das do tempo — quem sabe até não muito distante — da própria formação.

Tivesse Dom Bosco semelhante atitude, não seria um protagonista da história, nem daria início à vocação da nossa Congregação.

Essa atitude estática é a antípoda do dinamismo inventivo de Dom Bosco: era algo de impensável na Congregação que nascia, e é uma doença mortal na Congregação que deve renovar-se; está na origem do aburguesamento que corrói o modelo de uma vocação.

* *O fácil refúgio nos “anti”*, sejam eles um “anticomunismo visceral” ou um “antifascismo neurastênico”. É a atitude de quem procura um sucedâneo para o próprio compromisso na difícil e sacrificada atenção ao crescimento dos valores religiosos e culturais; de quem prefere abdicar à própria responsabilidade delegando a cômodos esquemas ideológicos a solução das dificuldades, sem já dever-se empenhar na difícil educação das consciências.

Há simpatias e antipatias em campo social e político que são fruto de irresponsabilidade, ignorância e preguiça mental. Isso é válido também para um integrismo combatente digno de melhor causa: em vez de empenhar-se construtivamente no anúncio do Evangelho, atira-se emotivamente contra determinadas posições. Além do mais, isso abaixa o nível da vocação religiosa, porque — como já foi dito — o cristianismo não é redutível à ordem dos projetos sócio-políticos mas transcende qualquer ideologia. Tal atitude favorece um sentido acrítico, alimentado por uma verdadeira mitologia de preconceitos, quando ao invés sabemos que a fé é fermento que leveda a realidade humana no dinamismo das suas contínuas mutações históricas.

* *Enfim, um espiritualismo pseudo-místico*, suspeito da ordem temporal e despreocupado dos seus valores, ancorado numa visão individualista das virtudes, propenso a interpretações mágicas, que foge ao realismo da vida e desequilibra a educação integral da consciência.

A radicalização política

Sob o sinal da “radicalização política” encontramos outra e variegada fenomenologia de atitudes, muito violentas e assaz contagiosas, porque dinâmicas e da moda, e em alguns casos alimentadas por um batalhão compacto de ideólogos e ativistas culturais com fácil acesso aos meios de comunicação.

* *O primado da revolução*. O primeiro imperativo, segundo alguns, seria uma opção de classe que de fato importe a adoção da praxe marxista e a colaboração ativa para o triunfo do projeto sócio-político que a inspira.

De hábito nessa drástica escolha fala-se não tanto dos pobres no sentido evangélico mas dos “oprimidos”, dos “explorados”, e enquanto constituem uma classe em luta contra um dado sistema sócio-econômico. A consciência de classe vem a ser desse modo uma dimensão essencial e um valor primordial para julgar tudo, inclusive a Igreja e o sentido da fé.

Os mais empenhados nessa direção fabricaram para si próprios uma justificação ideológica dessa escolha explicitamente política: afirmam o primado do temporal como salto qualitativo que subverte a visão tradicional da sociedade, põe o materialismo histórico como critério hermenêutico de tudo (também da Revelação), e não deixam praticamente espaço nem tempo para a iniciativa — imprescindível para um cristão — do Espírito Santo. Tal visão acaba por excluir na prática a especificidade da fé, com conseqüências que se podem facilmente intuir.

Não pretendo analisar aqui o alcance doutrinal de um sistema tão perentório. Mas vejo com clareza que as conclusões levam a uma escolha concreta de atividade política, em

radical dissonância com quanto Dom Bosco nos legou em herança espiritual.

Por isso — ainda que com viva pena — vejo-me constrangido a afirmar que Irmãos que assim se obstinassem em pensar e agir deveriam por lealdade deixar uma Congregação à qual ninguém está obrigado a pertencer, mas na qual há uma opção fundamental diversa e um compromisso que é sobretudo não político mas religioso. Com efeito, assumir tal atitude revolucionária implicaria para estes irmãos — como consequência lógica — não viver já o espírito nem a missão de Dom Bosco.

* *Uma pseudo-pastoral de denúncia* é a atitude dos que empregam como primeiro elemento de formação das consciências uma crítica da sociedade inspirada na análise marxista, e pospõem o anúncio do Cristo e do mistério numa etapa posterior, ou o apresentam como messias subversivo da ordem sócio-política estabelecida.

Embora supondo que as críticas movidas à sociedade sejam substancialmente justas (coisa entretanto muito problemática e difícil de estabelecer), continua o fato que em vez de conseguir um reforço da vontade de bem num clima de amor, chega-se a conseguir somente um crescente desejo de subversão, e a fomentar de fato a tentação do ódio.

Tal metodologia, que não hesito em chamar pseudo-pastoral, origina-se muitas vezes de uma oculta opção política, que suplanta o compromisso genuinamente apostólico. Acaba-se desta maneira por confundir a evangelização com o aspecto sócio-econômico da libertação social.

Também aqui achamo-nos distanciados do “sistema preventivo” de Dom Bosco e das orientações concretas do Magistério da Igreja.

* *Dissenso prático eclesial* é a atitude de alguns que prescindem das orientações do Magistério, talvez também com manifestações esporádicas e várias de contestação pública. Sua conduta praticamente prescinde do “dom de iluminação do ministério” do Papa e dos Bispos.

A raiz dessa atitude — à qual Dom Bosco era de todo alheio — sói encontrar-se um sociologismo na interpretação

do mistério da Igreja, que não salva nem a sua instituição divina, nem a sua distinção do mundo, nem a sua missão específica de evangelização. O “povo de Deus” em tal perspectiva torna-se simplesmente o povo, e a assembléia de base substitui a iniciativa do Espírito Santo esvaziando as mediações institucionais.

Também essa atitude se acha em aberta contradição com a praxe de Dom Bosco, e é de todo estranha à mais clara tradição salesiana.

Seis critérios para orientar a atividade salesiana

Após as dolorosas alusões a tão perigosos desvios, é oportuno, antes de concluir, que vos aponte algum critério que sirva para orientar as nossas atividades. Procurarei fazê-lo numa forma preferentemente sintética, que exigirá a contribuição das vossas reflexões.

1. *Atender ao realismo da nossa missão*

Somos apóstolos dos jovens e das classes populares, que representam — como dizíamos no começo — a vanguarda do êxodo rumo à nova sociedade. A “grande personagem” do sonho de Dom Bosco, a quem o Senhor nos manda para servi-lo, é o mundo dos nossos destinatários; eles nos interpelam com seus problemas, com a sua sensibilidade aos sinais dos tempos, com a mentalidade da cultura hoje emergente. Devemos lançar uma ponte sobre a margem desse mundo; não que eles nos ensinem o Evangelho, absolutamente não; mas precisamente a eles devemos levar a mensagem de salvação que Jesus Cristo nos confia por meio da sua Igreja.

Um primeiro critério para orientar a renovação do compromisso salesiano seja, pois, o de uma nossa presença viva e inteligente no mundo sócio-cultural de hoje, sobretudo na porção a nós confiada dos “pequenos e dos pobres”. Nem ausência, nem subordinação ingênua, mas presença ministerial. Colaborar no grande esforço dos crentes, para

superar entre os jovens o drama da ruptura entre Evangelho e cultura.

2. *Solidários com a opção da Igreja*

Outro critério que pode orientar a nossa ação será: ser lealmente solidários com a opção feita pela Igreja.

Antes de tudo a Igreja optou desde sempre e de forma definitiva por Cristo, o seu Senhor, como a esposa pelo esposo. Eis o primado absoluto de amor e de verdade que ilumina toda a sua missão e guia as suas atividades.

Mas no quadro desta opção fundamental há escolhas pastorais que a Igreja formula nas diferentes situações históricas.

Perante o momento crucial que o mundo vive, a Igreja fez sua escolha concreta no Concílio Ecumênico Vaticano II. Nessa escolha “voltou-se, não se desviou” para o homem de hoje; olhou-o com os olhos de Deus, após haver considerado a si mesma como um “sacramento” que deve servir à sua salvação. O Concílio quis uma sua presença útil e libertadora na promoção humana; uma presença, porém, que se concretiza num compromisso de ordem religiosa.

Para sermos solidários com tal escolha é mister estejamos bem convencidos de que a religião não é uma superestrutura, mas um dinamismo substancial da vida humana. Deve-se recuperar então o verdadeiro significado da religião, reconhecer-lhe um significado fundamental e humanizante. Situa-se por certo em semelhante linha o conceito dinâmico e onipresente que da religião tinha Dom Bosco. Por isso, em vez de nos deixarmos arrastar pelo secularismo que tenta dar à política um significado totalizante e supremo, empenhar-nos-emos também nós com a Igreja e na Igreja em revalorizar a importância fundamental e a utilidade social da fé cristã.

3. *Aceitar as exigências da conversão*

Se hoje apareceram problemas inéditos, e se se produziu um crescimento em certas sensibilidades e valores humanos, cumpre estudá-los e adaptar-se às suas exigências.

“Não basta — diz Paulo VI — lembrar princípios, afirmar intenções, salientar estridentes injustiças e proferir denúncias proféticas: tais palavras não terão peso real se não forem acompanhadas em cada um pela viva tomada de consciência da própria responsabilidade nas injustiças, se não se estiver convencido ao mesmo tempo de que delas se participa, e que é necessária antes de mais nada a conversão pessoal. Essa humildade fundamental tirará à ação toda dureza e sectarismo, e evitará outrossim o desânimo diante de um trabalho que parece desmesurado” ⁽⁸¹⁾.

Requer-se por conseguinte o testemunho pessoal e comunitário de uma verdadeira participação na construção da nova sociedade ⁽⁸²⁾.

4. *Partir sempre da Vocação salesiana*

É necessário, na nossa atividade, partir sempre da perspectiva da vocação salesiana. A profissão religiosa é o ato que caracteriza nosso tipo de participação na opção da Igreja.

O compromisso “salesiano” tem por conseguinte um verdadeiro primado em qualquer atividade: não podemos perder a nossa identidade para assumir um tipo de atividade que, embora cristã, é sem embargo característica de outras vocações; em particular, não devemos assumir o compromisso próprio do leigo dedicado à atividade política.

Pode, sim, haver entre os Irmãos mentalidades diversas, diferentes modos de apreciar os acontecimentos; mas o critério que guia as decisões pastorais e as tomadas de posição, sobretudo comunitárias, será a perspectiva pastoral do projeto apostólico de Dom Bosco: “Ser, em estilo salesiano, sinais e portadores do amor de Deus aos jovens, especialmente aos mais pobres” ⁽⁸³⁾.

(81) *Octogesima Adventiens*, n. 48.

(82) Cf. *Atos do CGE*, n. 70.

(83) *Const.*, art. 2.

5. *Receber a orientação dos Pastores*

Devemos lembrar que um compromisso pastoral em estilo salesiano recebe sua orientação dos Pastores.

Na pluralidade das situações sócio-políticas “cabe à comunidade cristã analisar objetivamente a situação do seu país, esclarecê-la à luz das palavras imutáveis do Evangelho, haurir princípios de reflexão, critérios de juízo e diretrizes de ação no ensino social da Igreja. Cabe às comunidades cristãs individuar — com a assistência do Espírito Santo, em comunhão com os Bispos responsáveis, e em diálogo com os outros Irmãos cristãos e com todos os homens de boa vontade — as escolhas e os compromissos que convém tomar para realizar as transformações sociais, políticas e econômicas que se demonstram urgentes e necessárias em muitos casos” ⁽⁸⁴⁾.

Por isso os Irmãos todos procurarão colocar-se em sintonia com a Igreja local — nacional, regional e diocesana —, acolher as diretrizes dos Bispos, e particularmente do Papa.

As nossas Constituições sublinham várias vezes a adesão, tão característica da tradição salesiana, ao Magistério da Igreja ⁽⁸⁵⁾.

6. *Dedicar-se intensamente à educação*

“Nossa primeira responsabilidade — afirma o CGE — diz respeito à massa dos jovens que precisam de educação aberta e completa: compreensão da atualidade social, conhecimento da doutrina da Igreja, formação para a responsabilidade cívica, social e política, iniciação para um empenho progressivo de serviço concreto” ⁽⁸⁶⁾.

Como a ação educativa deve inserir-se na realidade circunstante, será oportuno que em cada nação a Inspetoria ou a respectiva Conferência inspetorial promova uma pro-

(84) *Octogesima Adveniens*, n. 4.

(85) Cf. *Const.*, art. 44 e 128; cf. tb. art. 6, 33, 55.

(86) *Atos do CGE*, n. 68.

gramação, e dê diretrizes concretas, para precisar e qualificar a ação educativa salesiana neste campo, à imitação da criatividade, da audácia e da incansabilidade de Dom Bosco ⁽⁸⁷⁾.

Os espaços mais urgentes da ação educativa

Consideremos brevemente nessa perspectiva os setores mais urgentes da nossa ação educativa hoje, isto é: a área da cultura, o mundo do trabalho, a praxe da libertação cristã.

* *A área da cultura.* Nela é que principalmente se prepara o futuro do homem, e se garante o reconhecimento do homem pelo próprio homem. Assistimos hoje a uma verdadeira democratização da cultura, não no sentido pejorativo de um aviltamento, mas no sentido positivo de uma crescente promoção popular da consciência e exercício de seu papel. Estar ausentes hoje de uma elaboração cultural, seria trair o futuro.

A preocupação prioritária do cristão, na recuperação da convivência civil, encontra-se radicalmente na “elaboração cultural de síntese entre valores de fé e valores de conteúdo temporal”.

Tão fundamental é a cultura, que sem ela certamente não se pode fazer boa política. Eis, pois, um campo privilegiado para uma presença renovada do compromisso salesiano.

* *O mundo do trabalho.* Devemos reconhecer que o trabalho, considerado globalmente no significado histórico que assumiu nesta época de industrialização, tornou-se uma espécie de alavanca de toda a vida social: está-lhe mudando a fisionomia, os hábitos culturais, os equilíbrios de coexistência e as perspectivas do futuro. Entramos numa época técnica, finalmente “estamos saindo — como observou o P. Chenu — da era neolítica”. É indispensável constatá-lo e dar-se conta que o trabalho se põe nas origens de uma nova civilização, que concerne sobretudo às massas populares e juvenis.

(87) Cf. *ib.*, n. 68-69.

Esse novo mundo do trabalho — convém ainda lembrar — nasceu e cresceu prescindindo quase inteiramente da esfera religiosa; e isso está tendo enorme influxo também na vida política.

A originalidade pastoral de Dom Bosco, e a pertença essencial do Salesiano Coadjutor à missão da Congregação, exigem de nós como nunca um compromisso educativo peculiar precisamente nesse tão difícil setor.

* *A praxe de uma libertação cristã.* É esse um aspecto particularmente atual na formação do bom cidadão. Sabemos que “libertação” é um tema hoje um tanto manipulado, mas nós o abordamos à luz das orientações seguras do Capítulo Geral Especial⁽⁸⁸⁾.

A capacidade de crítica das injustiças sociais e a coragem de lutar em favor da justiça tornaram-se já elementos indispensáveis para uma educação cristã à política; e isso exige uma fé lúcida e um conhecimento da doutrina social da Igreja para não se deixar instrumentalizar por análises classistas e por soluções inspiradas na violência.

É um fato que a conflitualidade se encontra constantemente presente na vida social; a experiência cotidiana, como o resto a própria fé, assegura-nos que a existência pessoal e coletiva insere-se num contexto de luta, de tal modo que a coragem e a paciência se tornam virtudes indispensáveis do bom cidadão. Tanto é verdade que a expressão suprema do testemunho religioso é o martírio. Quem pode imaginar a vida de Jesus Cristo sem luta, sem coragem e sem paciência?

Pois bem: na hora atual de transição e pesadas injustiças sociais, uma sociedade que não analisasse a sua situação e não recorresse à luta para superar a injustiça, mostrar-se-ia irrelevante e sem projeto de futuro. Por outra parte numa sociedade sadiamente crítica e justamente conflitual a neutralidade redundaria em absurda apatia.

Será preciso, então, educar para saber lutar cristamente pela justiça.

(88) Cf. *ib.*, n. 61.

Mas a luta social não deve ser exaltada ao ponto de se identificar com o conflito radical entre o “bem” e o “mal”: é próprio de uma visão materialista secularizar de maneira política o dissídio fundamental entre a “graça” e o “pecado”. A luta social não é o conflito entre Cristo e Satanás!

Todo cidadão de fato é pessoa, e como tal não se reduz apenas à sua escolha política e à sua posição de classe; adversário que seja, e favorecido por estruturas injustas, e talvez também culpável, cidadão algum pode ser equiparado ao diabo e como tal atacado.

A educação à política, pois, deve levar em conta o fato social da conflitualidade; requer formação da consciência para a análise objetiva das situações, para a clareza dos princípios, para o realismo das possibilidades, para o conhecimento dos projetos, das metas e dos meios; e exige exercício de crescimento na capacidade de participação competente, na solidariedade, na constância, na coragem e no sacrifício.

A atividade educativa salesiana “deve ser libertadora não só nos objetivos, mas também nos métodos, com o apelo contínuo à responsabilidade e participação pessoal do educando” ⁽⁸⁹⁾.

Conclusão

Caríssimos: partimos do problema da política como de um centro de interesse que desafia hoje a nossa vocação salesiana. É um tema delicado. Sentimos a urgência de precisar o significado de um termo agora tão polivalente e, pois, em última análise, ambíguo. Fizemos ao depois uma rápida incursão ao longo de toda a vida de Dom Bosco, que dando boquiabertos perante a intensidade e magnanimidade das iniciativas por ele empreendidas a favor da sociedade, e a clareza de sua escolha vocacional. Encontramo-nos por fim também nós perante uma responsabilidade global e precisa: se a política tem necessidade de fundamentos culturais e religiosos, então a vocação dos Salesianos de Dom Bosco

(89) Ib., n. 61.

será um compromisso pastoral programado para ajudar, na humildade dos seus limites, a atender a tal necessidade.

Nascemos na Igreja para colaborar na renovação da sociedade num século que a abria aos valores democráticos. Temos, pois, e precisamente como Congregação, uma “responsabilidade política”! Mas esse adjetivo, com o qual qualificamos aqui a nossa responsabilidade de obreiros de pastoral juvenil e popular, é um aspecto derivado do “compromisso religioso” que constitui a nossa escolha totalizante.

É, sim, “responsabilidade política”, mas entendida no significado amplo até aqui descrito, e portanto não redutível apenas à que comumente se chama “atividade política”; antes, a assunção de atividades políticas adulteraria o sentido dessa nossa responsabilidade. Podemos repetir, adaptando-a, a expressão incisiva de Paulo VI no fim do Concílio: “voltamo-nos” mas “não nos desviamos”, para a realidade política.

“Quem bem observa — dizia o Papa — esse prevalente interesse do Concílio pelos valores humanos temporais, não pode negar que tal interesse é devido ao caráter pastoral que o Concílio escolheu como programa, e deverá reconhecer que esse mesmo interesse não se separa nunca do mais autêntico interesse religioso... Não se diga, pois, nunca “inútil” uma religião como a católica, a qual, na sua forma mais consciente e eficaz qual seja a conciliar, declara-se toda a favor e a serviço do homem.

“A religião católica e a vida humana reafirmam desta sorte a sua convergência em uma única realidade humana: a religião católica é para a humanidade; em certo sentido, é a vida da humanidade” ⁽⁹⁰⁾.

Todo o compromisso salesiano dirige-se a essa “aliança” e “convergência” entre religião e vida humana, entre fé e política. Porque aumenta a possibilidade de uma vida humana mais justa, trabalhamos para encarnar sempre mais a fé: preocupamo-nos em ajudar a inserir vitalmente o Evangelho nos grandes setores das atividades sócio-culturais.

(90) PAULO VI, *Homilia no encerramento da 9.ª Sessão Conciliar*, 7.12.1965.

Caríssimos, terminei. Penso haver-vos fornecido abundante material de reflexão, também para que possais aprofundar a parte do tema proposto para estudo no próximo Capítulo Geral: “Testemunhar e anunciar o Evangelho: duas exigências da vida salesiana entre os jovens”. E o nosso Pai nos ilumine e abençoe a todos.

Recomendemo-nos à nossa Mãe Auxiliadora a fim de que nos dê ser fiéis à nossa preciosa vocação, para cujo nascimento Ela maternalmente colaborou. Dom Bosco, depois de 1860, resolveu honrar a Virgem e propagar-lhe a devoção sob o título de “Auxílio dos Cristãos”, justamente para salientar sua mediação social na Igreja peregrina e seus Pastores, e nos Povos cristãos: “Os tempos correm tão tristes — dizia ao futuro Card. Cagliero — que temos verdadeiramente necessidade de que Nossa Mãe Santíssima nos ajude a conservar e defender a fé cristã⁽⁹¹⁾. Quanta atualidade para nós nessa escolha!

Sintamo-nos portadores entusiastas e incansáveis de um patrimônio religioso tão útil à atual sociedade.

Unidos na oração, saúdo-vos cordialmente em Dom Bosco.

P. LUÍS RICCERI
Reitor-Mor

(91) *Memorie Biografiche*, 7, 334.

PEQUENA BIBLIOGRAFIA MAGISTERIAL

Concílio Vaticano II

Gaudium et spes, 1965 (especialmente a 1.^a parte, cap. 4.^o;
2.^a parte, cap. 2.^o e 4.^o).

João XXIII

Encíclica *Mater et Magistra*, 1961;
Encíclica *Pacem in terris*, 1961.

Paulo VI

Encíclica *Populorum progressio*, 1967;
Carta Apostólica *Octogesima adveniens*, 1971;
Exortação Apostólica *Evangelica Testificatio*, 1971, n. 16-24;
Exortação Apostólica *Evangelii nuntiandi*, 1975, n. 30-39 e 57-58.

Sínodo dos Bispos

A justiça no mundo, 1971.

Conferência Geral do Episcopado Latino-americano

A Igreja na transformação atual da América Latina, à luz do
Concílio, Documentos de Medellín, 1968;
CELAM (Equipe de reflexão), *Igreja e Política*, 1973.

Conferências Episcopais

EPISCOPADO FRANCÊS, *Política, Igreja e fé*, 1972;
EPISCOPADO FRANCÊS, *Carta aos cristãos críticos*, 1973;
EPISCOPADO FRANCÊS, *Libertação dos homens e salvação em
Jesus Cristo*, 1974;
EPISCOPADO CHILENO, *Evangelho, Política e Socialismos*, 1971;
EPISCOPADO CHILENO, *Fé cristã e ação política*, 1973;
EPISCOPADO CHILENO, *Evangelho e paz*, 1975;
EPISCOPADO ESPANHOL, *A responsabilidade dos leigos na Igreja e
na Sociedade*, 1972;
EPISCOPADO ESPANHOL, *Igreja e comunidade política*, 1973;
EPISCOPADO DE MADAGÁSCAR, *Os cristãos e o compromisso político*,
1973;
EPISCOPADO DO MÉXICO, *O compromisso cristão perante as opções
sociais e a política*, 1973.

3. O CAPÍTULO GERAL 21

Com este número os Atos do Conselho Superior abrem uma nova rubrica: sobre o Capítulo Geral 21 (CG21). Nela se dará conhecimento de tudo o que diz respeito a esse importante acontecimento da Congregação, a começar pela celebração dos Capítulos inspetoriais preparatórios.

Começam a chegar à Secretaria do Regulador do CG21 notícias provenientes das Inspetorias, informando sobre os primeiros passos dados com vistas à celebração dos Capítulos inspetoriais. Vários Inspetores já reuniram seus Conselhos e os Diretores, a fim de estudarem juntos a programação dos trabalhos. Em algumas partes já foram nomeados o Regulador do Capítulo inspetorial e as Comissões preparatórias, e fixaram-se as datas para a celebração do Capítulo inspetorial.

Chegam também as primeiras cartas com pedidos de explicações ou com casos particulares a resolver. A Secretaria do Regulador do CG21 lembra a propósito que está à total disposição das Inspetorias e dos Irmãos para as necessárias consultas.

Neste período de preparação os Irmãos farão por certo objeto de atenta leitura o "Número Especial" dos "Atos do Conselho Superior", particularmente a carta enviada a cada um pelo Reitor-Mor "como carta pessoal". Nela se lia o seguinte:

"É-nos necessária antes de tudo a *coragem* de imprimir ao nosso trabalho um fervor todo salesiano, indispensável para levar avante na linha justa o processo de renovação da Congregação.

"Temos necessidade de *fortaleza*, para reconhecer lealmente eventuais erros, para criar concretamente as premissas práticas capazes de retificar possíveis desvios ou falsas e danosas interpretações.

"É mister recorramos todos à *oração*. Mais, que criemos em todas as comunidades um "clima de oração", de oração genuína que com fé simples mas profunda, com humildade e amor, fala, dialoga, escuta a Palavra que o Senhor faz ouvir somente a almas e comunidades plenamente disponíveis (ACS n. 283, pág. 6).

Poucas semanas depois dessa carta do Reitor-Mor, "L'Osservatore Romano" publicava um artigo: "Reflexões sobre os Capítulos Gerais das Ordens e Congregações Religiosas" da lavra do Card. Eduardo Pirônio. A competência do autor na matéria, e o sentido de responsabilidade que o inspirou, tornavam o artigo de particular interesse para a Congregação. Este número do ACS transcreve-o por inteiro no n. 9 "Magistério da Igreja", propondo-o à meditação de todos.

4. COMUNICAÇÕES

1. Novos Inspetores

O Reitor-Mor nomeou os seguintes Inspetores:

P. Rodolfo BORŠTNIK para a Inspeção de Ljubljana
(Iugoslávia);

P. Tony D'SOUZA para a Inspeção de Bombaim (Índia);

P. Mieczysław KACZMARCZYK para a Inspeção de Cracóvia
(Polónia);

P. Fernando LEGAL para a Inspeção de São Paulo (Brasil);

P. Georges LINEL para a Inspeção de Lyon (França);

P. Milan LITRIČ para a Inspeção de Zagreb (Iugoslávia);

P. Alfredo ROCA para a Inspeção de Barcelona (Espanha);

P. Santiago SANCHEZ para a Inspeção de Sevilha (Espanha);

P. Stanisław STYRNA para a Inspeção de Łódź (Polónia).

O Reitor-Mor confirmou o P. Karl OERDER no cargo de Inspetor da Inspeção de Colónia (Alemanha).

5. CENTENÁRIO DAS MISSÕES SALESIANAS

1. A 106.^a expedição missionária

O dicastério das missões está completando a lista dos missionários para a expedição de 1976. Está também organizando o Curso para os novos missionários na Casa Geral, a iniciar-se a 10 de outubro para terminar em Avigliana a 5 de novembro. A função de adeus aos missionários está marcada para o dia 7 de novembro em Valdocco.

De acordo com os dados chegados até agora, a 106.^a expedição missionária conta com 45 Irmãos (17 sacerdotes, 10 coadjutores e 18 clérigos) provenientes de 11 nações e destinados a 17 nações diversas.

2. A próxima expedição missionária

Não obstante o discreto número de missionários que se dispõem a partir, algumas Inspetorias e dioceses missionárias nos advertem da extrema necessidade de pessoal em que se encontram. Nomeadamente:

— A Inspetoria de Campo Grande (Brasil) pede insistentemente missionários para paróquias, magistério em institutos universitários, missões entre Bororos e Xavantes;

— a Inspetoria de Manaus (Brasil) pede Irmãos para as missões entre os índios, para paróquias, para a casa de formação e escolas profissionais;

— a Inspetoria do Paraguai pede pessoal para a catequese, para as comunicações sociais, escolas profissionais, missão do Chaco.

Continuam a chegar ao Reitor-Mor angustiosos apelos da parte de Bispos da África, que imploram qualquer ajuda de pessoal. Lamentavelmente a esses e a tantos outros nossos Bispos e Inspetores somos forçados a dar resposta negativa: "Operarii pauci"!

Com relação à expedição de 1977, os Irmãos que se oferecem para as missões são convidados a deixar, por via de regra, aos superiores a tarefa de determinar-lhes uma destinação. Muitas vezes a

preferência do Irmão não coincide com as necessidades mais urgentes da Igreja ou da Congregação.

3. Um livro sobre as nossas missões

Ultimamente o dicastério das missões distribuiu à farta (a todas as casas da Itália, a todos os Inspetores, e às FMA) cópias do opúsculo “Le missioni salesiane oggi”, elaborado pelo P. Eugênio Valentini. Nesse livro encontram-se informações sobre circunscrições que a Santa Sé confiou aos Salesianos. Espera-se preparar quanto antes uma segunda edição do livro, que trate também das nossas missões não compreendidas nas circunscrições confiadas à Congregação.

4. A celebração do Centenário

De muitas Inspetorias chegam ao Dicastério notícias confortadoras sobre as iniciativas levadas a efeito ou programadas para celebrar o Centenário das missões salesianas. Para que se tenha um quadro completo das mesmas, os Inspetores serão convidados a fornecer ao dicastério notícias de manifestações e iniciativas realizadas durante o ano.

O encerramento do Centenário — que, como é evidente, se presta para uma grande sensibilização de jovens e adultos com respeito à atividade missionária salesiana — terá o Reitor-Mor na Argentina, convidado a uma série de celebrações que concernem não somente à nossa Congregação mas também à Igreja local e às Autoridades civis.

Quanto ao Conselheiro para as Missões, encerrará análogas celebrações na Polônia e em seguida presidirá em Turim-Valdocco ao “Adeus aos missionários”.

5. Algumas notícias das missões

Dia 15 de julho do corrente ano foi assassinado na missão de Merúri (Mato Grosso, *Brasil*) o P. Rodolfo Lunkenbein, diretor da Missão. Tombou vítima dos que se opunham à restituição aos Bororo de terras que lhes haviam sido tiradas. Com ele morreu um Bororo que se lançara à defesa do sacerdote. O P. Rodolfo, de nacio-

nalidade alemã, tinha apenas 37 anos e trabalhava nas missões desde 1959. Que o Senhor conceda paz à sua alma, conforte-lhe a família e suscite braços generosos para a Inspeção que nele perdeu um trabalhador capaz e sacrificado.

Foi provisoriamente suspensa a atividade na nossa obra de *Beirut*, por causa da atual situação e de outro trágico acontecimento. Foi com grande dor que soubemos da morte do P. Aldo Paoloni, atingido em cheio por um estilhaço durante um bombardeio, enquanto conversava com um grupo de jovens e ex-alunos no pátio do Instituto. Ficou ferido também um Irmão, P. Giacomo Amateis.

Em meados de julho foi expulso do *Vietnam* o último dos dez Salesianos estrangeiros que trabalhavam no país. Cabe agora aos jovens Irmãos vietnamitas, cerca de 120, levar avante as obras dessa nação.

Há mais de 18 meses que não é possível a correspondência com os 10 Irmãos de *Timor*. Sabemos, porém, que estão bem e têm liberdade de movimento. O Conselheiro para as missões espera restabelecer contacto com eles quanto antes e pessoalmente: por volta do fim do ano, ao visitar as missões salesianas da Ásia, tentará entrar na ilha e visitá-los.

Em *Moçambique* a atividade missionária prossegue a duras penas, e prevê-se para breve o retorno à pátria de outros Irmãos.

6. Solidariedade fraterna (20.^a relação)

a) INSPETORIAS DONDE PROVIERAM OFERTAS

AMÉRICA

Bolívia	Liras	1.700.000
Brasil, Campo Grande		500.000
Brasil, São Paulo		1.000.000
Estados Unidos, New Rochelle		773.750
Estados Unidos, São Francisco		8.950.000

ÁSIA

Japão	3.570.000
Índia, Calcutá	1.000.000
Índia, Madrastra	1.500.000
Oriente Médio	450.000
Tailândia, Inspeção	200.000
Tailândia, Surat Thani	500.000

EUROPA

Itália, Casa Geral	150.000
Itália, Casa-Mãe	500.000
Itália, Central (S. Tarcisio)	50.000
Itália, Lombardo-Emiliana	510.000
Itália, Vêneta São Marcos	400.000
Itália, Vêneta São Zeno	500.000
Espanha, León	3.013.725
<i>Total das ofertas que chegaram entre 15 de março e 10 de setembro de 1976</i>	25.267.475
<i>Saldo caixa anterior</i>	5.719
<i>Soma disponível a 10 de setembro de 1976</i>	25.273.194

b) DISTRIBUIÇÃO DAS QUANTIAS RECEBIDAS

ÁFRICA

Africa Central: para 5 mini-projetos	Liras 1.000.000
Gabão: para as vocações locais	600.000
Madagáscar: material catequético para uma Irmã	76.807

AMÉRICA

Argentina, Buenos Aires: subsídios para as comunicações sociais	950.000
Argentina, Bahía Blanca: subsídios catequéticos	475.000
Brasil, Manaus: para o aspirantado de Ananindeua	1.000.000
Brasil, Belém-Sacramento: para o centro de artesanato	600.000
Brasil, São Paulo: para a biblioteca do Inst. Teológico	237.000
Bolívia, La Paz: para a escola profissional de El Alto	600.000
América Central: para as vítimas dos terremotos da Guatemala (do Japão)	3.570.000
América Central: para as vítimas dos terremotos da Guatemala (de Verona)	500.000
Chile: para o programa "Leite para os Meninos"	700.000

Equador, Cuenca: para o Oratório	1.000.000
Equador, Faute: um meio de transporte para alunos da escola agrícola	1.000.000
Equador, Méndez, Sevilla Don Bosco: para veículo	1.000.000
México, Guadalajara: apetrechos para o Oratório	1.000.000

ÁSIA

Coréia, Seul: para os rapazes pobres do Centro Juvenil	1.000.000
Filipinas, Tondo: para os favelados da zona	1.000.000
Índia, Calcutá: para os jovens pobres de Azimgunj	600.000
Índia, Gauhati: compra de terreno para uma família pobre em Imphal	560.000
Índia, Guahati: um veículo para Doomni	1.500.000
Índia, Gauhati: para irrigação de campos em Doom Dooma	1.500.000
Índia, Madrasta: para uma cozinha municipal	1.000.000
Tailândia, Surat Thani: barcos para pescadores pobres	800.000

EUROPA

Itália, Lombardo-Emiliana: para necessidades pastorais, Codigoro	500.000
Itália, Vêneto São Marcos: para as vítimas dos terremotos do Friuli	1.000.000
Iugoslávia, Zagreb: para o campo vocacional	500.000

<i>Total das somas entregues entre 15 de março e 10 de setembro de 1976</i>	25.268.807
<i>Saldo em caixa</i>	4.387
<i>Total em libras</i>	25.273.194

c) MOVIMENTO GERAL DA SOLIDARIEDADE FRATERNAL

<i>Quantias que chegaram até 10 de setembro de 1976</i>	471.230.901
<i>Quantias distribuídas nessa data</i>	471.226.514
<i>Saldo em caixa</i>	4.387

6. ATIVIDADES DO CONSELHO SUPERIOR

Os dois meses (julho e agosto) nos quais o Conselho Superior pôde contar com a presença de todos os seus membros foram dedicados à preparação do Capítulo Geral 21: escolha do tema de estudo, natureza e modalidades da revisão das Constituições e Regulamentos, "Iter" geral da preparação. As conclusões desse trabalho estão contidas no Número Especial dos Atos do Conselho Superior número 283.

O Conselho Superior ouviu também os relatórios dos Conselheiros Regionais sobre as Inspetorias por eles visitadas:

- do P. Antônio Mérida: Inspetoria de León (Espanha);
- do P. Juvenal Dho: Inspetoria Lombardo-Emiliana (Itália);
- do P. João Raineri: Inspetoria Novaresa-Helvética (Itália-Suíça);
- do P. José Vicente Henríquez: Inspetoria de Quito (Equador);
- do P. João Edmundo Vecchi: Inspetoria de São Paulo (Brasil);
- do P. Luís Fiora: Casa-Mãe de Valdocco-Turim (Itália);
- do P. Luís Fiora: Inspetoria Central (Itália);
- do P. João Ter Schure: Inspetoria da África Central;
- do P. Bernardo Tohill: Inspetoria Romano-Sarda (Itália).

7. DOCUMENTOS

O Regulador do CG21, P. Raffaele Farina, enviou em agosto passado a todos os Inspetores os dois documentos seguintes, datados de 20 de julho de 1976.

1. Critérios relativos à pertença dos Irmãos a determinada Inspetoria

1. A pertença "originária" dos Irmãos a determinada Inspetoria é a que resulta clara e expressa no ato da Primeira Profissão Religiosa.

Concretamente tal pertença originária, clara e expressa, a uma Inspetoria provém de uma das seguintes situações:

1.1. quando um Irmão fez o aspirantado e o noviciado e foi admitido à Primeira Profissão nessa Inspetoria;

1.2. quando um Irmão fez o aspirantado e foi também admitido ao noviciado nessa Inspetoria, ainda que, por motivos legítimos, seja mandado a outra Inspetoria para fazer o noviciado;

1.3. quando, embora faça a primeira prova em aspirantados interinspetoriais, a pertença a determinada Inspetoria era desde o começo clara e expressa;

1.4. quando antes da Primeira Profissão um Irmão é destinado a uma determinada Inspetoria diversa daquela em que fez o aspirantado e o noviciado.

2. Essa pertença "originária" não se perde nos casos aqui apontados:

2.1. quando o Irmão é enviado a fazer seus estudos noutra parte;

2.2. quando for emprestado temporaneamente a outra Inspetoria, após acordo dos dois Inspetores segundo o artigo 140 dos Regulamentos. Recomenda-se insistentemente que o acordo entre os dois Inspetores, com as condições e esclarecimentos oportunos, seja lavrado em documento escrito que se deve conservar no arquivo das duas Inspetorias interessadas;

2.3. quando enviado a outra Inspetoria para um período de tratamento ou repouso, ainda que o período previsto seja notavelmente longo;

2.4. quando mandado a outra Inspetoria em consequência de nomeação, ou aprovação de nomeação, feita pelo Reitor-Mor.

Em todos esses casos a conservação da pertença originária significa que, cessados os motivos que fizeram com que o Irmão permanecesse fora da Inspetoria de origem, tem ele o direito-dever de voltar à própria Inspetoria de origem, a menos que intervenha uma decisão em sentido diverso por parte do Reitor-Mor. É evidente que por todo o período em que reside em outra Inspetoria, depende jurídica e religiosamente do Inspetor da Inspetoria de residência (salvo entendimentos privados entre os dois Inspetores em casos especiais e excepcionais).

3. A pertença "originária" perde-se nos seguintes casos:

3.1. quando um Irmão muda definitivamente de Inspetoria com a autorização escrita do Reitor-Mor em conformidade com o artigo 140 dos Regulamentos:

3.2. quando se erige uma nova Inspetoria ou se constitui uma Visitadoria ou "Delegação Especial", ou na passagem de uma casa com o seu pessoal para outra Inspetoria, de acordo com o que é estabelecido no documento constitutivo de tais atos jurídicos;

3.3. quando um Irmão é enviado às Missões através do "Ufficio Missionario Centrale" não como "voluntário" ad tempus, mas de forma definitiva. Nesse caso trata-se praticamente de mudança definitiva de Inspetoria autorizada pelo Reitor-Mor de acordo com o artigo 140 dos Regulamentos.

4. Diretrizes e orientações para casos especiais

4.1. Os missionários que regressam definitivamente à pátria, por doença ou velhice (que não podem, pois, trabalhar, ou podem de maneira muito limitada) são destinados pelo Reitor-Mor à Inspetoria por ele julgada mais adequada às suas condições. A Inspetoria que os recebe, cercá-los-á de cuidados e afeto (Const. 121), ao passo que a Inspetoria donde provêm se julgará obrigada a cumprir os deveres exigidos pela justiça e pela caridade mesmo sob o aspecto econômico.

4.2. As mudanças de Inspetoria feitas sem as formalidades prescritas ou para as quais não existem fatos e decisões claros e documentáveis, devem-se considerar *definitivas* (e por conseguinte com a perda da pertença "originária") quando transcorridos 10 anos consecutivos de residência numa Inspetoria.

4.3. Os casos de contestação por parte do Irmão ou por parte dos Inspetores interessados, serão entregues ao Reitor-Mor para solução.

2. Critérios para a contagem dos Irmãos da Inspetoria,

quer em relação ao número dos *Delegados dos Irmãos*
ao Capítulo Inspetorial (Reg. 151,3);
quer em relação ao número dos *Delegados da Inspetoria*
ao Capítulo Geral (Const. 156,7).

1. *Devem-se computar entre os Irmãos de uma Inspetoria:*

1.1. os Irmãos que pertencem à Inspetoria desde a Primeira Profissão e nela residem no ato da contagem;

1.2. os Irmãos que pertencem à Inspetoria como consequência de transferência definitiva de outra Inspetoria e nela residem no ato da contagem;

1.3. os Irmãos que pertencem à Inspetoria em consequência de transferência temporária e nela residem no ato da contagem;

1.4. os Irmãos que pertencem à Inspetoria por um dos títulos enumerados em 1.1, 1.2, 1.3, e se acham temporariamente ausentes por motivos de estudo, por tratamento temporário ou por um trabalho *ad tempus* assumido por expresse mandato do Inspetor da Inspetoria de pertença, após entendimento com o Inspetor do lugar em que se deverá executar o trabalho.

Essa é a interpretação oficial dada pelo Reitor-Mor com o seu Conselho da expressão dos Regulamentos (art. 151, 2): "os Irmãos que por motivos legítimos se encontram temporariamente fora da Inspetoria". À luz dessa interpretação deve-se aplicar o artigo 151 n. 1 e 2 dos Regulamentos;

1.5. os Irmãos incurso no delito de "apostasia a religione" (can. 644, coll. can. 2385), se, voltando à Comunidade, vivem a vida

regular, ainda que privados de voz ativa e passiva, são computados no número dos Irmãos da Inspetoria.

2. *Não se devem computar entre os Irmãos da Inspetoria:*

2.1. os Irmãos que a ela não pertencem nem a título originário nem a título sucessivo de transferência definitiva ou temporária;

2.2. os que nela residem por motivos de estudo, por tratamento temporário, ou por um encargo de trabalho ad tempus assumido por expresse mandato do Inspetor da Inspetoria de pertença (cf. acima 1.4);

2.3. os que obtiveram o Indulto de exclaustração e pela duração da mesma, ou então apresentaram pedido formal para obtê-la;

2.4. os que apresentaram pedido para a redução ao estado laical (sacerdotes ou diáconos), para a secularização, para a dispensa dos votos temporários ou perpétuos;

2.5. os que se acham fora da comunidade ilegitimamente por qualquer título.

O Reitor-Mor com o seu Conselho valendo-se tanto das faculdades ordinárias (art. 199 Const.) como das especiais concedidas pelo Capítulo Geral Especial (Atos CGE 765-766) dá assim a interpretação oficial do artigo 151, 3 dos Regulamentos e do artigo 156, 7 das Constituições.

CARD. PIRÔNIO: REFLEXÕES SOBRE OS CAPÍTULOS GERAIS DAS ORDENS E CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS

"L'Osservatore Romano" de 5.9.76 (edição portuguesa) publicava estas "reflexões pastorais" do Card. Eduardo F. Pirônio, Prefeito da Sagrada Congregação para os Religiosos e os Institutos Seculares, sobre o significado do Capítulo celebrado por uma comunidade religiosa. Pode servir aos Irmãos como fonte de preciosas reflexões e orientações com vistas aos próximos Capítulos Inspetoriais preparatórios para o Capítulo Geral 21.

**Eram assíduos ao ensino dos Apóstolos, à união fraterna,
à fração do pão e às orações (At 2, 42)**

Pus-me a pensar, perante o Senhor, que significa hoje na Igreja a celebração de um Capítulo. E a primeira coisa que me ocorreu, foi que um Capítulo interessa, antes de tudo, à Igreja e ao mundo. Quer dizer: não se trata de um simples ato de rotina, mais ou menos importante segundo os casos, mas sempre dentro da vida particular de uma Congregação ou de um Instituto.

A celebração de um Capítulo interessa antes de tudo à Igreja inteira (é um acontecimento eclesial, ainda que a Congregação seja pequena e não esteja difundida em todo o mundo). Por conseguinte, interessa a todos os homens (é um acontecimento salvífico, ainda que a maior parte da gente na realidade não saiba o que é um Capítulo).

Por isso me decidi a escrever este artigo. Porque me custa pensar que um Capítulo preocupe só os capitulares (quando muito, os membros de um Instituto). E custa-me verificar que a maior parte dos Capítulos se celebram sem que ninguém — na Igreja e no mundo — chegue sequer a saber deles. Quando cada Capítulo deveria ser uma nova e mais profunda manifestação de Deus aos homens na sua Igreja. Quer dizer, um "verdadeiro acontecimento", uma página de esperança.

Não pretendo fazer uma "teologia do Capítulo". E muito menos dar normas ou orientações práticas. Quero só oferecer estas simples

reflexões pastorais, nascidas de um grande amor à Igreja e que se propõem sublinhar alguns aspectos de entre os que me parecem mais essenciais. Mais nada.

Um Capítulo é sempre uma “celebração pascal”. Por isso deve ser enquadrado num contexto essencial de Páscoa: com tudo aquilo que a Páscoa tem de cruz e de esperança, de morte e de ressurreição. Um Capítulo não é uma simples reunião de estudo, um encontro superficial ou uma revisão transitória de vida. Um Capítulo é essencialmente uma celebração pascal. Por isso mesmo, antes de tudo, uma celebração “penitencial” que tende para viver fortemente duas coisas: uma sincera atitude de conversão, e uma busca profunda e dolorosa dos caminhos do Senhor. Os caminhos do Senhor é necessário ir descobrindo-os todos os dias na dor e na esperança. Porque é uma celebração “penitencial”, um Capítulo é sempre feito na alegria e na sinceridade da caridade fraterna.

Como é importante sublinhar o aspecto penitencial de um Capítulo! Pelo que significa de sereno e profundo exame de consciência, com a conseqüente mudança de mentalidade e de vida, e pelo que significa de penosa busca da vontade de Deus nas exigências atuais da vida consagrada. Como tornar mais profunda a nossa inserção no Cristo da Páscoa mediante a confirmação batismal da vida consagrada? Que fazer para conseguir que a vida consagrada se torne hoje verdadeiramente um sinal da santidade de Deus e da presença do seu Reino?

Mas, autêntica celebração pascal, não é só o aspecto penitencial o que nos interessa num Capítulo. É toda a sua dimensão de novidade pascal — de nova criação no Espírito — e de esperança firme e comprometida. Todo o Capítulo tem que deixar uma sensação de vigor na Igreja, uma boa dose do otimismo pascal. Se o Capítulo se celebrou bem — em atitude de pobreza, de oração, de caridade fraterna —, será sempre uma re-criação do Instituto, que deve transbordar a sua riqueza espiritual sobre a Igreja e sobre o mundo.

Por isso, todo o Capítulo é um acontecimento salvífico, um acontecimento eclesial, um acontecimento familiar.

1. Acontecimento salvífico

Deus age ininterruptamente na história. Desde que Cristo veio ao mundo, na plenitude dos tempos, não cessa de reconciliar os homens e as coisas com o Pai. Cristo, exaltado à direita do Pai e

constituído Senhor do universo, envia quotidianamente o seu Espírito sobre o universo inteiro e fá-Lo habitar no interior de cada homem chamado a participar no mistério pascal de Jesus (*Gaudium et Spes*, 22).

Mas há momentos-chave na história da salvação: a vocação de Abraão, a libertação do povo do Egito e a sua peregrinação no deserto, a entrada na terra prometida, a volta do desterro de Babilônia, a Encarnação redentora de Jesus com a sua Páscoa consumada em Pentecostes. Quando, com a efusão do Espírito Santo, começa a etapa da maturação da esperança, vão-se dando acontecimentos-chave para a fecundidade dos frutos da salvação. Assim, por exemplo, a celebração de um Concílio, a eleição de um Papa, ou uma perseguição religiosa. Nesse sentido, para os nossos tempos, o Concílio Vaticano II foi um acontecimento salvífico. (Infelizmente, como sempre acontece, ainda o não aproveitamos suficientemente).

É nesta linha — ainda que naturalmente a grande distância e num clima de extraordinária modéstia e simplicidade — que eu coloco um Capítulo. Constitui um momento de particular presença do Senhor e efusão do seu Espírito. Não só sobre a comunidade, mas também sobre a Igreja inteira. E, dado que a Igreja é essencialmente sacramento universal de salvação (*Lumen Gentium*, 48; *Gaudium et Spes*, 45), num Capítulo sente-se beneficiado o mundo inteiro.

Com a renovação interior de um Instituto — feita na profundidade, no equilíbrio e na audácia do Espírito — enriquece-se espiritualmente a Igreja. Por isso o mundo experimenta os seus frutos.

A celebração de um Capítulo é um momento forte na história da salvação, que um Instituto deve escrever “não com tinta, mas com o Espírito de Deus vivo, não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne, no coração” (2 Cor 3, 3).

Mas, para que o Capítulo seja verdadeiramente acontecimento salvífico, é necessário que nele entrem três elementos: a Palavra, o Espírito Santo, e a conversão.

a) A conversão

Começa por aqui a salvação. A Boa Nova, anunciada aos pobres, é para a salvação de todo o que crê (*Rom* 1, 16). Por isso exige conversão e fé (*Mc* 1, 15). Um Capítulo é sempre, pela força do Evangelho, um chamamento à conversão. Os primeiros que, em representação de todos os seus irmãos, assumem a responsabilidade

da conversão, são os próprios capitulares. Por isso, a primeira condição para eleger um bom capitular, não é a sua inteligência, mas a sua elementar capacidade de conversão. Um Capítulo mede-se não pela profundidade ou a beleza dos seus documentos, mas pela sua capacidade de transformar a inteligência e o coração de todos.

Isto é difícil? Humanamente sim. Por isso são necessários mais dois elementos: a Palavra e o Espírito.

b) *A Palavra*

O Capítulo é, antes de tudo, um modo de “escutar a Palavra de Deus e de a realizar” (Lc 11, 29). Mas de a escutarmos juntos, para podermos depois realizá-la comunitariamente. Quem deve presidir sempre um Capítulo é a Palavra de Deus, isto é, Cristo. Então o Capítulo será irresistível. Durante o Concílio, todos os dias se entronizava o livro dos Evangelhos, antes do início das sessões. Era um rito soleníssimo. Não conviria fazer o mesmo nos Capítulos? Porque, num Capítulo, é Deus quem tem que falar. E fá-lo, antes de tudo, através da Sagrada Escritura, do Magistério eclesástico, do Espírito, e do carisma dos fundadores. Fá-lo também através das exigências dos tempos novos na Igreja, dos acontecimentos da história e do diálogo sincero com os irmãos.

Isto supõe que todos, particularmente e em conjunto, se dão a meditar com docilidade a Palavra de Deus. Os momentos centrais de um Capítulo, são, por conseguinte, os momentos fortes de oração. De contrário, multiplicar-se-iam desnecessariamente as palavras humanas e aumentariam as tensões. Far-se-ão talvez decretos e dar-se-ão orientações magníficas, mas a mente e o coração continuarão na mesma.

c) *O Espírito Santo*

O grande acontecimento salvífico — o mistério da Encarnação redentora culminado em Pentecostes — operou-se graças à ação fecunda do Espírito Santo. Assim também agora. A “novidade pascal” de um Capítulo não se verifica sem o poder re-criador do Espírito. É necessário deixar-se conduzir por Ele. É Ele quem nos descobre a passagem do Senhor da história, quem decifra os sinais dos tempos, quem nos chama à autenticidade da mudança na conversão. Um Capítulo é sempre uma obra profunda do Espírito Santo.

Não é tarefa de gênios, mas de homens simples com capacidade de serem animados pelo Espírito. O Espírito da Verdade e do testemunho, da fortaleza e do martírio, da interioridade contemplativa e da profecia.

2. Acontecimento eclesial

Um Capítulo não é história particular de uma Congregação ou de um Instituto. Em sentido duplo: toda a comunidade eclesial tem alguma coisa a dizer num Capítulo (participa nele ativa, embora não imediatamente), e os frutos de um Capítulo beneficiam toda a comunidade eclesial. Por isso é absurdo celebrar um Capítulo sem ter em conta a realidade concreta da Igreja. A primeira pergunta num Capítulo é sempre esta: que quer Deus de nós neste momento da Igreja? O que é o mesmo que perguntar: que esperam hoje os homens de nós? Todos os Institutos nasceram de uma exigência concreta da Igreja num determinado momento da história.

Houve um período, a seguir ao Concílio, em que todas as Congregações realizaram Capítulos especiais de *aggiornamento*, procuraram interpretar a Igreja e se esforçaram por se “porerem em dia”. Em parte conseguiram-no, mas em parte não. Ou porque avançaram demasiado, ou porque tiveram demasiado medo. Ou porque ficaram só numa “adaptação” externa, ou porque tocaram perigosamente no carisma de fundação e o mudaram.

Quando afirmamos que um Capítulo é um acontecimento eclesial, queremos dizer três coisas: que um Capítulo deve olhar para Cristo, deve ter presente o mundo, deve integrar-se na comunidade cristã local.

a) Olhar para Cristo

A Igreja é, antes de tudo, o sacramento do Cristo pascal, isto é, sinal e instrumento da presença salvadora de Jesus. Por isso, um Capítulo procura renovar o Instituto mediante uma progressiva configuração com Cristo. É, no fundo, uma resposta ao seguinte: em que medida a nossa comunidade ou as nossas pessoas e instituições manifestam e comunicam o Senhor? Por isso um Capítulo coloca sempre os Institutos perante a expectativa dos homens: “queremos ver Jesus” (Jo 3, 17; 12, 21). O primeiro questionário fá-lo Cristo, que foi enviado pelo Pai “para salvar o mundo, e não para o condenar” (Jo 3, 17). A

sua pergunta fundamental é esta: “e para vós, quem sou Eu?” (Mt 16, 15).

b) *O mundo*

Todo o Capítulo se insere num dado momento da história; procura interpretá-lo e responder evangelicamente aos homens que esperam a salvação. A Igreja oferece-se a eles como sinal e instrumento da salvação integral que Cristo Senhor nos trouxe. Por isso, um Capítulo — que busca sempre o Senhor no deserto mediante a ação transformadora do Espírito — coloca-se ao mesmo tempo perante o mundo. Esforça-se por descobrir nele os sinais dos tempos, a crescente expectativa dos povos, a angústia e a esperança dos homens. O Capítulo, porque é um acontecimento eclesial, não pode limitar-se a refletir para dentro os problemas específicos de uma Congregação. Tem que ser essencialmente uma reflexão evangélica sobre as necessidades e as aspirações da hora atual na Igreja. Tem que perguntar-se, por exemplo, o que é que na Igreja hoje significa evangelizar, quem são os pobres, que sentido têm a educação, a assistência social, a promoção humana, ou a libertação plena.

c) *A comunidade cristã local*

Toda a vida religiosa está inserida numa comunidade cristã concreta. Alimenta-se dela, cresce no seu interior e anima-a. Por isso a Igreja particular (ou uma comunidade local) tem muito que ver com um Capítulo. De algum modo, as suas aspirações e as suas riquezas têm que chegar ao Capítulo. Enquanto dura o Capítulo, toda a Igreja particular se interessa por ele e se coloca em oração. É um tempo privilegiado para a vida dessa Igreja: também sobre ela se dão uma particular efusão do Espírito e um forte chamamento à conversão. A vida de um Instituto não cresce “ao lado” da comunidade local, mas “dentro” dela; alimenta-se da mesma Palavra e da mesma Eucaristia, congrega-se, pelo Espírito Santo, no mesmo centro de unidade, que é o Bispo, “a que assistem os presbíteros” (*Lumen Gentium*, 21). Por isso um Bispo — com o seu clero e o seu laicado — não é um estranho ou um convidado para o Capítulo. Está ali, porque algo de verdadeiramente grande está a acontecer na Igreja. Por isso, também o encontro pessoal com o Papa — quando esse encontro é possível — não é um simples ato devocional, mas a manifestação de que um Capítulo é, antes de tudo, uma afirmação da comunidade eclesial.

3. Acontecimento familiar

Todo o Capítulo é um encontro de família. O seu centro é Jesus. “Os discípulos voltaram a reunir-se com Jesus” (Mc 6, 30). Por isso, novamente, no centro deste encontro familiar estão a Palavra de Deus e a ação do Espírito Santo. Os membros de um Instituto reúnem-se para orar, para receberem comunitariamente a Palavra de Deus, para discernirem a atividade e as exigências do Espírito, para renovarem a alegria da fidelidade na vida consagrada e redescobrirem o próprio carisma, para escutarem juntos um novo chamamento à conversão, para se comprometerem mais vigorosamente na evangelização do mundo contemporâneo. Quer dizer, para pensarem mais em profundidade no mistério da Igreja, e, nela, as exigências específicas da consagração religiosa e o sentido sempre novo do carisma de fundação.

Este encontro familiar exige ser feito num clima de extraordinária pobreza, de oração contínua e de grande caridade fraterna. Assim se evitariam as tensões desnecessárias, as confusões ou ambigüidades, as improvisações superficiais. O clima de um Capítulo manifesta-se, a seguir, na “alegria e simplicidade de coração” (At 2, 47). A seriedade, o equilíbrio e a eficácia de um Capítulo dependem da profundidade da oração. Quer dizer, dependem de o Capítulo ser verdadeiramente uma celebração pascal.

Mas isto exige um espírito de verdadeira *pobreza evangélica*. A primeira condição que deve ter um capitular é a de ser verdadeiramente pobre. Assim, será “ouvinte de Deus”. Assim também, será “homem de diálogo”. Quem entra num Capítulo persuadido de que sabe tudo (e de que a sua é precisamente a verdade completa) não poderá nunca abrir-se à ação fecunda do Espírito da Verdade que Jesus nos prometeu (Jo 16, 13). Nunca poderá abrir-se com simplicidade aos outros. E os outros nunca poderão abrir-se-lhe com liberdade. A pobreza abre-nos para Deus na oração. O capitular sente a necessidade de orar, porque sente a responsabilidade da sua missão — a qual não é sua, porque alguém lhe confiou no Instituto e, fundamentalmente, na Igreja.

Um Capítulo supõe sempre um grande clima de *liberdade evangélica*. Que cada um possa, por fidelidade ao Espírito que fala nele, manifestar com simplicidade a sua própria opinião e receber com alegria a opinião dos outros. Que o Capítulo seja, na realidade, um fecundo diálogo no Espírito; diálogo que, no fundo, nasce de uma mesma experiência de pobreza, da consciência clara de uma mesma responsabilidade e de uma mesma atitude fundamental de estar “à

escuta da Palavra de Deus". Ninguém possui na Igreja a verdade completa. Por isso os pobres, que, desnudados de si mesmos, se abrem exclusivamente ao Espírito Santo, têm tanto a dizer e com tanto de bom concorrem para o êxito de um Capítulo.

Outro elemento essencial, neste acontecimento familiar, é a oração. Já o dissemos antes: o Capítulo tem que ser um encontro com o Senhor, verdadeira celebração pascal, cujo centro está na Eucaristia. A vida de um Instituto tem que ser revista fundamentalmente à luz da Palavra de Deus. É ela que nos faz ver as coisas com clareza. É ela, sobretudo, que nos chama à conversão.

Finalmente, o encontro familiar de um Capítulo exige um clima de alegria e simplicidade na *caridade fraterna*. E isso facilita a liberdade do diálogo. A convivência dos capitulares no Espírito tem que ser um testemunho para os restantes membros do Instituto. Não que não exista diversidade de opiniões (é riqueza imprescindível de uma autêntica comunhão, fruto da pluriforme ação do Espírito Santo), mas que tudo se desenrole num grande respeito mútuo, na simplicidade de dar e na alegria imensa de receber. Num Capítulo deve-se falar com clareza; mas sempre na linha de se transmitir algo da Palavra de Deus e da exigência do Espírito. Por conseguinte, não com a agressividade ou a euforia de quem se sente dono absoluto da verdade, mas com a humildade de quem tem muito que receber e se sente instrumento do Espírito Santo.

Esta dimensão de caridade fraterna não fica encerrada no âmbito imediato de um Capítulo. Estende-se a todos os membros do Instituto, aos quais os capitulares têm que interpretar, representar e servir. Por isso, mais uma vez, a um Capítulo não fazem falta gênios, mas sim homens pobres, capazes de serem assumidos pelo Espírito, com grande docilidade ao mesmo Espírito e com um grande sentido de compreensão e de serviço. Quer dizer, homens que vivam "segundo o Espírito" e dispostos a morrerem para si mesmos ou a renunciar às suas próprias idéias, contanto que Cristo se forme no mundo e o Pai seja glorificado. São necessários homens sinceros: que amam a Deus e escutam os seus irmãos.

Há ainda alguma coisa mais. Esta linha de caridade fraterna leva-nos a pensar na situação concreta de uma Igreja particular (ou da Igreja universal) e na expectativa geral do mundo. Porque um Capítulo é sempre um modo de entrar em comunhão salvadora com todo o Povo de Deus e na universidade dos povos que se encontram em peregrinação para o Pai. Voltamos à ideia fundamental do prin-

cípio: um Capítulo não é obra particular dos capitulares ou dos membros de um Instituto. É, antes de tudo, obra da Igreja, que interessa a todos os homens e a todos os povos.

Por isso, um Capítulo não pode ser improvisado nem feito às escondidas. Tem que ser conhecido por todos, por todos acompanhado com a oração e a cruz, por todos celebrado na responsabilidade da conversão, acolhido por todos na esperança.

Um Capítulo é sempre uma obra do amor de Deus que foi derramado nos nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado (*Rom 5, 5*). E por isso o Capítulo é uma página nova e magnífica na história da salvação. Todos o celebramos com gratidão e disponibilidade. Como Maria, a humilde escrava do Senhor, em Quem Deus fez maravilhas, e em quem brilhou para todo o mundo “a luz que nasce do alto” (*Lc 1, 78*).

10. NECROLÓGIO

P. Newton Ambrósio

* (Belo Horizonte) 7-2-1924, † em consequência de desastre de automóvel em Betim (Belo Horizonte) 8-8-1976 com 52 anos, 33 de profissão, 24 de sacerdócio. Foi diretor por 5 anos.

Por vários anos diretor e professor, exerceu generosamente seu trabalho educativo e sacerdotal pela juventude no mais genuíno estilo salesiano. Laureado em Direito, era o conselheiro jurídico da Inspeção, realizando, também nesse campo, interessante embora silencioso apostolado. Sua morte, dolorosamente sentida por parentes e amigos, foi para todos uma grave perda, dada a atual escassez de vocações sacerdotais.

P. Antonino Anastasi

* Randazzo (Catania, Itália) 5-3-1897, † Palermo (Itália) 22-6-1976 com 79 anos, 62 de profissão, 52 de sacerdócio.

Menino freqüentara o Oratório, as Escolas elementares e o Ginásio de Randazzo, depois fez parte da longa lista de Salesianos da que foi a primeira casa salesiana na Sicília. Três dotes retratam sua figura moral: pontual observância religiosa, dedicação ilimitada à missão juvenil na escola (a que consagrava com espírito apostólico todo o seu tempo e energias); constante, acolhedora e humana serenidade, fruto de contínuo e calmo domínio de si próprio. Foi humilde e efficacíssimo exemplo de como se deve viver o ideal religioso em nome de Dom Bosco.

P. Alfredo Bandiera

* Bentivoglio (Bolonha, Itália) 19-12-1890, † Varese (Itália) 19-4-1976 com 85 anos, 66 de profissão, 56 de sacerdócio. Foi diretor por 6 anos.

Figura inolvidável de sacerdote e educador, deixou profunda esteira de bem e inesquecível lembrança nas casas em que trabalhou em nome de Dom Bosco: Bolonha, Livorno, Brescia, e, por mais de trinta anos, Varese. Pregador incansável e genial, dirigiu incontáveis cursos de Exercícios Espirituais. Confessor, teve para todos um coração grande e compreensivo; por isso seu confessionário estava sempre rodeado de jovens, ex-alunos e sacerdotes, que o consideravam qual pai de suas almas. Trabalhou com otimismo e inventiva especialmente com os Cooperadores e os Ex-alunos, com resultados esplên-

dados. Superando achaques e cansaço, doou-se até ao fim, feliz por desaparecer na doação quotidiana que de si fazia às almas que Deus lhe havia confiado. O Senhor chamou-o a si improvisamente na tarde de segunda-feira de Páscoa, para introduzi-lo na Páscoa eterna do céu.

P. Leone Barattoni

* Piovene (Vicenza, Itália) 21-12-1911, † Turim (Itália) 31-7-1976, com 64 anos, 37 de profissão, 41 de sacerdócio.

Ordenado sacerdote em sua diocese, fez-se Salesiano para realizar sua vocação missionária. Foi destinado primeiramente à Índia e depois a Mandalay na Birmânia, onde permaneceu, exceto o parêntese da segunda guerra mundial, até ao momento de sua expulsão em 1966. Dedicou-se ao ensino, foi escritor popular em língua birmã (Vida de Jesus Cristo, Vida de Dom Bosco, de Domingos Sávio etc.); mas seu principal compromisso foi a paróquia, à qual consagrou todas as energias do coração e a incansável operosidade. Acompanhava seus fiéis um a um, partilhando-lhes alegrias e dores, conquistando-lhes estima e amor. Após breve estada na Itália foi destinado às Filipinas; como pároco iniciou a obra de Manila-Tondo. Paulo VI, durante a visita a Tondo, como em reconhecimento de sua corajosa atividade de pastor, deu-lhe a estola que trazia consigo. Uma grave doença obrigou-o a voltar à Itália.

P. João Bertolone

* Chieri (Turim, Itália) 19-5-1931, † Bahía Blanca (Argentina) 7-5-1976 com 44 anos, 26 de profissão, 16 de sacerdócio.

Salesiano de bondade transbordante, de constante sorriso e profunda piedade, solidamente estribada na confiança em Deus Pai e na Mãe Auxiliadora. Bem depressa descobriram os paroquianos no seu zelo incansável o amor por sua salvação total; e admiraram-lhe a vida casta, humilde, extremamente pobre; o amor todo salesiano ao trabalho e à temperança, e a doação sem limites a todos, de modo especial aos jovens mais necessitados.

P. Leopoldo Birkibauer

* Ortschlag (Ö, Áustria) 1-3-1930, † Johnsdorf, (Áustria) 4-7-1976 com 46 anos, 22 de profissão, 13 de sacerdócio.

Ingressou na vida sacerdotal em idade adulta. Após anos de ensino no ginásio-liceu em Unterwaltersdorf, consagrou suas melhores energias à missão de diretor de cursos de Exercícios espirituais e

retiros. Foi conselheiro sábio e prudente para os jovens que se sentiam chamados à consagração a Deus na vida religiosa. Vítima de um desastre de automóvel, parecia recobrar as forças quando o Senhor o chamou junto a Si.

P. Hugo Bisi

* Faenza (Ravenna, Itália) 2-4-1903, † Cerignola (Foggia, Itália) 8-5-1976 com 73 anos, 54 de profissão, 47 de sacerdócio.

Salesiano altamente benemérito. O P. Ricaldone o quis primeiramente como colaborador em algumas experiências de cinematografia salesiana que então se podiam realmente chamar de vanguarda. Confiou-lhe depois a não fácil tarefa de revitalizar as Companhias que havia anos andavam esmorecendo. O Centro por ele dirigido relançou-as não somente nos ambientes salesianos, mas também nos seminários e em outras congregações de ensino. Quando viu que o Centro estava solidamente encaminhado, ele próprio desejou retirar-se, sem assumir o heroísmo de “morire sulla breccia”. Deixou então Turim, onde vivera quase 40 anos, e passou à Inspeção Meridional onde despertou em todos admiração e estima pela bondade posta a serviço, pela riqueza do contacto humano, pelo profundo apego a Dom Bosco e às suas intuições pedagógicas; e ainda pelo espírito de pobreza, obediência e delicada precisão em tudo.

P. Cipriano Canale

* Concepción (Paraguai) 26-9-1934, † Santa Fé (Argentina) desastre de automóvel 9-2-1976 com 41 anos, 22 de profissão, 12 de sacerdócio. Foi diretor por 3 anos.

Nos documentos de admissão às Ordens sagradas se lê: “Muitos dotes práticos, bom, generoso, apostólico, dedicado aos estudos, fiel aos superiores”. Eis aí a figura desse salesiano jovem e prematuramente desaparecido. Trabalhou primeiro na paróquia de S. Vicente e depois na de Salesiano. Sereno, simples, afável, incansável, quase às ocultas iluminava com a luz de Cristo as almas que dele se aproximavam. O violão e o canto foram simpáticos instrumentos do seu apostolado. Amou de preferência os pobres, que o lembram com gratidão.

P. André Cavenago

* Caponago (Milão, Itália) 22-3-1898, † Treviglio (Bérgamo, Itália) 13-6-1975 com 77 anos, 27 de profissão, 48 de sacerdócio.

Viveu na Inspeção Lombardo-Emiliana, demonstrando onde quer que estivesse fidelidade ao trabalho e amor à precisão tanto interior

como exterior. Cuidava de modo particular as celebrações litúrgicas, que queria realizadas com dignidade e fervor. A inalterável confiança no Senhor conferia-lhe o sereno otimismo e o alegre sorriso com o qual permanece presente na lembrança de quantos o conheceram.

P. Luis Cerato

* Fonzaso (Belluno, Itália) 24-11-1908, † Bombaim (Índia) 24-5-1976, com 67 anos, 49 de profissão, 42 de sacerdócio.

Foi aluno do Instituto missionário Card. Cagliero de Ivrea, e completou sua formação sacerdotal e missionária em Shillong, Assam. Trabalhou depois por 35 anos no vale do Brahmaputra, no distrito do North Lakhimpur, onde fundou uma residência missionária. O Senhor abençoou-lhe o trabalho com centenas e centenas de conversões. Sempre calmo e sorridente, aproximava-se com muita espontaneidade de todos, desde o povo simples às altas autoridades. Em 1969, como o governo havia decidido o afastamento dos estrangeiros das zonas de confinamento teve que deixar sua missão; transferido para Bombaim, continuou com a mesma generosidade no seu trabalho apostólico. Maria Auxiliadora, à qual havia dedicado a igreja da sua missão, chamou-o para receber o merecido prêmio justamente no dia 24 de maio, sua festa.

P. Rafael Conde

* Cabeza de Caballo (Salamanca, Espanha) 15-1-1914, † Cádiz (Espanha) 5-2-1976 com 62 anos, 42 de profissão, 33 de sacerdócio.

Em mais de quarenta anos de vida com Dom Bosco deixou a marca do seu trabalho educativo em centenas de ex-alunos, que acompanhou na assistência salesiana e no ministério sacerdotal. Esperando recuperar a saúde comprometida para dar-se mais totalmente ao trabalho salesiano, submeteu-se a uma intervenção cirúrgica, que lhe foi fatal. As últimas semanas de vida, no hospital, foram para todos esplêndido testemunho de fé e de esperança cristã.

P. José Czenki

* Ostffyasszonyfa (Vas m. - Hungria) 22-7-1915, † Tököl (Pest. m. - Hungria) 29-5-1976 com 60 anos, 39 de profissão, 32 de sacerdócio.

Por muitos anos trabalhou como pároco com total dedicação. Cuidou muito da educação religiosa das crianças, trabalho que lhe

trouxe não poucos sofrimentos, dadas as particulares circunstâncias em que exercia seu ministério. Colheu-o a morte improvisamente, longe dos seus fiéis.

P. Luís Dal Soglio

* Magré Vicentino (Vicenza, Itália) 5-8-1888, † Cornaiano (Bolzano, Itália) 26-12-1975 com 87 anos, 53 de profissão, 48 de sacerdócio. Foi diretor por 6 anos.

Bela figura de missionário, preparou-se para o apostolado nas vicissitudes da primeira guerra mundial (nela tomou parte como alpino, enfrentou a prisão e a doença). Trabalhou depois como missionário na Argentina e no Chile: percorreu em todas as direções o Pampa e os Andes, a cavalo. Em 1966 o pioneiro cansado voltou à Itália, e em Bolzano foi até à morte o amável “vovô” da comunidade, com a palavra sempre viva e cordial, sempre disponível para qualquer necessidade.

P. Questor Avelino de Barros

* S. Lucia (Minas Gerais, Brasil) 5-8-1895, † Barbacena (Brasil) 21-5-1976 com 80 anos, 59 de profissão, 51 de sacerdócio. Foi diretor por 3 anos.

De Dom Bosco herdara o espírito dinâmico e apostólico. Trabalhou em diversas casas do Brasil. Com amor de predileção amava o Oratório festivo. Com fervor sacerdotal ajudava os vigários, celebrando duas ou mais missas, para suprir a falta de sacerdotes, aos domingos. Caracterizava-o o espírito de humildade, simplicidade, e fidelidade aos deveres de religioso, sacerdote e professor.

P. Ernesto Defilippi

* San Benigno Canavese (Turim, Itália) 17-5-1902, † Lanzo Torinese (Itália) 11-7-1976 com 74 anos, 55 de profissão, 48 de sacerdócio.

Sacerdote de simples e generosa fidelidade ao espírito e à missão salesiana, foi professor apaixonado e incansável. Prestava sua direção espiritual em várias comunidades religiosas da região, e nos dias festivos cuidava havia muitos anos de uma paróquia que ficara sem pároco. Como delegado dos Cooperadores cumpriu sua tarefa com exemplar fidelidade ao Papa e a Dom Bosco.

Coadj. Pacifico Degano

* Pasion di Prato (Udine, Itália) 15-9-1928, † Veneza (Itália) 15-5-1976 com 47 anos, 26 de profissão.

Fiel educador de gerações de jovens, foi a princípio mestre de alfaiataria; e quando esse tipo de oficina cedeu o lugar a outras formas mais especializadas de ensino, soube adaptar-se com coragem e maleabilidade. Amou sua vocação e a vida salesiana; desse amor extraía a capacidade de se colocar em contacto imediato com os jovens, com sua linguagem simples, de pronto compreendida e cordialmente retribuída. Foi sempre, entre as pessoas com as quais conviveu, elemento de paz e união.

Coadj. Daniel De Geyter

* Gentbrugge (Bélgica) 5-10-1894, † Liège (Bélgica) 25-2-1976 com 81 anos, 62 de profissão.

Por 46 anos esteve à testa de uma oficina de mecânica, dedicando-se à formação profissional, humana e cristã dos jovens. Com indiscutível competência e grande entusiasmo soube superar todas as dificuldades surgidas nos muitos anos de trabalho. Convidado em 1960 a deixar o cargo, teve a discrição de retirar-se e ocupou-se dos serviços mais humildes na comunidade. Foi constantemente fiel à vida de oração; a Eucaristia quotidiana e a devoção mariana prepararam-no para enfrentar com serenidade o encontro com o Senhor.

P. José Dini

* Tarquinia (Viterbo, Itália) 17-11-1881, † Santa Tecla (El Salvador) 16-8-1976 com 94 anos, 78 de profissão, 70 de sacerdócio. Foi diretor por 45 anos.

Jovem clérigo, foi para a Inspeção da América Central no distante 1902, vivendo com entusiasmo e total doação os anos heróicos da obra salesiana naquelas terras e seu progressivo desenvolvimento. Soube espalhar o bem a mancheias, primeiramente como diretor por muitos anos, e depois no ministério das confissões. Tinha profunda fé, piedade simples e filial, disponibilidade sem reservas, e um coração de criança.

Coadj. Gaspar Farfán

* Huarocondo (Anta, Peru) 6-1-1928, † Huancayo (Peru) 10-6-1976 com 48 anos, 22 de profissão.

Realizou a missão salesiana entre os destinatários prioritários da mesma: sua especialidade de agricultor levou-o a trabalhar entre os

camponeses peruanos, particularmente jovens. Trabalhou como animador na formação de futuros cristãos. Chosica, Puno e Huancayo conheceram-lhe os suores apostólicos no oratório e na aula de religião. A dedicação com que se atirou a esse trabalho nem sempre foi bem compreendida, mas ele silenciosamente levou à frente sua missão, pago com o afeto dos jovens.

P. Henrique Ferlini

* Buenos Aires (Argentina) 2-6-1898, † Rosário (Argentina) 17-7-1976 com 76 anos completos, 60 de profissão, 49 de sacerdócio. Foi diretor por 9 anos.

O mal que o levou à passagem definitiva encontrou-o a trabalhar como pároco na obra salesiana de Formosa, Argentina, por ele fundada em 1949. Era muito apreciado pelos muitos dotes e atividades várias que exercia, mesmo nestes últimos anos, apesar da idade veneranda. Foi sacerdote exemplar, salesiano observante, austero, alegre, aberto, dinâmico.

Coadj. Cornélio Floriani

* Lizzana (Trento, Itália) 1-11-1914, † Oneglia (Imperia, Itália) 14-6-1976 com 61 anos, 40 de profissão.

Salesiano desde 1936, sua vida religiosa transcorreu no serviço de Deus e dos irmãos nas mais variadas ocupações, propagando com verdadeiro zelo apostólico a imprensa cristã, e consolando com a sua serenidade quantos fêle se aproximavam. Forçado à inatividade, conservou intensos os laços espirituais com quantos havia conhecido. Quando a doença obrigou-o a longa permanência no hospital, soube subir o longo calvário com rosto alegre, deixando em todos a impressão de uma verdadeira testemunha do invisível.

P. João Floryn

* Woloszcza (Polonia) 14-10-1928, † Lublin (Polonia) 29-4-1976 com 47 anos, 29 de profissão, e 20 de sacerdócio.

Consagrou as melhores energias de jovem sacerdote ao apostolado paroquial. Ótimo catequista, aplicou seus dotes de mente e de coração no ensino da religião às crianças e à juventude. Deixando a escola por causa da saúde abalada, foi capelão no cemitério de

Lublin. Consciente de sua doença incurável — câncer — não se queixava nunca: serenamente suportava o grave sofrimento oferecendo aos irmãos corajoso exemplo de submissão à vontade de Deus.

P. Francisco Flynn Morgan

* Linwood (Escócia, Grã-Bretanha) 10-1-1905, † 25-3-1976 com 71 anos, 50 de profissão, 40 de sacerdócio. Foi diretor por 6 anos.

O conhecimento das línguas e da música, e sobretudo os dotes de inteligência, tornaram-no educador hábil e amado. Dedicou-se com grande empenho ao apostolado do ensino quase toda a vida. A morte colheu-o após um período de doença muito longo, durante o qual demonstrou grande resignação à santa vontade de Deus. Ordenado sacerdote no santuário da Auxiliadora em Turim, manteve sempre filial devoção a Dom Bosco e a Nossa Senhora.

P. Carlos Frigo

* Cogollo del Cangio (Vicenza, Itália) 15-1-1889, † Forlì (Itália) 15-4-1976 com 87 anos, 68 de profissão e 60 de sacerdócio.

De caráter forte e robusto como a sua fibra, enfrentou as lutas da vida com espírito de sacrifício e vontade resoluta. Foi capelão militar no posto de capitão na guerra de 1915-18, e mereceu algumas condecorações por bravura. Foi missionário de Dom Bosco, jovial e entusiasta, no Brasil e na China; após um parêntese nos Estados Unidos retornou à China, completando 26 anos ao todo de atividade missionária. Regressando à Itália, continuou a trabalhar até ao fim com a generosidade sacerdotal de um digno filho de Dom Bosco.

P. Martinho Früth

* Adlersberg (Alemanha) 7-10-1899, † Porvenir (Chile) 24-3-1976 com 76 anos, 44 de profissão, 35 de sacerdócio.

Homem de grande espírito apostólico, cumpriu sua missão pastoral na zona austral do Chile, zona que nunca abandonou. Não poupava energias quando se tratava de ajudar o próximo. Sua cordialidade acolhedora atraía a simpatia de todos. O amor aos mais necessitados, a visita aos doentes, o zelo em distribuir o Pão da Palavra de Deus foram notas características do seu apostolado.

Coadj. Carlos Gallenca

* Foglizzo (Turim, Itália) 26-11-1917, † Turim-Valdocco (Itália) 21-2-1976 com 58 anos, 38 de profissão.

Viveu a maior parte de sua vida em Valdocco, primeiramente como aluno e depois como salesiano. Amava os “seus meninos”, e conforme o mais genuíno espírito salesiano sabia infundir com a preparação técnica a fé e a retidão moral. Fazia-o com a bondade, paciência e capacidade de sacrifício que havia aprendido na meditação assídua dos exemplos e ensinamentos de Dom Bosco.

P. Ângelo Garau

* S. Gavino Monreale (Cagliari, Itália) 17-3-1910, † Oakland, California (EUA) 23-7-1975 com 65 anos, 48 de profissão, 40 de sacerdócio. Foi diretor por 7 anos.

Trabalhou como missionário em várias obras do Haiti, Porto Rico, Cuba e São Domingos. Nos Estados Unidos, onde chegou em 1963, passou o último ano de vida trabalhando na paróquia de Santo André de Oakland. Dedicava-se aí inteiramente ao bem dos imigrantes de língua espanhola. Demonstrou especial atenção para com os necessitados e doentes, dos quais bem depressa conquistou o coração com seu caráter juvenil, sincero e simples.

P. Aspreno Gentilucci

* Penna S. Giovanni (Macerata, Itália) 18-8-1900, † Turim (Itália) 10-6-1976 com 75 anos, 59 de profissão, 51 de sacerdócio. Foi diretor por 10 anos.

Consagrou os anos mais belos e fecundos da sua vida ao ensino, especialmente nos nossos liceus. Os alunos de Frascati, Valsalice, Caserta e Mogliano Veneto guardam afetuosos e indelével lembrança do mestre, bondoso de coração. A oração constante enriqueceu-lhe a vida inteira; dolorosos e prolongados sofrimentos enriqueceram-lhe a morte.

P. Santiago Giovanelli

* Iseo (Brescia, Itália) 26-7-1908, † Chiari (Itália) 12-7-1976 com 68 anos, 23 de profissão, 34 de sacerdócio.

Fora à Colômbia como peregrino ao Congresso Eucarístico Mundial de 1968, e resolveu pedir que, ao reentrar na Congregação (saíra por motivos familiares), fosse destinado ao atendimento dos doentes

no leprosário de Agua de Dios. Foi verdadeiro apóstolo e verdadeiro filho de Dom Bosco. Os longos anos passados na diocese de Brescia fora da comunidade, não foram obstáculo à exemplaridade de sua vida salesiana. Grande sua alegria, espírito fraterno, total disponibilidade.

Coadj. Júlio Giraldo

* Salamina (Caldas, Colômbia) 2-11-1909, † Bogotá (Colômbia) 3-7-1976 com 66 anos e 23 de profissão

Contava mais de 40 anos quando, ouvindo o chamamento do Senhor, com humildade e insistência solicitou admissão na Congregação. Desde então viveu em santa alegria e com entusiasmo a vida religiosa, e cumpriu sua tarefa de factotum com grande generosidade em várias casas da Inspetoria. Foi-lhe depois confiada a sacristia do Santuário nacional de Nossa Senhora do Carmo, e foram para ele 15 anos de constante serviço e crescimento dia após dia no fervor do espírito.

P. Antônio Glorieux

* Marke (Wet Vlaanderen, Bélgica) 5-12-1905, † Kortrijk (Bélgica) 30-4-1976 com 71 anos, 46 de profissão, 38 de sacerdócio. Foi diretor por 21 anos.

Entrou na Congregação com 24 anos. Havia lido muito, o que enriquecia suas conversas e conferências. Amava a vida, possuía a arte de narrar e brincar. Era fiel na amizade. Os acontecimentos bélicos, juntamente com a responsabilidade dos longos anos de direção dos salesianos em formação, deixaram-lhe no ânimo uma ansiedade e uma depressão que o acompanharam dolorosamente até à sepultura. A doença e a impossibilidade de trabalhar despiram-no pouco a pouco de sua rica personalidade; mas nem a ansiedade nem o desânimo conseguiram vencer a paciência e a confiança de um coração disposto a carregar a cruz, e o faziam encontrar em momentos mais lúcidos a alegria de viver e fazer viver.

Cl. Gilberto Guigou

* Lyon (França) 16-6-1906, onde † 14-4-1976, com 69 anos, 40 de profissão.

Advogado e licenciado em História e Geografia, conservou sempre o gosto pelo saber juntamente com o desejo de transmitir a ciência aos alunos. Nos últimos anos, não obstante a avançada idade e a

saúde precária, dedicou-se também aos cursos noturnos de alfabetização para os trabalhadores imigrados, cursos por ele promovidos. Religioso humilde, paciente, bom, acolhedor, sempre pronto em socorrer todas as misérias, especialmente as do terceiro mundo.

P. Guilherme Jehaes

* Liège, (Bélgica) 9-11-1894, onde † 23-6-1976 com 81 anos, 59 de profissão, 54 de sacerdócio. Foi diretor por 4 anos.

Foi assíduo assistente dos jovens e pregador de sucesso, bem preparado e muito ouvido por jovens e adultos. Foi pároco da nossa paróquia de S. Francisco de Sales em Liège.

P. Emilio Kachnicz

* Jachówka (Polónia) 30-5-1904 † Oswiecim (Polónia) 15-3-1976 com 71 anos, 55 de profissão, 43 de sacerdócio.

Destacou-se na vida salesiana pela prática exata da Regra. Foi um secretário incomparável. Incansável no ministério das confissões de Irmãs, jovens e fiéis em geral.

P. Witório Kaczmarek

* Rombin (Polónia) 4-10-1899, † Lipki (Polónia) 10-3-1976 com 76 anos, 48 de profissão, 40 de sacerdócio.

Entrou como vocação adulta na Congregação. Após a ordenação sacerdotal, distinguiu-se no trabalho pastoral. Nomeado pároco em Kalawa, por 20 anos aí trabalhou com afetuosa e geral aceitação por parte dos fiéis. Era também confessor no vizinho seminário diocesano.

Coadj. Ladislaw Kalnowski

* Culma (Polónia) 25-10-1887, † Jaciazek (Polónia) 17-3-1975 com 87 anos, 63 de profissão.

Provinha de uma família de intelectuais, mas não se sentia muito atraído ao estudo. Entrou na Congregação em idade adulta. Era humilde e pronto a atender a todos os desejos do seu superior. Trabalhou como cozinheiro, e depois, por muitos anos, foi livreiro no nosso colégio de Óswieczn. Tinha bastante queda para o desenho; pintava, compunha poesias satíricas, dramas e comédias, ainda hoje

em voga entre os nossos Irmãos. Foi também ator e cenógrafo nos nossos teatros colegiais. Mais adiantado em anos tornou-se útil como ótimo secretário graças à belíssima caligrafia.

Coadj. Ernesto Kasper

* Bous (Saarland, Alemanha) 1-6-1904, † Viena (Áustria) 8-3-1976 com 71 anos, 47 de profissão.

Com a idade de 23 anos veio para a Congregação, onde pôde desenvolver suas não comuns capacidades em diversas atividades, como secretário mas também como assistente dos jovens. Em todos os seus trabalhos distinguiu-se por escrupulosa exatidão e fidelidade. Defendia de modo particular a co-responsabilidade dos Irmãos Coadjuutores na nossa Congregação. Sempre muito apreciado, será efetuosamente lembrado por Irmãos e ex-alunos.

Coadj. Otton Katzenbeisser

* Münichschlag (Tchecoslováquia) 11-4-1920, † Feldbach (Áustria) 3-7-1976 com 56 anos, 55 de profissão.

Passou 22 anos na Casa de Noviciado ocupando os mais variados cargos: cozinheiro, agricultor, ecônomo, sacristão, animador de círculos de apostolado. Teve grande parte na restauração da nossa igreja em Oberthalheim. Um infarto cardíaco truncou-lhe a vida.

P. João Korbas

* Dakorn Suche (Polónia) 19-10-1893, † Valencia (Espanha) 7-3-1976 com 82 anos, 62 de profissão, 54 de sacerdócio.

Chegando a Valencia no imediato após-guerra, adaptou-se tão bem à nova pátria que solicitou e obteve a cidadania espanhola. Com seus grandes dotes de educador bem preparado trabalhou entre os alunos externos da zona periférica da cidade. Dotado de vasta cultura, foi muito sensível aos valores humanos e à amizade. Sua pregação, nutrida de preparação teológica sólida e atualizada, era bem aceita pelos paroquianos. Amou filialmente a Dom Bosco, a Congregação e a Igreja.

Coadj. Maurício Lambert

* Gilly (Hainant, Bélgica) 2-7-1905, † Tirlemont (Bélgica) 1-2-1976 com 70 anos, 50 de profissão.

Após a profissão perpétua partiu para as missões da África Central. Na sua oficina de tipografia em La Kafubu consagrou 41 anos

de vida à educação e evangelização de centenas de alunos. Os rapazes africanos que passaram pela sua oficina, tornaram-se não só bons tipógrafos (para eles havia redigido um “Curso de tecnologia” em sua língua), mas também bons cristãos, seguindo-lhe o exemplo de doação sincera e profunda piedade.

P. Gustavo Leclerc

* Verviers (Bélgica) 23-2-1913, † Roma (Itália) 5-6-1976 com 63 anos, 29 de profissão, 24 de sacerdócio. Foi diretor por 3 anos.

Jovem empregado militar na JOC belga e trabalhara entre os operários no sindicato cristão. Esse caminho levou-o a Dom Bosco e à Família Salesiana, na Bélgica particularmente empenhada com as classes pobres. Coroado com sucesso os estudos, dedicou-se ao ensino do Direito Canônico no estudantado de Heverlee, exercendo também, por três anos, o cargo de diretor. Chamado para ensinar na Universidade Pontifícia Salesiana, viu pouco a pouco alargar-se sua atividade de magistério e consulta: os superiores salesianos, as Congregações romanas e os Tribunais eclesiásticos recorreram muitas vezes à sua competência em Direito Canônico. Numa vida exemplarmente vivida no estilo salesiano, destacou-se sua disponibilidade, expressão de fé vivida em profundidade e de amor a Dom Bosco. O grande pesar causado por sua morte confirmou a estima que o cercava.

P. Carlos Lewandowski

* Warzymón (Polónia) 14-12-1901, † Kielce (Polónia) 25-3-1976 com 74 anos, 56 de profissão, 46 de sacerdócio.

Trabalhou por muitos anos como músico de valor na nossa escola para organistas em Przemyśl. Entre seus papéis deixou-nos muitas obras autógrafas. Foi apreciado confessor das Irmãs de várias comunidades, como também de jovens e fiéis.

P. Matias Lich

* Schlich (Rheinland Alemanha) 12-2-1914, † Klagenfurt, (Áustria) 2-3-1975 com 61 anos, 39 de profissão, 26 de sacerdócio. Foi diretor por 12 anos.

Desde o início de sua vida salesiana demonstrou relevante habilidade esportiva e musical, e colocou-a a serviço dos jovens. Somente depois de vários anos de serviço militar e de prisioneiro de guerra, pôde completar sua preparação sacerdotal. Capelão em Linz e Ams-

tetten, depois diretor em Viena e em Klagenfurt, soube formar seus jovens, ajudando-os a tornarem-se homens de caráter e bons cristãos. Aparentemente duro e severo, possuía a cordialidade e a bondade interior própria dos Renanos. “Não é o que se promete num momento de magnanimidade que faz um homem grande, mas o que se suporta com fidelidade durante toda a vida” (Da alucução nos funerais).

P. Rodolfo Lunkenbein

* Doringstadt, (Baviera, Alemanha) 1-4-1939, † Merúri (Mato Grosso, Brasil) 15-7-1976 com 37 anos, 16 de profissão, 7 de sacerdócio.

Deixara a pátria para fazer o noviciado no Brasil. Voltou à Alemanha para estudar Teologia, retornando depois ao Mato Grosso para exercer seu apostolado entre os Bororo. Havia três anos era Diretor da Missão Salesiana de Merúri, onde morreu de morte violenta, baleado por posseiros da região. Haviãam invadido a Missão porque — aliados de suas terras — haviãam atribuído indevidamente ao diretor de Merúri a responsabilidade da decisão (a fixação dos limites da reserva indígena, decretada ultimamente pelo Governo Federal).

P. Maximiliano Maier

* Percha (Oberbayern, Alemanha) 9-5-1884, † Beromünster (Suíça) 14-3-1976, com 91 anos, 71 de profissão, 64 de sacerdócio. Foi diretor por 26 anos e por 17 ecônomo inspetorial.

Em 1902 juntou-se aos salesianos de Lombriasco, e dois anos depois fez a profissão nas mãos do P. Rua. Foi então para as missões do Peru. Retornando à pátria, foi capelão militar durante a primeira guerra mundial. Terminada a guerra foi diretor em várias casas da Alemanha e da Suíça (as de Munique e de Bermünster foram fundadas graças à sua iniciativa). Particularmente difícil mas apreciado foi o seu trabalho como ecônomo inspetorial durante o período perigoso do regime nazista. Confiança em Deus e devoção ao Sagrado Coração foram as fontes em que hauria força para o trabalho, ao qual se dedicava por inteiro.

P. Ladislau Malejczyk

* Varsóvia (Polónia) 14-6-1920, onde † 20-1-1975 com 54 anos, 36 de profissão, 29 de sacerdócio.

Grande dedicação ao trabalho pastoral, como pároco e depois catequista por muitos anos. Por ocasião do ano milenar do cristia-

nismo na Polônia dispôs-se a escrever mil sermões. Começou com grande fervor, mas impedido por outras ocupações acabou por consagrar aos sermões o tempo da noite. O muito trabalho causou-lhe um esgotamento que exigiu longo tratamento. Passou a maior parte da última doença com a família, gozando da delicada assistência de sua mãe.

P. Antônio Ludovico Martin

* Nice (França) 18-6-1883, onde † 17-3-1976 com 92 anos, 84 de profissão, 59 de sacerdócio.

Viveu os primeiros 18 anos de vida salesiana em terras de missão: após o noviciado em Esmirna, e uma permanência na Palestina, 8 anos em Shangai e em Bangkok. Voltando à França, trabalhou com ardor missionário quer entre os alunos de várias casas da Inspetoria, quer nos 10 anos que consagrou à pregação na região de Lyon. Destinado em 1962 a Nice, sua cidade natal, dedicou-se ao ministério das confissões até que lho permitiram os achaques da idade. Irmão afável, acolhedor, tudo para todos, viveu em plenitude o mote de Dom Bosco “Da mihi animas”.

Coadj. Luciano Martin

* Villarino de los Aires (Salamanca, Espanha) 8-1-1902, † Sevilha (Espanha) 16-7-1975 com 73 anos, 51 de profissão.

Distinguiu-se pela observância da Regra e uma pontualidade exemplaríssima nos atos comunitários. Enquanto sua saúde resistiu deu aula aos jovens das classes mais humildes. Quando os achaques reduziram às últimas as suas faculdades, encontrou a carinhosa assistência dos Irmãos e retribuiu-a com o exemplo confortador de confiante paciência.

P. Francisco Marzorati

* Binzago, Cesano Maderno (Milão, Itália) 2-9-1915, † Santiago (Chile) 1-1-1976 com 50 anos, 42 de profissão, 33 de sacerdócio.

Muito jovem ainda deixou a sua Lombardia para ir ao Chile, e por 45 anos lá trabalhou com incansável energia e zelo missionário. Educou gerações de jovens para a profissão, para a disciplina e para a oração. Era ágil esportista, preparador entusiasta de bandas e

desfiles, ecônomo perspicaz, mas sobretudo educador vigoroso, sacerdote fiel à Eucaristia, à Auxiliadora e a Dom Bosco. De aí foi que hauriu a força para aceitar imediatamente a vontade de Deus que quis prová-lo com o sofrimento; e ofereceu a vida como vítima propiciatória pelas almas.

Coadj. Pedro Matsuoka Isamu

* Ato-Machi (Yamaguchi, Japão) 15-3-1908, † Nakatsu (Oita, Japão) 9-2-1976 com 67 anos, 38 de profissão.

Foi o primeiro coadjutor salesiano japonês. Ativo e cuidadoso, viveu quase toda a sua vida salesiana em Nakatsu entre os órfãos e os marginalizados. Não sabia dizer não a ninguém: Irmãos e jovens apreciavam-no por seu espírito simples e modesto, pelo critério e bom senso com que conseguia resolver dificuldades e situações complicadas. Sua oficina de sapataria foi a escola onde educou muitos jovens para a vida. Os longos sofrimentos que o levaram à morte puseram em relevo a profundidade da sua vida interior e da sua fé.

P. Carlos Mayer

* Harbatshofen (Schwaben, Alemanha) 27-1-1885, † Penzberg (Oberbayern, Alemanha) 26-7-1976 com 91 anos, 71 de profisso, 62 de sacerdócio. Foi diretor por 4 anos.

Foi dos primeiros salesianos alemães. Recebeu a formação na Itália, em Lombriasco e Foglizzo, e fez a consagração ao Senhor nas mãos do Bem-aventurado P. Rua. Desempenhou sua longa atividade sobretudo na formação dos futuros sacerdotes, dos quais foi por muitíssimos anos professor. Todos o recordam como homem de grande abertura mental e como conselheiro fraternal. Inspirou sua vida nas palavras de João Batista (que fez também imprimir na lembrança do 60.º aniversário de sacerdócio) “É preciso que ele cresça e eu diminua”.

P. Leão Melli

* Suzzara (Mântua, Itália) 6-3-1916 † Bron (Rhône, França) 4-8-1976 com 60 anos, 41 de profissão, 30 de sacerdócio. Foi diretor por 15 anos.

Quer nos encargos de diretor, pároco, capelão militar, quer em todas as demais atividades, mostrou-se sempre homem afável, sorri-

dente e cordial com todos. O profundo amor a Dom Bosco era a fonte da qual hauria a caridade pastoral que o fazia tudo para todos, e seu inabalável apego à Congregação Salesina.

P. Ludovico Mészáros

* Muzsila (Esztergom, Hungria) 24-5-1902, † Budapest (Hungria) 30-12-1975 com 73 anos, 55 de profissão, 47 de sacerdócio. Foi diretor por 9 anos.

A aula de música e diversas matérias escolares constituíram por longos anos os instrumentos do seu apostolado. Com grande satisfação de sua parte pôde permanecer em contacto com os jovens, no magistério, mesmo após a perda de todas as nossas casas na Hungria. Amado por eles, continuou a guiá-los, com alto sentido de responsabilidade, como diretor, pai e conselheiro espiritual. O grande apreço por seu trabalho constatou-se nos funerais, nos elogios dos superiores escolares e dos ex-alunos.

P. José Miguens

* Buenos Aires (Argentina) 13-7-1892, † Ferré (Argentina) 22-4-1974 com 81 anos, 65 de profissão, 57 de sacerdócio. Foi diretor por 17 anos.

Longa vida salesiana dedicada à educação dos jovens na esteira de Dom Bosco. Como diretor de escolas profissionais e agrícolas, soube promover a cultura e a técnica até níveis de vanguarda. Foi ótimo professor de botânica, matemática, letras; sabia infundir nos alunos, com a ciência, o amor para com a natureza e para com o trabalho. Estendeu seu apostolado sacerdotal às ondas hertzianas como rádio-amador, comunicando-se não só com os vários colegas mas também com outras escolas salesianas. Sua morte foi serena, consequência natural de uma vida longa e laboriosa.

P. João Monchiero

* Fossano (Cuneo, Itália) 1-5-1915, † Manila (Filipinas) 17-5-1976 com 61 anos, 45 de profissão, 36 de sacerdócio.

No imediato pós-guerra, prestou assistência espiritual aos "partigiani" italianos como capelão. Foi depois eleito membro da Comissão Pontifícia para os Prisioneiros de Guerra, e trabalhou para ajudar esses infelizes a reunir-se às suas famílias. Em 1947 foi enviado às missões de Kwantung, China, mas depois de muitos sofrimentos e

perseguições foi expulso e transferiu-se para as Filipinas. Foi um dos fundadores da obra salesiana em Victorias (Negros Oc.), onde foi professor e confessor estimado e amado. Em seguida confessor dos noviços em Canlunbang pelo resto da vida. Sentia-se feliz com o seu trabalho: se não estava no confessionário estava na horta, que cultivava com muito empenho. Para tornar-se útil ajudava os desempregados a encontrar trabalho. Dava tudo aos pobres que o visitavam.

P. Silvio Murara

* Caldonazzo (Trento, Itália) 11-4-1909, † Trento (Itália) 19-4-1976 com 67 anos, 42 de profissão, 33 de sacerdócio.

Quantos o conheceram lembram-no como sacerdote cordial e gentil, verdadeiro ministro de Deus. Entrara na casa salesiana de Trento com vinte anos, após haver superado algumas dificuldades com a família. Mas sua opção era fruto de autêntica vocação do Senhor a uma vida toda entregue ao serviço das almas e à oração. Animador dos Ex-alunos e dos Cooperadores, professor aplicado e preciso, deixou o exemplo da doação total de si próprio.

Coadj. Hugo Nasuto

* Castellana Grotte (Bari, Itália) 16-12-1898, † Bari (Itália) 19-7-1976 com 77 anos, 54 de profissão.

Nasceu-lhe a vocação de um encontro casual com um coadjutor salesiano no campo de concentração. Sua vida salesiana transcorreu, íntegra e laboriosa, em apenas duas casas: de 1922 a 1939 em Nápoles Vomero como roupeiro, enfermeiro, comprador, colaborador do oratório; e de 1939 em diante em Bari como responsável pela Secretaria administrativa. Preciso e fiel em suas incumbências, exemplar e pontual na oração comunitária, filialmente devoto de Nossa Senhora. Qual autêntico salesiano, tinha a "paixão" pelos Ex-alunos, que conhecia e acompanhava de perto.

Coadj. Renato Nicolais

* Chemille (Maine-et-Loire, França) 28-12-1902, † Montpellier (França) 25-5-1976 com 73 anos, 52 de profissão.

Deixou o seminário de Angers para entrar na Congregação. Mas teve que interromper os estudos de filosofia e renunciar ao sacerdócio, pela saúde precária. Fazendo-se coadjutor, trabalhou por 35 anos como assistente, e depois como jardineiro nas nossas Casas da

Africa do Norte. Em 1950 retorna à França, a Montpellier. O trabalho e a piedade foram a base da sua fidelidade ao espírito de Dom Bosco. Dolorosa enfermidade, suportada com coragem, uniu-o o Cristo na cruz, e no tempo da Páscoa ingressou na sua eternidade.

P. João Ortiz

* Belén (Concepción, Paraguai) 24-6-1938, † S. Justo (Argentina) - desastre de automóvel — 3-2-1976 com 37 anos, 17 de profissão, 7 de sacerdócio.

Dedicou seu breve sacerdócio a distribuir alegria aos corações dos jovens que Deus lhe confiou. Levou Cristo à juventude pobre e abandonada. Eis o parecer dos superiores na admissão ao sacerdócio: "Humanamente correto, de espírito equilibrado, aplicado aos estudos. Esforça-se por não impor sua opinião e por integrar-se na comunidade. Pastoralmente ativo. Bem dotado para o sacerdócio. Piedoso". Tais dotes atraíram-lhe a afeição dos destinatários de sua missão.

P. José Parolini

* Lanzada (Sondrio, Itália) 19-4-1905, † Bahía Blanca (Argentina) 2-7-1976 com 71 anos, 51 de profissão, 40 de sacerdócio. Foi diretor por 6 anos.

Após o noviciado foi para a Patagônia como missionário. Unia uma caridade sem limites a uma astuta simplicidade, que fazia dele uma figura que não se repete. Feito para pedir e para dar, mendigava sem parar para multiplicar, como Jesus, o pão para os pobres. Incansável pregador do Reino, percorria todos os ângulos da árida Patagônia para semear a Boa Nova. Cristo contemplado na santa Síndone fê-lo descobrir a santidade no índio, e assim tornou-se infatigável promotor da causa de beatificação do Servo de Deus Zeferino Namuncurá.

Coadj. Giordano Paveglio

* Navarons (Pordenone, Itália) 14-1-1909, † S. Isidro, Buenos Aires (Argentina) 15-4-1976 com 67 anos, 48 de profissão.

Com sua família vêneta emigrou para Rosario. Foi aluno dos Salesianos, e amadureceu a vocação de coadjutor. Entre as muitas atividades, distinguiu-se como mestre de carpintaria, mestre de banda e organista. Nos últimos tempos foi também provedor atento e servil. Espírito rico de piedade, reservado e de extrema delicadeza em todas as circunstâncias, esteve sempre à disposição dos superiores para qualquer tarefa que lhe quisessem confiar.

P. Pellegrino Pérez

* Vergara (Cond., Colômbia) 24-11-1898, † Bogotá (Colômbia) 12-5-1976 com 77 anos, 55 de profissão, 43 de sacerdócio.

Os últimos anos de sua vida foram um verdadeiro calvário: fechado em seu quarto, quase sempre na cama e com sofrimentos que foram aumentando até à morte. Mas nesses anos de crucificação sublimou sua vida salesiana com o amor à Eucaristia na Missa (que celebrou todos os dias, quase até ao último); e com o amor aos pobres que acolhia com grande afeto para ouvi-los, para dar-lhes aula (possuía dotes não comuns de professor), e para oferecer-lhes seu incansável trabalho de confessor salesiano.

Coadj. João Peroni

* Cussago (Brescia, Itália) 26-6-1900, † Rodeo del Medio (Argentina) 5-5-1976 com 75 anos, 47 de profissão.

Religioso humilde, sacrificado e piedoso, pôs a serviço da Congregação seus dotes incomuns de avicultor, alçou a um alto nível a escola de Rodeo del Medio com 4.104 prêmios e menções honrosas alcançados nas exposições nacionais e estrangeiras. Muito devoto de Maria Auxiliadora e do SS. Sacramento, consagrou de bom grado seus últimos anos ao cuidado da igreja como sacristão.

P. Pedro Pescatore

* S. Giorgio Canavese (Turim, Itália) 29-7-1902, † Moca (Rep. Dominicana) 26-4-1976 com 73 anos, 51 de profissão, 43 de sacerdócio.

Camagüey, Cuba, foi o campo do seu excepcional trabalho pastoral de 1940 a 1957, deixando nesse lugar imperecedoura lembrança. Enviado depois a Moca, trabalhou por vários anos contemporaneamente em Moca, La Vega e Mao. Era incansável e original. A motoneta, o jipe, os cavalos de que se servia com bom e mau tempo, quantas aventuras apostólicas não poderiam contar! Eram seu trabalho preferido: confissões, assistência aos moribundos, regularização de casais, catequese e legião de Maria. Músico por natureza, mas autoridata, compunha ele próprio peças simples que depois ensinava. Viveu a consagração ao Senhor sem meio termo, como verdadeiro sacerdote salesiano.

P. José Piemontese

* Rignano Garganico (Foggia, Itália) 10-3-1907, † Roma (Itália) 18-2-1976 com 68 anos, 53 de profissão, 46 de sacerdócio. Foi diretor por 15 anos.

Animado de ardente zelo e viva fé, dotado de inteligência aberta e coração generoso, consagrou-se ao apostolado salesiano e sacerdotal. O oratório, a escola, as paróquias de Arborea e de Roma apreciaram-no muito pela generosidade, abertura iluminada, fidelidade à Igreja e a Dom Bosco, e pela coragem com que soube enfrentar lutas e fadigas pelo Reino de Deus.

Coadj. Luís Plaza

* Budna vas 17, St. Janz Dolenj (Drav. Banov., Iugoslávia) 14-12-1908, † Santiago (Chile) 29-1-1976 com 67 anos, 41 de profissão.

Consagrou-se sem meias medidas ao bem da juventude, primeiramente na pátria e depois nas terras magalânicas, onde chegou como missionário em 1947. Por mais de 25 anos dirigiu a oficina de móveis, ensinando os jovens a trabalhar. No tempo restante era visto habitualmente com o terço na mão. No ano passado por motivos de saúde foi mandado a Santiago, onde longa doença preparou-o para o encontro com o Senhor.

Coadj. Roberto Pollice

* Limosano (Compobasso, Itália) em 18-9-1914, † Sangradouro (Mato Grosso, Brasil) 31-12-75, com 61 anos e 40 de profissão.

Viveu nas missões durante 40 anos, doando-se totalmente pelo bem dos índios. Fiel ao programa de Dom Bosco: "Trabalho e temperança", amava o trabalho e o sacrifício. Denunciava por isso sem temores o aparecimento de atitudes que contrastassem com o genuíno espírito salesiano, que não admite substitutivos mesmo que os tempos mudem.

P. Bernardo Ponzetto

* Verolengo (Turim, Itália) 13-2-1889, † Novara (Itália) 30-5-1976 com 87 anos, 61 de profissão, 55 de sacerdócio.

Era um trabalhador incansável em todos os campos, da escola ao confessional, do apostolado entre os operários a todos os oprimidos, perseguidos e abandonados. Sua caridade não conheceu limites: tornara-se, na cidade de Novara e em vastas regiões do Piemonte, o ponto de referência para a solução de casos mais urgentes e desesperados. Os episódios são tais e tantos que podem compor uma lenda de origi-

nalidade e criatividade. Somente um coração na linha de Dom Bosco os poderia excogitar e realizar. E revelam também as virtudes ocultas da sua vida e seu inexaurível amor a Deus.

P. Fernando Rabadán

* Espinardo (Murcia, Espanha) 13-9-1932, † Cuenca, (Espanha) 1-5-1976 com 43 anos, 22 de profissão, 13 de sacerdócio.

Quis ser missionário por 5 anos, e em 1968 chegou a Santa Cruz (Bolívia), onde fez um bom trabalho, conquistando a afeição dos salesianos e dos jovens que no fim do período queriam-no consigo. De volta à Espanha, enquanto cuidava da administração do colégio de Cuenca, não esquecia a “sua” Bolívia mantendo vivos contactos por carta. Sua vida fecunda e madura foi truncada por um desastre de carro, quando com alguns jovens preparava as atividades de verão.

Coadj. Emílio Ragogna

* Aviano (Pordenone, Itália) 17-10-1908, † Veneza (Itália) 15-6-1976 com 67 anos, 51 de profissão.

Esteve por quase 35 anos na missão do Jopão em Tóquio e Miyazaki como cozinheiro, provedor, factotum. Lembram-no como Irmão de bom coração e entusiasta por sua vocação. Laborioso, simples e fiel, infundia serenidade e alegria. Voltando cansado e doente do Japão, passou estes últimos quatro anos em Veneza, Alberoni, lembrando a todos os anos felizes da sua vida salesiana e missionária.

P. Davi Reedy

* Accrington (Grã-Bretanha) 12-3-1887, † Bolton (Grã-Bretanha) 11-3-1976 com 89 anos, 63 de profissão, 55 de sacerdócio. Foi diretor por 3 anos.

Vocação tardia, distinguiu-se pelo amor ao seu sacerdócio e à vida salesiana. Homem de fé prática, apegadíssimo à Igreja e aos ensinamentos do Papa. Salesianos, parentes e ex-alunos lembram-lhe a bondade, constante laboriosidade e compreensão humana. Deixa em todos sentidas saudades.

P. Vicente Ricaldone

* Mirabello (Alessandria, Itália) 27-2-1897, † Turim (Itália) 14-11-1975 com 78 anos, 57 de profissão, 52 de sacerdócio. Foi diretor por 17 anos.

Sua família era bem uma família de salesianos: sobrinho do Reitor-Mor P. Pedro, tinha dois outros irmãos também salesianos e uma irmã FMA. Trabalhou por 28 anos na China e por 24 nas Filipinas. Como diretor e mestre de noviços, formou várias gerações de

missionários sobretudo na fé, na piedade sólida e no amor à Congregação, à qual estava profundamente apegado. Distinguiu-se pela bondade e a dedicação com que sempre se achava disposto a sacrificar-se pelos outros.

P. Augusto Rinaldi

* Vallestretta (Macerata, Itália) 26-9-1885, † Macerata (Itália) 10-3-1976 com 90 anos, 72 de profissão, 63 de sacerdócio. Foi diretor por 12 anos.

Laureado em Ciências Naturais e Agronomia, consagrou sua longa vida ao estudo e ao ensino, unindo sem dificuldade sem violência a ciência à fé. Era sócio da Sociedade Botânica Italiana e da Sociedade Entomológica Italiana, sócio honorário do Grupo Micológico Maceratese, membro da Academia de Agricultura de Turim e da Academia Tiberina de Roma. No estudo apaixonado das maravilhas da criação sabia descobrir e mostrar a beleza, a bondade e a sabedoria de Deus. Deixou de si um traço biográfico muito significativo: "Pecado jamais cometido: perder tempo".

Coadj. Gastão Robert

* Cresserons (Calvados, França) 30-7-1887, † La Grau - La Navarre (França) 17-5-1976 com 88 anos, 31 de profissão.

Ficando viúvo, e depois que a filha única se fizera religiosa, foi também ele fazer companhia, como coadjutor, ao seu irmão Edmundo, Coadjutor na Congregação Salesiana. Trabalhador contumaz, empregou no trabalho de horticultura e floricultura o mesmo ardor que empregara no atendimento da família. Não obstante a fraqueza proveniente da idade, quis ser útil até ao fim prestando pequenos serviços. Era um espírito curioso e sempre disposto a aprender. Era acolhedor, cordial, de caráter alegre. Religioso humilde e mortificado, lia e meditava de preferência livros sobre a Paixão do Senhor.

P. José Antônio Romano

* São Paulo (Brasil) 15-5-1921, † Queluz (Brasil) desastre de automóvel, 21-4-1976 com 54 anos, 33 de profissão, 26 de sacerdócio. Foi diretor por 5 anos e por 4 inspetor.

Para definir o P. Romano, encontramos no gesto bíblico de partir o pão a expressão que o identifica de todo. Gesto característico, por ele vivido com doação alegre e generosa. Possuía o sentido religioso dos acontecimentos e das coisas. Era profunda e sinceramente religioso, não somente pela observância da Regra, mas também pelo fato de viver na procura e contínua descoberta de Deus e na alegria da

sua presença. Acreditou na eficácia da bondade para corrigir, coordenar, dirigir, sobretudo para fazer crescer. Acreditava também na paternidade: integrou e concentrou nela as demais qualidades necessárias para governar: energia, sagacidade, conhecimento dos homens. Quando não alcançava de pronto correspondência à sua afabilidade, sabia esperar, compreender a fundo as dificuldades, rezar com renovado fervor. Sua piedade e espírito de oração eram conhecidos de todos. Não sabia concluir um sermão ou um 'boa noite' sem falar de N. Senhora. No instante em que o carro enlouquecido dava a todos os ocupantes a impressão do fim iminente, ouviu-se a derradeira invocação do P. Romano e como o último comentário da trágica situação: "Maria Auxiliadora!".

P. Francisco Rovarino

* La Plata (Argentina) 9-7-1928, onde † 5-3-1976 com 47 anos, 29 de profissão, 19 de sacerdócio.

Distingua-se pela generosa aplicação ao trabalho, do qual se serviu como meio de ascese e como expressão de pobreza religiosa. Enfrentou a morte de pé, plenamente consciente, e pedindo a absolvição a um Irmão poucos minutos antes de cair vítima de um infarto cardíaco. Deixou profundas amizades entre os que o conheceram.

P. Carlos Saini

* Vespolate (Novara, Itália) 14-4-1907, † Cuorgnè (Turim, Itália) 22-8-1976 com 69 anos, 53 de profissão, 42 de sacerdócio.

Órfão de pai em tenra idade, recebeu da mãe, mulher de fé intrépida, uma educação exemplar que fez desabrochar a vocação salesiana, já abraçada pelo irmão Giacomo. O Oratório de São Paulo em Turim foi o campo de apostolado onde por alguns anos aplicou as suas energias de mente e de coração entre os pré-adolescentes da Associação "Amigos de Domingos Sávio". A cruz de muitas doenças foi-lhe companheira inseparável por quase 40 anos. Ofereceu a Deus seus sofrimentos físicos, e sobretudo morais, pela forçosa inatividade.

P. Rafael Sánchez Escribano

* S. Ana, Alcalá la Real (Jaén, Espanha) 4-4-1902, † Palma del Río Córdoba (Espanha) 25-5-1976 com 74 anos, 56 de profissão, 41 de sacerdócio. Foi diretor por 12 anos.

Durante os longos anos de sua vida salesiana ocupou cargos de responsabilidade na direção e administração de várias casas. Trabalhador incansável, não deixou o escritório senão poucos dias antes

do fim (e somente por ordem do médico). Preocupou-se em economizar, como verdadeiro pobre, sem todavia poupar o necessário. Tinha um trato afável e acolhedor, especialmente com as pessoas que passavam por seu escritório. Também na comunidade — embora seu modo de ver fosse muitas vezes diferente do dos jovens, e o defendesse com vigor — soube contribuir no manutenção da serenidade e da harmonia.

P. Carlos Scandroglia

* Buenos Aires (Argentina) 15-7-1889, onde † 1-7-1976 com 86 anos, 69 de profissão, 62 de sacerdócio.

Passou quase toda a sua longa vida salesiana e sacerdotal no colégio e paróquia de San Carlos, como professor, enfermeiro e vice-pároco. Por 7 anos foi capelão do Hospital Italiano da cidade, atendendo a centenas de doentes. Passando a trabalhar na paróquia, percorria-lhe diariamente as ruas para visitar os doentes aos quais levava semanalmente o conforto dos sacramentos. Por 40 anos atendeu a diversas comunidades, salesianas e de outras congregações. No seu confessional muitas almas o procuravam para reconciliar-se com Deus. Publicou e distribuiu gratuitamente inumeráveis opúsculos e folhetos e esquemas de catequese.

P. Francisco Schneiderbauer

* St. Florian am Inn (Áustria) 28-10-1908, † Linz (Áustria) 29-6-1976 com 67 anos, 46 de profissão, 38 de sacerdócio. Foi diretor por 18 anos.

Trabalhou por muitos anos em nossas obras juvenis. Distinguiu-se como escritor, preparando entre outras coisas a crônica da Inspeção. Não lhe faltaram cruces, particularmente doenças. Entre as muitas outras iniciativas suas foi notável a valorização que sabia fazer da Santa Missa, em campo pastoral.

P. José Tedeschi

* Ielsi (Campobasso, Itália) 5-3-1934 † Don Bosco (Buenos Aires, Argentina) 2-2-1976 com 41 anos, 17 de profissão, 7 de sacerdócio.

Partindo para a América como missionário e ordenado sacerdote em 1968, manifestou logo profundo interesse pelos socialmente marginalizados, até ao ponto de compartilhar-lhes a vida na Villa Itati, uma aldeia de emergência nas proximidades de Don Bosco, Buenos Aires. Nas condições particulares do País, sua ação grangeou-lhe inimigos e provocou primeiramente um seqüestro e depois um cruel assassinato

que mergulhou na dor e desolação os pobres que nele haviam depositado suas esperanças.

P. Frederico White

* Londres (Inglaterra) 1-6-1907, † Engadine (Austrália) 4-6-1976 com 69 anos, 53 de profissão, 42 de sacerdócio.

Com 11 anos entrou na casa de Battersea, e depois de 4 anos foi fazer o noviciado em Cowley. Após o estudo da filosofia lecionou em Chertsey e em Bolton, enquanto estudava a teologia. Uma doença retardou-lhe a ordenação até 1934. Sacerdote, continuou a lecionar nas nossas escolas na Inglaterra; era também apreciado animador esportivo. Por 7 anos alternou o trabalho escolar com a capelania militar, que mais tarde lhe ocupou todo o tempo durante 14 anos. Chegou à Inspetoria da Austrália em 1971; trabalhou como confessor e vice-pároco em Brooklyn Park, depois como confessor em Engadine até à morte. É lembrado pela sua grande alegria, e pela palavra carinhosa que nunca deixava faltar a quantos tivessem contacto com ele.

P. Jorge Zancanaro

* Magliano Veneto (Itália) 1-7-1908, † Verona (Itália) 30-3-1976 com 67 anos, 45 de profissão, 36 de sacerdócio. Foi diretor por 10 anos.

Nada de excepcional na vida deste humilde filho de Dom Bosco, mas a modéstia de ser guia dos outros sem pesar, sem nada ensinar fora de Cristo e seu Evangelho. Soube dar a todos bondade e confiança, e Deus concedeu-lhe o raro dom de conservar até à idade madura o candor virtuoso das almas jovens e simples.

P. Vicente Zingali Saitta

* Randazzo (Catania, Itália) 19-3-1885, † Palermo (Itália) 10-8-1976 com 91 anos, 72 de profissão, 64 de sacerdócio. Foi diretor por 32 anos.

Um dos primeiros salesianos da casa de Randazzo, fundada na Sicília pelo próprio Dom Bosco. Das escolas elementares até ao sacerdócio, esteve sempre em nossas casas por bem 85 anos. Assimilado a fundo o espírito salesiano, encarnava-o no seu comportamento. Foi assistente, professor e irmão no meio dos jovens, que com sua presença e olhar penetrante e persuasivo tornava dóceis e diligentes. Os Institutos que o tiveram como Diretor por trinta anos, distinguiam-se pela perfeita regularidade, pela serenidade da disciplina sem aspereza, e pela seriedade dos estudos.

2.º Elenco — 1976

39. P. AMBROSIO Newton † em Betim (Belo Horizonte) 1976 aos 52 anos.
40. P. ANASTASI Antonino † em Palermo (Itália) 1976 aos 79 anos.
41. P. BANDIERA Alfredo † em Varese (Itália) 1976 aos 85 anos.
42. P. BARATTONI Leão † em Turim (Itália) 1976 aos 64 anos.
43. P. BERTOLONE João † em Bahía Blanca (Argentina) 1976 aos 44 anos.
44. P. BIRKLBAUER Leopoldo † em Johnsdorf (Austria) 1976 com 46 anos.
45. P. BISI Hugo † em Cerignola (Foggia-Itália) 1976 aos 73 anos.
46. P. CANALE Cipriano † em Santa Fe (Argentina) 1976 aos 41 anos.
47. P. CAVENAGO André † em Treviglio (Bérgamo-Itália) 1975 aos 77 anos.
48. P. CERATO Luís † em Bombaim (Índia) 1976 aos 67 anos.
49. P. CONDE Rafael † em Cadiz (Espanha) 1976 aos 62 anos.
50. P. CZENKI José † em Tököl (Hungria) 1976 com 60 anos.
51. P. DAL SOGLIO Luís † em Cornaiano (Bolzano-Itália) 1975 aos 87 anos.
52. P. DE BARROS Questor Avelino † em Barbacena (Brasil) 1976 aos 80 anos.
53. P. DEFILIPPI Ernesto † em Lanzo Torinese (Itália) 1976 aos 74 anos.
54. Coad. DEGANO Pacífico † em Veneza (Itália) 1976 aos 47 anos.
55. Coad. DE GEYTER Daniel † em Liège (Bélgica) 1976 aos 81 anos.
56. P. DINI José † em Santa Tecla (El Salvador) 1976 aos 94 anos.
57. Coad. FARFAN Gaspar † em Huancayo (Peru) 1976 aos 48 anos.
58. P. FERLINI Henrique † em Rosario (Argentina) 1976 aos 76 anos.
59. Coad. FLORIANO Cornélio † em Oneglia (Impéria-Itália) 1976 aos 51 anos.

60. P. FLORYN João † em Lublin (Polónia) 1976 aos 47 anos.
61. P. ELYNN Morgan Francisco † em Linwood (Escócia-Grã-Bretanha) 1976 aos 71 anos.
62. P. FRIGO Carlos † em Forlì (Itália) 1976 aos 87 anos.
63. P. FRÜTH Martinho † em Porvenir (Chile) 1976 aos 76 anos.
64. Coad. GALLENCA Carlos † em Turim-Valdocco (Itália) 1976 aos 58 anos.
65. P. GARAU Ângelo † em Oakland (Califórnia-EU) 1975 aos 65 anos.
66. P. GENTILUCCI Aspreno † em Turim (Itália) 1976 aos 75 anos.
67. P. GIOVANELLI Giacomo † em Chiari (Itália) 1976 aos 88 anos.
68. Coad. GIRALDO Júlio † em Bogotá (Colômbia) 1976 aos 66 anos.
69. P. GLORIEUX Antônio † em Kortrijk (Bélgica) 1976 aos 71 anos.
70. Cl. GUIGOU Gilberto † em Lyon (França) 1976 aos 69 anos.
71. P. JEHAES Guilherme † em Liège (Bélgica) 1976 aos 81 anos.
72. P. KACHNICZ Emílio † em Oswiecim (Polónia) 1976 aos 71 anos.
73. P. KACZMAREK Vitorio † em Lipki (Polónia) 1976 aos 76 anos.
74. Coad. KALINOWSKI Ladislau † em Jaciazek (Polónia) 1975 aos 87 anos.
75. Coad. KASPER Ernesto † em Viena (Áustria) 1976 aos 71 anos.
76. Coad. KATZENBEISSER Otão † em Feldbach (Áustria) 1976 aos 56 anos.
77. P. KORBAS João † em Valencia (Espanha) 1976 aos 82 anos.
78. Coad. LAMBERT Maurício † em Tirlemont (Bélgica) 1976 aos 70 anos.
79. P. LECLERC Gustavo † em Roma (Itália) 1976 aos 63 anos.
80. P. LEWANDOWSKI Carlos † em Kielce (Polónia) 1976 aos 74 anos.
81. P. LICH Matias † em Klagenfurt (Áustria) 1975 aos 61 anos.

82. P. LUNKENBEIN Rodolfo † em Merúrl (Mato Grosso-Brasil) 1976 aos 37 anos.
83. P. MAIER Maximiliano † em Beromünster (Suíça) 1976 aos 91 anos.
84. P. MALEJCZYK Ladislau † em Varsóvia (Polônia) 1975 aos 54 anos.
85. P. MARTIN Ludovico Antônio † em Nice (França) 1976 aos 92 anos.
86. Coad. MARTIN Luciano † em Sevilha (Espanha) 1975 aos 73 anos.
87. P. MARZORATI Francisco † em Santiago (Chile) 1976 aos 60 anos.
88. Coad. MATSUOKA Isamu Pedro † em Nakatsu (Oita-Japão) 1976 aos 67 anos.
89. P. MAYER Carlos † em Penzberg (Oberbayern-Alemanha) 1976 aos 91 anos.
90. P. MELLI Leão † em Bron (Rhone-França) 1976 aos 60 anos.
91. P. MESZAROS Ludovico † em Budapest (Hungria) 1975 aos 73 anos.
92. P. MIGUENS José † em Ferré (Argentina) 1974 aos 81 anos.
93. P. MONCHIERO João † em Manila (Filipinas) 1976 aos 61 anos.
94. P. MURARA Silvio † em Trento (Itália) 1976 aos 67 anos.
95. Coad. NASUTO Hugo † em Bari 1976 aos 77 anos.
96. Coad. NICOLAS Renato † em Montpellier (França) 1976 aos 73 anos.
97. P. ORTIZ João † em S. Justo (Argentina) 1976 aos 37 anos.
98. P. PAROLINI José † em Bahía Blanca (Argentina) 1976 aos 71 anos.
99. Coad. PAVEGLIO Giordano † em S. Isidro (Argentina) 1976 aos 67 anos.
100. P. PEREZ Pellegrino † em Bogotá (Colômbia) 1976 aos 77 anos.
101. Coad. PERONI João † em Rodeo del Medio (Argentina) 1976 aos 75 anos.

102. P. PESCATORE Pedro † em Moca (Rep. Dominicana) 1976 aos 73 anos.
103. P. PIEMONTESE José † em Roma (Itália) 1976 aos 68 anos.
104. Coad. PLAZAR Luís † em Santiago (Chile) 1976 aos 67 anos.
105. Coad. POLLICE Roberto † em Sangradouro (Brasil) 1975 aos 61 anos.
106. P. PONZETTO Bernardo † em Novara (Itália) 1976 aos 87 anos.
107. P. RABADAN Fernando † em Cuenca (Espanha) 1976 aos 43 anos.
108. Coad. RAGOGNA Emílio † em Veneza (Itália) 1976 aos 67 anos.
109. P. REEDY Davi † em Bolton (Grã-Bretanha) 1976 aos 89 anos.
110. P. RICALDONE Vicente † em Turim (Itália) 1975 aos 78 anos.
111. P. RINALDI Augusto † em Macerata (Itália) 1976 aos 90 anos.
112. Coad. ROBERT Gastão † em La Crau La Navarre (França) 1976 aos 88 anos.
113. P. ROMANO Antônio José † em Queluz (Brasil) 1976 aos 54 anos.
114. P. ROVARINO Francisco † em La Plata (Argentina) 1976 aos 47 anos.
115. P. SAINI Carlos † em Courgnè (Turim-Itália) 1976 aos 69 anos.
116. P. SANCHEZ ESCRIBANO Rafael † em Palma del Río Córdoba (Espanha) 1976 aos 74 anos.
117. P. SCANDROGLIO Carlos † em Buenos Aires (Argentina) 1976 aos 86 anos.
118. P. SCHNEIDERBAUER Francisco † em Linz (Áustria) 1976 aos 67 anos.
119. P. TEDESCHI José † em Don Bosco (Buenos Aires-Argentina) 1976 aos 41 anos.
120. P. WHITE Frederico † em Engadine (Austrália) 1976 aos 69 anos.
121. P. ZANGANARO Jorge † em Verona (Itália) 1976 aos 67 anos.
122. P. ZINGALI SAITTA Vicente † em Palermo (Itália) 1976 aos 91 anos.